

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura
Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2008.
Área Temática: Biocombustíveis**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	7
Biodiesel.....	7
Brasil Ecodiesel negocia para exportar – Patrick Cruz - Valor Econômico – Agronegócios - 15/05/2008	7
Etanol.....	8
A Petrobras e o desenvolvimento dos biocombustíveis - Georges Flexor – Carta Maior – 16/05/2008	8
CNA quer política de preços mínimos para cana-de-açúcar – CNA - 05/05/2008	11
GM faz acordo para produzir biocombustível – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/05/2008.....	12
Setor de álcool eleva em 565% os pedidos de crédito ao BNDES – Janaina Lage e Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/05/2008.....	12
Falta álcool em 6 Estados e em Brasília, diz federação – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/05/2008.....	14
Falta de álcool nas usinas e atraso em colheita elevam preços nas bombas – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/05/2008	14
Álcool sobe mais de 6% nas bombas - Mariana Schreiber, Cássia Almeida e Gustavo Fernandes – O Globo – Economia – 06/05/2008	15
Usinas iniciam colheita com preços do açúcar já travados – Valor econômico – Agronegócios – 02/05/2008	16
Preços do álcool sobem – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 05/05/2008	17
Agenda estratégica do álcool combustível - Marcos Fava Neves – Valor Econômico – Opinião - 06/05/2008.....	17
Disputa entre cana, soja e gado revigora campo goiano - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/05/2008.....	19
Renúncia fiscal para atrair usinas soma R\$ 36 bilhões – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/05/2008.....	21
Na queda-de-braço por área, grãos perdem espaço – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/05/2008.....	22
Nova joint venture – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/05/2008.....	23
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS	23
Biodiesel.....	23
A universidade, o programa de biodiesel e a agricultura familiar - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 17/04/2008	23
Rio de Janeiro busca sintonia para produção de biodiesel - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 17/04/2008	30
Com sua forte agricultura familiar, Paraná espera o biodiesel - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 20/04/2008	33

Biocombustíveis e agricultura familiar: um casamento possível? - Marco Aurélio Weissheimer – Sítio Eletrônico da Carta Maior – 23/04/2008.....	36
Etanol	39
Seminário discute economia solidária e agroenergia - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 10/05/2008	39
Preço de alimento ainda vai seguir em alta, diz ministro – Sheila D´Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008.....	41
A propriedade ou a vida – Fabio Konder Comparato – Folha de São Paulo – Opinião – 07/05/2008	44
Cana passa a ser 2ª principal fonte de energia do Brasil – Cirilo Junior - Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008.....	46
Participação crescerá mais, dizem especialistas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008	47
Uma outra matriz – Folha de São Paulo – Opinião – 10/05/2008	48
O Brasil e as fontes renováveis de energia – Edson Lobão – Folha de São Paulo – Opinião – 11/05/2008	49
Álcool subirá 4% e diesel já custa mais 10% - O Globo – Capa – 03/05/2008	51
Preço do álcool subirá 4% nos postos do Rio - Erica Ribeiro, Mariana Schreiber e Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 03/05/2008	51
O combustível da crise – Aloizio Mercadante – O Globo – Opinião – 04/05/2008... ..	52
Lula afirma que acusações de países ricos ao etanol são 'sacanagem pura' – Chico de Góis – O Globo – Economia – 07/05/2008	53
Cana já produz mais energia que hidrelétrica – O Globo – Capa – 09/05/2008	54
Mais cana do que água - Erica Ribeiro e Bruno Rosa – O Globo – Economia – 09/05/2008	55
Nobre liderança – O Globo – Opinião – 10/05/2008	56
UE pressiona por controle no etanol – O Globo – CAPA – 10/05/2008	57
Etanol: Brasil resiste à pressão para adotar critérios de exportação à UE – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 10/05/2008.....	57
Etanol do Brasil não é o alvo, diz líder do PV alemão - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial - 02/05/2008.....	58
Cana já supera hidrelétrica na produção de energia - Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 09/05/2008.....	62
Independência alimentar e etanol – Antônio Delfim Netto – Valor Econômico – Opinião – 13/05/2008	64
RELACIONES INTERNACIONAIS.....	66
Biodiesel	66
Campanha do Greenpeace no YouTube faz Unilever ceder - Aaron O. Patrick – Valor Econômico – Especial - 02/05/2008.....	66
Etanol	67
“É preciso mudar as formas de produção e consumo” - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 14/05/2008	67

Relator da ONU pede limite a biocombustível – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/05/2008.....	71
McCain pede menor uso de alimento como combustível – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008.....	72
Índia estuda proibição de contrato futuro de alimentos – Raphael Minder – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008.....	73
País quer Japão para difundir cana na Ásia – Gitanio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/05/2008.....	74
Chanceler da Alemanha diz apoiar etanol – Folha de São Paulo – Brasil – 15/05/2008.....	74
Stephanes critica conceito da Amazônia Legal – Folha de São Paulo – Brasil – 15/05/2008.....	75
Em um mau ambiente – Janio de Freitas – Folha de São Paulo – Brasil – 15/05/2008.....	75
Agropauta: Japão quer conhecer potencial do etanol no Brasil – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/05/2008.....	76
UE quer acordo para que Brasil fiscalize etanol no país – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 09/05/2008.....	77
Reunião não obtém acordo sobre etanol – Valor Econômico – Brasil - 15/05/2008.....	78

Segunda Quinzena

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	79
Biodiesel.....	79
Rumor sobre Petrobras afeta as ações da Brasil Ecodiesel – Agnaldo Brito – Folha de São Paulo – Brasil – 28/05/2008.....	79
Ecodiesel tira sócio oculto do controle - Graziella Valenti e Catherine Vieira – folha de São Paulo – Investimentos - 16/05/2008.....	80
Etanol.....	81
Relatório da Anistia cita violação de direitos humanos em canaviais - Sítio Eletrônico da CPT – 28/05/2008.....	81
Produtores lamentam restrição a novas usinas – Marcelo Toledo, Roberto Madureira e Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – 17/05/2008.....	82
País do futuro - Zuenir Ventura – O Globo – Opinião – 18/06/2008.....	83
Preços do álcool – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 19/05/2008....	84
GM defende expansão do uso de etanol - Marli Olmos – Valor Econômico – Agronegócios - 20/05/2008.....	84
Multiplan e Iguatemi vão atrás do lucro da cana no interior de SP - Claudia Facchini – Valor Econômico – Empresas - 23/05/2008.....	85
Brasil poderá ter unidade de etanol da Coskata - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 27/05/2008.....	86
Etanol, aposta que Fittipaldi conhece bem - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 29/05/2008.....	87
Fórmula 1 tem interesse no combustível – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 29/05/2008.....	89
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS.....	90

Etanol.....	90
"Brasil é a única fronteira agrícola que ainda tem espaço para aumentar sua produção de biodiesel", afirma Kátia Abreu – CNA - 16/05/2008.....	90
Setor de açúcar e álcool criou 80% dos empregos industriais de SP – Ygor Salles – Folha de São Paulo Dinheiro – 16/05/2008.....	90
Em 5 meses, total de pedidos de licença mais que triplica – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/05/2008.....	91
São Paulo pretende apurar critério para projetos de usinas – Gitanio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/05/2008.....	92
União quer limite a estrangeiro na Amazônia – Fernanda Odilla – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008.....	92
Governo diz que setor é prioridade em fiscalizações – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008.....	94
O futuro chegou: crise alimentar e energética – Paul Singer – Folha de São Paulo – Opinião – 30/05/2008.....	94
Manipulação – O Globo – Opinião – 16/05/2008.....	96
Etanol: Brasil espera que UE fixe meta – Eliane Oliveira – O Globo – Economia 0 16/05/2008.....	98
Brasil fará campanha internacional em defesa de etanol e biodiesel – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 17/05/2008.....	99
Preço de alimento e etanol levam terras agrícolas no Brasil a recorde - Aguinaldo Novo e Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 20/05/2008.....	100
Amorim diz que críticas a etanol e biodiesel vêm de elite oligárquica - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 22/05/2008.....	101
FT: Canavial ainda aberto a facção – O Globo – economia – 22/05/2008.....	102
Mercadante quer rever royalties - Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Brasil – 28/05/2008.....	102
RELACIONES INTERNACIONAIS.....	103
Etanol.....	103
A nova geopolítica da energia - Michael T. Klare - The Nation – Agencia Crta Maior – 22/05/2008.....	103
Lula culpa petroleiras por críticas a álcool combustível – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 16/05/2008.....	112
Lei agrícola mantém tarifa e eleva subsídios nos EUA – Sergio Dávila - Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2008.....	113
UE propõe fim do subsídio para o álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/05/2008.....	114
Proposta deve ser festejada, diz ministro – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/05/2008.....	116
Para o produtor brasileiro, falta ainda a barreira tarifária cair – Gitanio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/05/2008.....	116
Crise de comida ou de petróleo? – Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/05/2008.....	117
Relator da ONU defende "outro olhar" ao álcool – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/05/2008.....	118
Mal-estar na civilização do petróleo – Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/05/2008.....	119

Relatório da Anistia critica "trabalho forçado" na cana – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008	121
EUA: Congresso aprova Lei Agrícola – O Globo – Economia – 16/05/2008	122
Emergentes culpam ricos por crise de alimento – Vivian Oswald – O Globo – Economia – 17/05/2008.....	122
Comissão Européia propõe eliminar os subsídios à produção de etanol – O Globo – Economia – 21/05/2008.....	124
Reforma agrícola da UE beneficia exportações de óleo e carne do Brasil - Graça Magalhães-Ruether – O Globo – Economia – 25/05/2008	125
Novo relator da ONU defende o etanol brasileiro – O Globo – Economia – 31/05/2008	127
Expansão dos agrocombustíveis destrói biodiversidade e comunidades na Colômbia – Sítio Eletrônico do MST – 27/05/2008.....	127
Resistência européia ao etanol permanece viva - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 21/05/2008	128
Contexto – Valor Econômico – Agronegócios – 21/05/2008.....	129
Mercado de petróleo está 'louco', diz Opep – Valor Econômico – Internacional – 23/05/2008.....	129
Biocombustível é quase indispensável, diz a AIE - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 27/05/2008	130
Temor com guinada européia nos biocombustíveis – Valor Econômico – Agronegócios - 28/05/2008	132

Biodiesel

Brasil Ecodiesel negocia para exportar – Patrick Cruz - Valor Econômico – Agronegócios - 15/05/2008

A Brasil Ecodiesel pretende fechar ainda neste ano seu primeiro contrato de exportação de biodiesel. Com o projetado aumento da demanda europeia por biocombustíveis, o foco será dado a contratos com a Europa. Hoje, a empresa exporta apenas glicerina. O biodiesel é todo voltado ao mercado interno.

Em teleconferência de apresentação dos resultados do primeiro trimestre, o diretor executivo e de relações com investidores da companhia, Ricardo Vianna, disse ainda ser cedo para estimar o peso que as exportações terão na receita da Brasil Ecodiesel. Ainda assim, afirmou ser possível fazer as vendas externas serem responsáveis por uma fatia entre 20% e 40% dos negócios. "Mas é difícil que chegue a 40%", afirmou Vianna.

A partir de 2010, a Europa adotará a mistura de 5,75% de biocombustíveis nos combustíveis tradicionais. Atualmente, afirma Vianna, a demanda da União Europeia por biodiesel é dez vezes maior que a brasileira. No Brasil, a mistura obrigatória de biodiesel no diesel convencional, que é hoje de 2%, passará a ser de 3% a partir de 1º de julho. Com isso, a demanda no mercado interno passará de cerca de 800 milhões de litros para 1,3 bilhão de litros anuais.

O foco nas exportações ainda não ganhou força na estratégia da companhia, entre outros motivos por causa dos preços ainda pouco atrativos praticados no exterior. "Hoje, o preço no mercado externo está muito em linha com o praticado nos leilões daqui", observou Vianna. Nas duas rodadas do leilão de compra mais recente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizado em abril passado, o preço médio foi de R\$ 2,74 e R\$ 2,68, respectivamente, com deságio médio de 2,15% na primeira rodada e de -4,24% na segunda.

O encarecimento das matérias-primas foi creditado pela empresa como um dos principais responsáveis pelo aumento do prejuízo. De janeiro a março, o prejuízo líquido da Brasil Ecodiesel foi de R\$ 14,9 milhões. No mesmo período do ano passado, havia sido de R\$ 526 mil. A receita líquida foi de R\$ 167,2 milhões no primeiro trimestre, montante 246,3% superior ao do mesmo período de 2007.

Com o registro de aumento do prejuízo, voltaram a ganhar força os rumores de uma eventual compra da Brasil Ecodiesel pela Petrobras. Sobre o tema, o diretor Ricardo Vianna disse que não comentaria rumores de mercado.

Etanol

A Petrobras e o desenvolvimento dos biocombustíveis - Georges Flexor – Carta Maior – 16/05/2008

O caminho a trilhar pela Petrobras para se posicionar como uma empresa líder na produção e distribuição global de bioenergia não será linear e tranquilo. No entanto, decisões estão sendo tomadas e teve início uma série de investimentos nesse sentido.

Os debates sobre os biocombustíveis continuam acalorados e controversos. A cada semana que passa, o noticiário traz novas informações acerca dos seus possíveis custos e benefícios. Um dia, somos informados de que uma agência internacional (ONU), instituições políticas (UE) e grupos de científcos apóiam o desenvolvimento dos biocombustíveis porque permite reduzir as emissões de gases que causam o efeito estufa e aliviar a pressão sobre os preços do petróleo. Outro dia, os meios de comunicação relatam apelos de organizações não-governamentais, científcos, presidente de empresa multinacional da indústria de alimentos, agências internacionais e outros, que apontam para os efeitos do crescente uso de terras para produção de bioenergia e seu reflexo no aumento dos preços dos alimentos e das terras, no desmatamento e, portanto, no aquecimento global.

Nesse contexto “quente”, onde fatos e valores se entrelaçam, é pouco provável que as controvérsias sejam resolvidas brevemente. Enquanto o debate perdura, governos negociam as normas e os padrões que facilitarão o comércio internacional dos biocombustíveis e empresas iniciam movimentos estratégicos para se posicionar no que elas acreditam será um vultoso mercado no futuro próximo. Entre outros movimentos, um dos mais interessantes para o Brasil diz respeito à crescente atuação da Petrobras nessa área.

No início do mês de março de 2008, a Petrobras anunciou a criação de uma subsidiária responsável pelos negócios de biocombustíveis. A decisão surpreendeu porque até então a empresa só havia emitido intenções de criar uma diretoria nessa área. Segundo algumas opiniões, a iniciativa refletiria disputas políticas para acomodar indicados de um partido da base governista, já que a criação de uma nova empresa acarreta custos adicionais. No entanto, a decisão de criar uma nova subsidiária, ainda que possa ter sido incentivada por razões políticas, representa também uma mudança organizacional que faz sentido de um ponto de vista estritamente empresarial.

Em primeiro lugar, a constituição dessa unidade permitirá um melhor tratamento das informações sobre os mercados de biocombustíveis e um acúmulo de conhecimentos específicos nessa área. Sem mudança organizacional, essas informações correm o risco de se perder ou de ser pouco aproveitadas e haverá poucos conhecimentos acumulados. Num contexto no qual existem expectativas bastante favoráveis quanto à expansão da demanda por biocombustíveis, essa perda pode representar um custo importante para a empresa. Em segundo lugar, a inovação organizacional promovida pela Petrobras representa uma aposta que pode lhe garantir bons retornos tanto em termos de lucros futuros quanto no que diz

respeito à sua reputação, o que geralmente agrada os acionistas e promove o valor e a sustentabilidade do crescimento da empresa.

Além disso, como já adquiriu competências suficientes na comercialização de combustíveis, a Petrobras se beneficia de recursos estratégicos para tocar adiante seus projetos sem ter de enfrentar a dura aprendizagem de operar na indústria de distribuição de energia. Por fim, como toda empresa que atua num ambiente onde existe concorrência, a Petrobras é incentivada a mudar e procurar posicionar-se estrategicamente em mercados promissores. Sua experiência na área de biocombustíveis representa certamente uma vantagem em relação a outras petrolíferas globais, mas sem investimentos e acúmulo de conhecimentos ela corre o risco de desperdiçar essa posição em proveito de outras empresas como, por exemplo, a BP e a Royal Dutch Shell que planejam investir na produção de etanol no Brasil.

O interesse crescente da Petrobras pelo desenvolvimento dos mercados globais de biocombustíveis não somente se materializa em inovações organizacionais, mas também mediante um conjunto de outros investimentos. Pouco depois da criação da nova subsidiária, por exemplo, a Petrobras assinou com a trading japonesa Mitsui a documentação necessária para a constituição da empresa Participações Nippo Brasileira em Complexos Bioenergéticos. Segundo os parceiros, os objetivos da nova organização estarão focados em novos projetos de bioenergia, em particular na produção de etanol para o mercado japonês e na geração de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

As relações entre a petrolífera brasileira e a trading japonesa estão também na base de dois projetos de construção de alcooldutos. O primeiro, que conta ainda com a participação da construtora brasileira Camargo Correa, pretende transportar 12 milhões de metros cúbicos de etanol por ano entre o Centro-Oeste do país e o litoral paulista. O segundo alcoolduto deve ligar Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, ao porto de Paranaguá, no Paraná. Para a Petrobras, esses investimentos são importantes porque, por um lado, garantirão escala operacional e certo grau de segurança no abastecimento, variáveis estratégicas para se posicionar no mercado internacional de energia. Por outro lado, permitirão maior controle sobre a cadeia produtiva e reforçarão seu poder de barganha junto aos produtores de etanol, criando provavelmente maiores atritos com os usineiros.

No que tange à atuação na cadeia de biodiesel, a Petrobras mostra-se mais cautelosa. Após ter investido sem sucesso no desenvolvimento do H-Bio, um óleo mineral com conteúdo vegetal, a Petrobras foi compulsoriamente colocada na posição de ator principal da cadeia de biodiesel com o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Tendo em vista os objetivos sociais e regionais do programa e o caráter embrionário da produção de biodiesel no Brasil, a Petrobras necessita aprender a lidar de forma inédita com uma cadeia produtiva pouco estruturada e com atores que não costumam lidar com produção em escala e relações contratuais explícitas.

Ainda que o mecanismo do leilão de compra realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) tenha garantido oferta além das necessidades imediatas, fazendo com que a implementação da mistura de 2% de biodiesel ao diesel mineral (B2) ocorresse sem problemas específicos, o desenvolvimento do mercado de

biodiesel continua gerando algumas incertezas e a Petrobras mostra sinais de insegurança. A empresa, por exemplo, teve de suspender um contrato de fornecimento de biodiesel para a mineradora Vale do Rio Doce, que pretendia usar uma mistura de 20% de biodiesel nas suas locomotivas nos eixos Vitória-Minas e Carajás. A curto prazo, o início das operações das primeiras usinas de biodiesel da estatal, em Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE), permitirá produzir 170 milhões de litros, proporcionando maior segurança em termos de abastecimento e qualidade do produto, já que poderão processar tanto dendê como soja, algodão, girassol, mamona, pinhão manso, amendoim e sebo bovino, beneficiando-se da capacidade tecnológica da empresa. A médio prazo, com a previsão da suspensão do mecanismo dos leilões, a Petrobras está planejando construir uma usina de grande porte capaz de processar 900 milhões de litros por ano a partir de 2012. Segundo fontes do governo, o investimento facilitará a estruturação de toda a cadeia, do fornecimento à distribuição, além de manter o compromisso social do programa com a agricultura familiar e usar combinações de várias oleaginosas para otimizar o custo.

No seu conjunto, essas diferentes iniciativas revelam as intenções da Petrobras de atuar de modo crescente nos mercados de biocombustíveis, transformando-se em uma empresa líder na produção e distribuição global de energia. Esse caminho não será evidente. Existe, por exemplo, uma diferença significativa entre lidar com extração de petróleo e gás e com produção de etanol e biodiesel. Por um lado, a aquisição de competências em tecnologia e engenharia de projeto é uma dimensão estratégica no caso das energias fósseis. Por outro lado, na área de bioenergia um dos desafios mais importantes é aprender a trabalhar e a construir relações de cooperação e confiança com agricultores, usineiros e produtores de biodiesel, que são atores com interesses, práticas e valores distintos e muitas vezes conflitantes.

Os recentes movimentos da Petrobras indicam o desejo de exercer um maior controle sobre a cadeia, sinalizando que não existe, no momento, confiança suficiente para recorrer exclusivamente aos mecanismos de mercado. Além disso, ao aumentar sua participação na área de biocombustíveis, a Petrobras envolve-se nas controvérsias que caracterizam o contexto “quente” assinalado inicialmente, sofrendo provavelmente maiores pressões políticas e de visibilidade internacional. O desenvolvimento do etanol de lignocelulose, ou etanol de segunda geração, obtido a partir de qualquer biomassa, pode representar uma resposta política e tecnologicamente apropriada já que apresenta uma solução ao dilema bioenergia versus alimentos. Porém, no estado tecnológico atual, ela não é ainda uma opção produtiva viável, necessitando de maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento, quer pela rota enzimática quer pelos processos de termoquímicos. A Petrobras, por meio de uma unidade experimental instalada no seu Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes) e de parcerias com universidades brasileiras, está investindo na tecnologia enzimática. Mas trata-se ainda de uma iniciativa embrionária e sem grandes expectativas no futuro próximo.

O caminho a trilhar pela Petrobras para se posicionar como uma empresa líder na produção e distribuição global de bioenergia não será linear e tranquilo. No entanto, decisões estão sendo tomadas e teve início uma série de investimentos nesse sentido. O recente prêmio outorgado pela agência de classificação Management & Excellence à Petrobras, como petrolífera mais sustentável, é um fator que deve incentivar a empresa a

desenvolver essa estratégia. Outrossim, alguns segmentos do governo brasileiro olham certamente com bons olhos a emergência de um player global capaz de lhe garantir um lugar estratégico na geopolítica mundial. A possibilidade de manter o leadership bioenergético e de se beneficiar das externalidades associadas à construção de conhecimentos e tecnologias é outro fator que interessa provavelmente ao governo, ainda que um aumento das exportações represente um risco a mais para a segurança energética brasileira. Mas se esse movimento significa um passo na direção de um estilo de desenvolvimento ecologicamente responsável, socialmente incluyente e economicamente dinâmico é uma questão ainda em aberto.

CNA quer política de preços mínimos para cana-de-açúcar – CNA - 05/05/2008

A inclusão da cana-de-açúcar na Política Geral de Preços Mínimos (PGPM) para evitar que os preços continuem abaixo dos custos de produção representa uma das principais preocupações do setor e será o principal tema da reunião da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que acontece nesta terça-feira (6/5), na sede da entidade, em Brasília, das 9h às 17h. Segundo o presidente da comissão, Edison José Ustulin, o setor canavieiro precisa "urgentemente" de uma regulação para evitar que os preços pagos ao produtor continuem abaixo dos custos de produção. "O setor está inviabilizado economicamente e não há condições de começar a próxima safra", afirmou Ustulin, acrescentando que esta demanda também será levada amanhã ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em encontro marcado para as 11h. "A situação é gravíssima. Se não houver uma regulação poderemos ter um colapso", disse o representante da CNA, acrescentando que as entidades ligadas a esta atividade poderão se mobilizar caso o Governo não tome providências.

Segundo ele, se a cana fosse inserida na PGPM, o setor teria, entre outros benefícios, o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepró), uma subvenção ao produtor rural quando o preço de mercado está abaixo do preço de referência estabelecido pelo Governo Federal. Dos produtos que dispõem deste mecanismo estão soja, café, arroz, feijão, entre outros. Ele disse que a estimativa para a safra 2008/2009 é a de que o preço da tonelada do produto fique em R\$ 35, mesmo preço da atual safra, enquanto o custo total deve subir de R\$ 45 para um patamar entre R\$ 50 e R\$ 55 a tonelada. O representante da CNA enumerou como principais fatores da alta dos custos de produção os preços de adubos, fertilizantes, mão-de-obra, combustíveis, além das precárias condições de infraestrutura e logística.

Na região Nordeste, os custos totais superam os preços em 22%. No Centro-Sul do País, os valores recebidos pelos produtores estão 30% abaixo dos custos totais há pelo menos duas safras. De acordo com Ustulin, para que o preço pago ao produtor cubra os custos, o álcool hidratado, derivado da cana-de-açúcar, deveria ser vendido a um preço mínimo de R\$ 0,93 o litro. Ustulin disse que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) reconhece a necessidade de se criar dispositivos para garantir uma regulação. No entanto, ressaltou, esta regulação depende de um parecer da Advocacia Geral da União (AGU). O representante da CNA disse também que, atualmente, há um excedente

de 6 bilhões de litros de álcool no mercado sem comprador, o que contribui para a baixa do preço. Para que os preços se recuperem, ele defendeu medidas como a estocagem de cerca de três bilhões de litros pelo Governo e também pelos usineiros a partir de incentivos para a estocagem e a venda direta aos postos.

GM faz acordo para produzir biocombustível – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/05/2008

A General Motors anunciou ontem a criação de "uma relação estratégica" com o laboratório americano Mascoma para o desenvolvimento de álcool celulósico. A montadora não divulgou quanto irá investir no acordo.

O combustível da Mascoma tem como base uma gramínea. A empresa disse que espera começar a produzi-lo até o final deste ano. A GM também divulgou que suas vendas de veículos nos EUA no mês passado caíram 16,3% ante o mesmo período de 2007. Ela perdeu US\$ 3,3 bilhões no primeiro trimestre.

Setor de álcool eleva em 565% os pedidos de crédito ao BNDES – Janaina Lage e Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/05/2008

Solicitação de empréstimos chega a R\$ 2,3 bi até abril; prioridade é o mercado interno, mesmo para os investidores estrangeiros - Segundo usineiros, carros flex impulsionam investimentos e há um certo desânimo em razão do desenvolvimento lento do mercado externo

As críticas de organismos internacionais à produção de biocombustíveis não reduziram o apetite do empresariado para a realização de investimentos no setor. Os pedidos de financiamento para a construção de usinas de álcool cresceram 565,13% de janeiro a abril em relação a igual período do ano passado e somaram R\$ 2,338 bilhões, segundo dados do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) obtidos pela Folha.

O valor se refere a pedidos em fase de enquadramento, quando já foram encaminhados formalmente ao banco e ocorre a apresentação dos projetos. Até o fim de 2007, a carteira do banco (que inclui operações em análise e as já aprovadas) do setor sucroalcooleiro somava R\$ 19,751 bilhões. De 2001 a 2007, o crescimento médio anual dos desembolsos para novos projetos de produção de álcool foi de 312,3%.

Em abril, o relator especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação, Jean Ziegler (que deixou o cargo na semana passada), chegou a afirmar que a experiência dos biocombustíveis era um "crime contra a humanidade" e a pedir uma moratória da produção.

Os dados do banco de fomento mostram que o setor privado está disposto a investir com foco principalmente no mercado interno.

Mesmo as empresas estrangeiras que estão comprando usinas no país priorizam, em um primeiro momento, o consumo doméstico, mas preparam uma base para a exportação, quando ela se tornar, de fato, um negócio viável.

Segundo Paulo Faveret, gerente do Departamento de Biocombustíveis do BNDES, cerca de dez grandes grupos mantêm conversas com o banco sobre investimentos ou aquisição de usinas. Os investidores são principalmente do setor de energia, parte do Brasil e parte do exterior. "É um momento muito rico para o setor. Todo mundo tem foco hoje no mercado interno", disse.

Faveret citou como exemplo a aquisição de 50% da usina Tropical BioEnergia S.A. pela BP (British Petroleum). A usina já tinha contratado um financiamento do banco. Citou ainda como operações semelhantes a compra de 100% do capital do grupo de empresas Dedini Agro pela Abengoa Bionergia, filial da espanhola Abengoa.

Cortina de fumaça - Na avaliação do gerente, mesmo que haja uma sobreoferta de combustível, ela não será suficiente para prejudicar seriamente o produtor, apenas os menos eficientes.

"Essa gritaria é uma cortina de fumaça e vai consagrar o modelo brasileiro. Todo esse tiroteio é por conta da falta de alimentos, mas a razão da crise é a hipocrisia do protecionismo", afirma Maurílio Biagi Filho, do grupo Maubisa. Segundo ele, em 2020 o país vai produzir 65,3 bilhões de litros, dos quais o setor planeja destinar 50 bilhões ao mercado interno.

Mas o clima no setor é de uma certa frustração. O presidente da Unica (associação de usineiros), Marcos Jank, diz que, de fato, a prioridade é o mercado doméstico, estimulado pela expansão do carro flex.

Hoje, 90% da frota nova é flex -e 75% do consumo desses carros é de álcool. Em pouco tempo, todos os carros novos serão bicombustíveis, segundo estudo do BNDES. Para Jank, só o flex assegura investimentos no setor. O executivo avalia, porém, que há desânimo de alguns empresários por causa do lento desenvolvimento do mercado externo. Tal sentimento é mais intenso nos chamados neófitos: empresas nacionais e estrangeiras de outros mercados que passaram a investir no álcool como uma oportunidade de altos ganhos com a exportação.

Atualmente, apenas 15% do álcool produzido é exportado, segundo a Unica. O BNDES projeta que haverá uma expansão de apenas 5% ao ano nas exportações até 2015. Segundo Sérgio Rosa, técnico do BNDES, na melhor das hipóteses o mercado externo corresponderá a 30% da produção nacional de álcool. Ou seja, o mercado doméstico continuará a ser o motor do setor.

Falta álcool em 6 Estados e em Brasília, diz federação – Folha de São Paulo – Dinheiro
– 14/05/2008

Pelo menos seis Estados e o Distrito Federal enfrentam problemas de desabastecimento de álcool, tanto o hidratado como o anidro, que é adicionado à gasolina, disse a Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes).

Segundo a entidade, o desabastecimento prejudica a venda de álcool e de gasolina em Minas Gerais, Paraná, Amazonas, Pará, Goiás, interior de São Paulo e Distrito Federal. O ministro Edison Lobão (Minas e Energia) disse que a falta de álcool é passageira. "Estamos monitorando essa questão e temos a convicção de que se resolverá com rapidez." "Alguns postos foram obrigados a fechar, em meio à falta de álcool hidratado e de gasolina", diz nota da Fecombustíveis. O presidente do Sincopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo), José Alberto Paiva Gouveia, culpa a falta de estoques nas distribuidoras pela escassez de álcool. "Quando o estoque está baixo como agora [saída da entressafra], pode acontecer uma dificuldade", disse Gouveia. A Petrobras Distribuidora disse que a chuva dificultou a moagem de cana e prejudicou a produção do álcool. A Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) disse que não há falta do combustível. No Paraná, para o setor de postos, as entregas estão mais baixas desde a semana passada. Em Manaus, falta álcool há duas semanas. O motorista Aldimar Gomes, 52, está gastando R\$ 40 a mais para encher o tanque do veículo flex com gasolina. "Estamos no prejuízo", afirmou ele. **Colaboraram DIMITRI DO VALLE, da Agência Folha, em Curitiba, e KÁTIA BRASIL, da Agência Folha, em Manaus*

Falta de álcool nas usinas e atraso em colheita elevam preços nas bombas – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/05/2008

A falta de álcool nas usinas, que afetou o abastecimento em seis Estados, tem dois motivos: o excesso de chuvas que atrasou as colheitas e a possibilidade de um adiamento da safra para segurar os preços e evitar uma superoferta, segundo a Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes). Segundo relato oficial das usinas à Fecombustíveis, a escassez decorre do atraso do início colheita da cana-de-açúcar, em duas semanas em razão das fortes chuvas que atrasaram a moagem. Mas Paulo Miranda, presidente da entidade, não descarta que a demora seja uma estratégia de algumas usinas para sustentar os preços do álcool, que tradicionalmente caem no início da safra. Na safra 2008/2009, a produção de álcool chegará ao recorde de 24,3 bilhões de litros -19% a mais que em 2007/08.

Também contribuíram os baixos estoques das distribuidoras de combustíveis, que desovaram o produto de fevereiro a abril evitando sobras no início da colheita e queda dos preços. Ocorreu o contrário. Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo) mostram que o custo médio nacional saltou de R\$ 1,470 por litro na semana de 27 de abril a 4 de maio para R\$ 1,476 na de 4 a 10 de maio -uma alta de 0,41%. De acordo com a Fecombustíveis,

existem problemas de abastecimento em postos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais (onde a situação é mais grave), Goiás, Distrito Federal, Pará e Amazonas. Focada em álcool e com compras em contratos de longo prazo, a BR foi a distribuidora mais afetada, segundo Miranda.

A Petrobras confirma dificuldade para atender postos de AM, MG e SP, mas diz que já solucionou os problemas. A BR não conseguiu comprar o produto de algumas usinas, que não entregaram. Na semana passada, havia filas de caminhões da distribuidora na porta de produtoras. A situação levou a BR e outras distribuidoras a racionar a venda aos postos e em, alguns casos isolados, suspender o fornecimento. Miranda diz que o problema não está equacionado, e os preços continuam a subir. O álcool avançou 6% nos postos e "contaminou" a gasolina (misturada na proporção de 25% ao álcool), que subiu 2%.

Usinas - A Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) diz que "não há comprometimento do abastecimento de álcool". As dificuldades que aconteceram no início da safra, diz, foram pelo causadas pelo excesso de chuvas e já estão superadas. A entidade responsabiliza algumas distribuidoras, que teriam estoques reduzidos. O vice-presidente do Sindicom (sindicato das distribuidoras) diz que houve "dificuldade de algumas usinas" na entrega e problemas "isolados e pontuais" estão resolvidos.

Álcool sobe mais de 6% nas bombas - Mariana Schreiber, Cássia Almeida e Gustavo Fernandes – O Globo – Economia – 06/05/2008

Com o reajuste de cerca de 5% do preço do álcool vendido pelas usinas, o combustível já está mais caro nas bombas do Rio.

No posto Carvalho Gomes, de bandeira Texaco, em São Gonçalo, o litro do álcool passou de R\$ 1,599 para R\$ 1,699: alta de 6,25%. No posto Excede, da Shell, na Lagoa, o preço aumentou 5,8%, de R\$ 1,699 para R\$ 1,799. Já no Iate, posto de mesma bandeira, a alta teve proporção idêntica, e o litro do combustível já custa R\$ 1,798.

Segundo Alísio Vaz, presidente do sindicato das distribuidoras de combustíveis, o aumento das usinas deve ser repassado aos postos: — O álcool sofreu elevação na usina, por causa das chuvas que atrasaram a colheita. É natural que a alta chegue às distribuidoras.

Não pode ser confundido com movimento especulativo.

O presidente do Sindicato dos Postos do Município do Rio de Janeiro, Manuel Fonseca, afirmou que o álcool chegou mais caro ao varejista, cerca de 5%.

Apesar dos recentes aumentos do álcool e do diesel, o preço da gasolina está comportado nas bombas. O bancário Willer Veiga, que gasta R\$ 240 por mês com combustível, diz que está atento aos preços: — O consumidor tem que fiscalizar mesmo. Se houve corte de imposto, não tem por que a gasolina ficar mais cara.

Manuel Fonseca afirma que os varejistas não estão reajustando o preço da gasolina, já que o produto tem chegado aos postos com o mesmo valor: — Por enquanto, a gasolina, mesmo com o álcool mais caro, não aumentou. E não tem motivo para isso. Não é o momento de recompor margem.

Já com o diesel, a negociação é outra. Ele estima alta aproximada de 9% nas bombas.

Usinas iniciam colheita com preços do açúcar já travados – Valor econômico – Agronegócios – 02/05/2008

As usinas de açúcar e álcool do centro-sul do país deram início à colheita de cana da safra 2008/09 com pelo menos 90% de sua produção de açúcar com os preços fixados. É um feito inédito. No mesmo período do ano passado, menos 50% da oferta estava fixada.

O forte movimento de hedge (proteção) reflete a recuperação dos preços da commodity, entre o final de 2007 e março, e também a necessidade de garantia de rentabilidade mínima. "É a primeira vez que o setor dá início à colheita com quase toda a produção de açúcar fixada", afirma Arnaldo Corrêa, diretor-sócio da Archer Consulting. O receio de forte volatilidade nos preços da commodity também levou parte das usinas a fixar entre 14% e 18% de sua produção futura, referente à safra 2009/10.

Levantamento realizado pela Archer Consulting mostra que as fixações de preços até final de setembro do ano passado estavam baixas para a safra 2008/09. Foi a partir do mês de setembro que as usinas do centro-sul começaram a partir para o hedge de preços.

A Archer estima que o volume fixado até aquela época ficou em 2 milhões de toneladas de açúcar, a um preço médio de 10,11 centavos de dólar por libra-peso. Entre outubro e novembro do ano passado, foram fixadas mais 4,5 milhões de toneladas, a um preço médio de 10,50 centavos. Em dezembro até meados de janeiro de 2008, mais 4,8 milhões de toneladas foram fixadas ao preço médio de 11,57 centavos. Na segunda quinzena de janeiro até final de fevereiro, mais 5,2 milhões de toneladas foram fixadas ao preço médio de 13,14 centavos, estimulados pelo aumento das cotações no mercado internacional. Até o final de março, o patamar médio ficou em 14,14 centavos. Com isso, o preço médio de fixação girou em torno de 12 centavos.

De acordo com Corrêa, as usinas também começaram a fixar o dólar, uma vez que mais de 50% da produção nacional é exportada. "Não é um movimento comum. Mas usinas começam a se dar conta", observa ele.

Em fevereiro de 2006, as cotações do açúcar na bolsa de Nova York atingiram o pico de quase 20 centavos de dólar por libra-peso. Àquela época, as usinas já estavam fixadas a preços mais baixos e não tiveram os ganhos obtidos com a forte alta. Esta "decepção" levou boa parte dos grupos a puxar o freio nos hedges.

Com um cenário baixista, por conta do aumento da safra do Brasil e da Índia, a expectativa era de que as cotações do açúcar permanecessem em queda. Mas, com a forte entrada dos fundos no mercado de commodities desde o final de 2007, as cotações de açúcar voltaram a se recuperar. Em abril, contudo, preços do açúcar voltaram a perder força. No mês passado, os contratos médios da commodity encerraram com desvalorização de 4,36%. No ano, a alta acumulada é de 17,72%. Analistas de mercado acreditam que as cotações não têm força para novas altas nos próximos meses e devem oscilar entre 11 e 13 centavos. (MS)

Preços do álcool sobem – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 05/05/2008

Depois de fechar com forte baixa na semana encerrada no dia 23 de abril, os preços do álcool combustível voltaram a encerrar em alta na semana passada. O litro do anidro fechou no dia 2 de maio a R\$ 0,8022 (sem impostos), com elevação de 0,8%. O hidratado teve aumento de 5,62%, negociado a R\$ 0,7659 o litro (sem impostos). Analistas afirmam que alta reflete as recentes chuvas no Estado de São Paulo, que já afetam a colheita de cana.

Agenda estratégica do álcool combustível - Marcos Fava Neves – Valor Econômico – Opinião - 06/05/2008

Muitos sistemas produtivos recebem admiração minha, mas a cana é especial, por sua história, pelo benefício que traz para o Brasil, por sua liderança mundial e pelo desenvolvimento econômico das regiões produtoras. A cana ganhou uma legião de novos defensores nos últimos anos. Faço parte dos velhos entusiastas do setor - escrevo há mais de 15 anos sobre o tema. Mas confesso estar preocupado com a sustentabilidade que se divide no tripé economia, pessoas e planeta. Vou focar nos dois primeiros, pois o terceiro vem sendo discutido.

O que se observou em 2007 não é sustentável em termos econômicos e de pessoas/distribuição de renda. Diversos investimentos foram feitos em expansão produtiva confiando no mercado interno e externo de álcool. O preço do açúcar estar baixo e os produtores de cana e usinas terminam o ano praticamente sem lucro nenhum, comprometendo o crescimento. Fora isso, percebe-se que para exportar o etanol é colocada a cada dia uma nova dificuldade por nossos compradores potenciais. Muita bobagem é dita, inclusive a injusta comparação do etanol de milho e outros grãos com o etanol de cana. Talvez precisemos mudar o nome do produto, passando a se chamar "cane-ethanol ou canethanol", mas ações internacionais são tema para outro artigo.

Quanto mais forte (em capacidade de consumir) e flexível (podendo reverter para gasolina ou gás) for o mercado interno, mais sustentabilidade econômica e distribuição de renda teremos. Vejo problemas na próxima safra, mais sérios que os desta. A produção vem firme e teremos mais quase cinco bilhões de litros. E o consumo? Para isto proponho a "agenda 10 do álcool", composta por pontos a serem trabalhados por governo, organizações e setor privado.

Os pontos principais que governos federais e estaduais poderiam atacar envolvem questões tributárias e de regulamentação: 1) urge que o álcool tenha a alíquota de ICMS reduzida para 12% em todos os Estados e ligeira redução de outros impostos federais. Agora que praticamente todos Estados terão produção, esta redução de arrecadação será compensada em parte pela produção, pelos investimentos que foram e estão sendo feitos, pelos salários gerados e outros impostos arrecadados, fora os benefícios ambientais e de interiorização do desenvolvimento; 2) estudar se a faixa de adição do anidro na gasolina pode ser ampliada, dos atuais 20 a 25%, para 18 a 28%. Muitas pessoas com carros a gasolina já fazem esta adição maior por conta própria. Assim, em casos de grande produção, o uso de 28% poderia ajudar no consumo e vice-versa.

Muitos países neste momento fazem suas regulamentações com relação aos biocombustíveis definindo as proporções de adição, entre outras. Se o Brasil quer ser um país verde em termos de combustíveis, sou favorável a que 3) a partir de 1º de janeiro de 2010 apenas automóveis novos "flex fuel" tenham autorização para emplacamento. Apesar do mercado sinalizar favoravelmente (recentemente uma camionete cabine dupla saiu com motor flex-fuel e há fila de espera), observa-se que montadoras ainda resistem - caso de coreanas, alemãs, japonesas e americanas - e o consumidor brasileiro não tem acesso a carros maiores bicompostíveis. Estima-se que grande quantidade de veículos baratos entrará no Brasil vindos da China e Índia, e não se pode correr o risco que venham à gasolina. Até 2010, as montadoras teriam tempo suficiente para fazer esta simples adaptação e desovar estoques atuais. E poderiam, tal como as francesas, exportar estes carros e motores, levando a tecnologia e consumo a outros mercados.

Ainda na agenda governamental, é necessário pensar em alterações na arrecadação dos impostos e 4) permitir vendas diretas de álcool das usinas para os postos de gasolina. Com toda a inegável eficiência das distribuidoras de combustível, por menores que sejam as distâncias, ainda existe passeio desnecessário do álcool e, em alguns casos, intermediação adicional. Esta liberalização contribuiria para um mercado mais competitivo. Vendas diretas.

Usinas poderiam montar joint ventures e, com uma gestão independente, entrar no mercado de distribuição de álcool

A indústria de motores pequenos e grandes 5) precisa estudar motos movidas a álcool e também a adaptação de motores grandes (diesel) para o álcool com as novas tecnologias (já feito por uma empresa sueca e universidade), visando o mercado dos caminhões dos fornecedores de cana e das usinas (e tratores) e de ônibus urbanos. Usinas abastecendo sua frota de caminhões com o próprio álcool em regime de tributação privilegiada teriam seu custo reduzido, o que pode ser repassado aos preços. Mais ambientalmente correta seria esta cadeia produtiva, pois o grande volume de diesel consumido nas suas operações entra negativamente na conta da sustentabilidade da cana.

As usinas são conservadoras em avançar nos canais de distribuição. Poderiam 6) montar joint ventures e entrar no mercado de distribuição de álcool, com uma gestão independente, comprando distribuidoras hoje existentes ou montando novas, autorizadas a funcionar pelo governo. Em formas organizacionais associativas (franquias ou joint ventures), 7) podem montar postos de combustível nas cidades. Estes não competiriam com as redes existentes (seriam poucos), mas seriam postos "conceito" (o nome da rede poderia ser verde ou "green") e serviriam para: direcionar os preços varejistas do álcool (dificultando a ação de cartéis) e para comunicação da imagem com o consumidor, pois estes postos seriam decorados com a cadeia da cana, plantio de árvores, enfim, uma rede "eco". Venderiam gasolina e diesel, mas em 80% das bombas, álcool. O conceito "loja de fábrica".

Em convênio com prefeituras e empresas 8) ônibus urbanos poderiam ser testados a álcool - a Única vem fazendo isto, em escala muito maior. Na Suécia são 600, com custo apenas 3% superior. Seriam pintados e decorados com a cadeia produtiva e a população teria conhecimento, informação, seja através de suas paredes, por folders, vídeos, afinal, é um momento onde todos gostariam de ler algo. Mudando rotas, entre quatro e cinco meses

já teriam "falado" com a população usuária. Além da melhoria nas condições do ar, seria um canal de comunicação permanente do setor com a comunidade.

Está claro que a Petrobras 9) terá condições de exportar gasolina pronta para consumo, já adicionada de anidro. Caiu no colo da Petrobras a chance de ser a primeira empresa petrolífera verde do planeta. A Petrobras tem um papel muito importante na imagem do álcool. E o álcool (e biodiesel) tem um papel muito importante na imagem da Petrobras.

Finalmente 10) um plano permanente de comunicação integrada de marketing precisa ser trabalhado pela cadeia produtiva da cana, usando idéias criativas para que a sociedade brasileira dê valor a este produto, reduzindo as resistências.

A cadeia produtiva tem muitos pontos a serem resolvidos, desde a colheita, a queimada, a enviada imagem da monocultura e da redução de produção de alimentos, a reforma do Consecana. Foram colocados 10 pontos no que está sob o nosso controle: o mercado interno. Sendo maior e mais flexível, terá condições de absorver excedentes de produção (por exemplo, 2008), mantendo a sustentabilidade econômica e de pessoas desta importante cadeia produtiva, agora não mais paulista e nordestina, mas brasileira.

*** Marcos Fava Neves é professor de Planejamento, Estratégia e Marketing da FEA/USP Ribeirão Preto. Coordenador do Pensa e Markestrat. (mfaneves@usp.br)**

Disputa entre cana, soja e gado revigora campo goiano - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/05/2008

"Estou aqui de teimoso. Minha mãe até insistiu para eu ficar, mas vim assim mesmo", diz Deiverson Gomes, com os olhos baixos. Dezoito anos, jeito de menino, primeiro grau completo, Deiverson saiu da região do Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas, para o sudoeste de Goiás atrás de emprego. "Nunca tinha saído de casa antes. Vim com meus amigos. Quero voltar logo".

Deiverson faz parte de uma leva de migrantes, recrutados por várias usinas do centro-sul do país para trabalhar nos novos canaviais que se formam no Centro-Oeste. "Nem sabia para que servia a cana", diz. Ele não é o único. Deiverson é amigo de Rafael Ferreira, 18 anos, que é amigo de Edmar Pires, 23. Os três mosqueteiros do Vale do Jequitinhonha, um dos maiores celeiros de bóias-frias do país, trabalham no mesmo talhão de cana na região de Jataí. Dividem os mesmos gostos musicais e a preferência por óculos escuros. Com exceção de Edmar, nunca tinham pisado em um canavial.

O sudoeste de Goiás virou um ímã para o setor sucroalcooleiro e atrai migrantes de todo país. Dos mais de 80 projetos de novas usinas protocolados no Estado, quase metade é para esta região, com terras de pastagens disponíveis e mais baratas que São Paulo. As cidades de Jataí, Mineiros e Caçu, distante cerca de 120 quilômetros uma das outras, somam aportes de R\$ 2,5 bilhões em projetos em andamento, tocados pelos grupos Brenco, Cosan e ETH Bionergia, do Odebrecht.

Com tradição em grãos e pecuária, estas cidades começam a tirar proveito da expansão da cana, que promete emprego e progresso. Há quase dois anos, a cana era considerada uma "praga" paulista. Resignados, os produtores de soja e milho percebem que

é um caminho sem volta. Nestas cidades, os aluguéis inflaram, os restaurantes lotam e hotéis são construídos.

Bem diferente de 50 anos atrás, quando Jataí era uma pacata cidade do interior que servia de abrigo para vítimas de hanseníase e Mineiros vivia de superstições ainda da época dos quilombos. Ganharam destaque com o plantio de grãos e pecuária e atraíram os frigoríficos. E até há pouco tempo, a Perdigão reinava quase sozinha lá. Com um complexo industrial em Rio Verde, e investimentos para Jataí e Mineiros, hoje divide os holofotes com as usinas.

Ao mesmo tempo em que traz um ânimo novo para a economia desses municípios, a chegada das usinas expõe uma fragilidade típica das cidades pequenas: falta de mão-de-obra especializada. "Se aparecesse um engenheiro, contrataria agora", diz Vitor Gaiardo, dono da Mecal, empresa de instalação elétrica de Jataí. O mercado está aquecido não só para Mecal. Há vagas também para nível técnico, como operadores de máquina. Sobram emprego em Jataí e Mineiros. Mas só há vagas disponíveis e bons salários para cargos qualificados. A mão-de-obra braçal, usada em larga escala no campo, é ocupada por trabalhadores locais e migrantes.

Com projetos bilionários para a região, Brenco, Cosan e ETH estão aproveitando mão-de-obra local nos canaviais. Mas é insuficiente. Trabalhadores da região e de fora começaram a ser treinados nas matrizes. "Recrutamos e levamos para São Paulo", afirma Roberto Sanches, gerente-regional da Cosan, que se mudou com sua família de Piracicaba (SP) para Jataí.

Os amigos Deiverson, Rafael e Edmar foram contratados como cortadores de cana pela Cosan, mas têm a opção de fazer curso para operar máquina. A Cosan está construindo uma usina em Jataí, que começa a operar em 2009, outra em Montevídiu, prevista em 2010, e também em Paraúna.

O prefeito de Jataí, Fernando Henrique Peres (PR), ri à-toa. Ele diz que, além da Cosan, outros três grupos vão erguer usinas na região: Sinimbu, de Alagoas, Elcana, do Rio, e grupo Cabrera, de São Paulo. Jataí terá um zoneamento para cana, mas não fará restrição, como ocorreu em Rio Verde, que limitou o plantio a 10% da área agricultável.

Em Mineiros, o cenário é o mesmo. "A cidade vive um momento de êxtase, com a economia se fortalecendo no campo", afirma a prefeita da cidade, Neiba Barcellos (PSDB). Das 960 vagas à disposição de dezembro ao início de abril, só cerca de 200 foram preenchidas. No dia 9 de abril, a Perdigão tinha disponíveis 30 vagas para cargos de nível médio.

Essas cidades crescem, atraem gente de fora, mas temem uma migração desenfreada, sobretudo de mão-de-obra barata. Jataí, com 82 mil habitantes, e Mineiros, com 45 mil, podem crescer 20% no médio prazo, calculam os prefeitos.

Como os novos projetos de expansão do setor não contemplam corte de cana manual, a figura do cortador de cana ganhou novos contornos por causa da mecanização. Os tradicionais cortadores são contratados como plantadores de cana. O trabalho não é menos leve. Eles têm carteira assinada para um trabalho temporário de cerca de seis meses. O piso é de cerca de R\$ 450, mas o salário pode ser dobrado, de acordo com a produtividade. Um tradicional cortador de cana pode até tirar o triplo. Estudos mostram que o cortador de cana é um verdadeiro maratonista: 200 batimentos cardíacos por minuto durante o horário de trabalho.

Extremamente exaustivo, o trabalho nos canaviais virou alvo de fiscalização do Ministério Público, após nove mortes denunciadas no campo em 2005 em São Paulo. Em 2007, foram quatro mortes no Estado.

Nem a Brenco escapou desta patrulha. Com duas usinas em construção em Mineiros e outra em Perolândia, na mesma região, o grupo foi autuado. A Procuradoria do Trabalho alegou que 17 trabalhadores estavam em condições degradantes em Mineiros. A Brenco nega. O grupo contratou cerca de 700 trabalhadores para plantar cana para colocar em pé um grande complexo de etanol no Estado. José Taragano, diretor da Brenco, diz que boa parte da mão-de-obra poderá ser absorvida nas usinas que estão em construção. Esses trabalhadores estão em alojamento construído pela Brenco na região de Mineiros.

E na expectativa que os mesmos ventos de Jataí e Mineiros soprem na pequena Caçu, de 11 mil habitantes, o prefeito da cidade, Gilmar Guimarães (PPS), que se apresenta como futuro governador de Goiás, diz que a cidade, ainda toda revestida por paralelepípedos, está preparada para se tornar um pólo econômico da região. Além das duas usinas da ETH, que também terá uma terceira unidade no Estado em Itarumã, Caçu abrigará cinco hidroelétricas. Como falta mão-de-obra na cidade, a ETH também busca trabalhadores na cidade vizinha, Cachoeira Alta, de 6 mil habitantes.

E para chegar nos canaviais recém-formados em Caçu, é preciso pedir licença para os bois. E eles o abrem o caminho: uns vão pra direita, outros pra esquerda, tudo sob a batuta dos boiadeiros. Assim, na mesma sintonia, o carro rasga a estrada por mais de 30 quilômetros. E lá de longe, onde tudo antes já foi árvores e pastos, abre-se uma longa trilha de cana.

Renúncia fiscal para atrair usinas soma R\$ 36 bilhões – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/05/2008

O Estado de Goiás abriu suas porteiras para receber pesados investimentos do setor sucroalcooleiro. Dos 86 projetos protocolados há pelo menos dois anos, 12 unidades já entraram em operação e 15 estão em andamento, segundo a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado.

Se todos os projetos forem colocados em prática, o que é pouco provável, os investimentos estão estimados em R\$ 12 bilhões. O governo estadual calcula uma renúncia fiscal do ICMS em torno de R\$ 36 bilhões no próximos dez anos. Esta é a concessão feita para atrair o maior número de indústrias possíveis para o seu território. O governo concorda em postergar o recolhimento de 72% do imposto até 2020.

André Rocha, presidente do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Goiás (Sifaeg), não acredita que os 86 projetos protocolados saiam do papel. Em 1999, o Estado tinha 12 usinas em operação. "Neste ano, são 19 e até o final do ano, mais 11", diz. Segundo ele, o Estado contará com 50 unidades produtoras até 2012. "Muitas usinas desistiram dos projetos por causa dos baixos preços do açúcar e do álcool nos últimos meses", afirma.

A expectativa é de que a produção de cana salte dos atuais 20 milhões de toneladas para 60 milhões de toneladas até 2012. A área deverá dobrar, dos atuais 340 mil hectares para 700 mil hectares no mesmo período.

De longe, o setor sucroalcooleiro é o principal investidor em Goiás, desbancando os frigoríficos, antes no topo deste ranking. Mas os aportes em carnes continuam firmes. Neste mês, a Perdigão anunciou investimento de R\$ 1,1 bilhão para os próximos três anos no Estado. Os recursos serão destinados para ampliação dos atuais negócios do grupo na região do sudoeste de Goiás.

Deste total, R\$ 700 milhões vão ser aplicados na expansão dos sistemas de integração de aves e suínos nas regiões de Mineiros, Jataí e Rio Verde, para atender as unidades industriais da empresa em operação naqueles municípios. Outros R\$ 165 milhões destinam-se ao projeto de ampliação da capacidade de processamento de aves da planta da companhia em Jataí e o restante a diversos projetos já iniciados em Mineiros e Rio Verde. Com esses investimentos, a Perdigão consolida sua presença no sudoeste do Estado, um dos seus principais pólos de produção, comercialização e exportação de produtos alimentícios. (MS)

Na queda-de-braço por área, grãos perdem espaço – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/05/2008

Lá pelos idos dos anos 1950, um movimento migratório do Sul do país começou a tomar conta do cerrado brasileiro. As pastagens abriram espaço para os grãos e, apesar da resistência inicial, a convivência com o gado tornou-se pacífica. Àquela época, Goiás era um lugar distante, observado lá de longe. Os primeiros passos, ainda tímidos, foram dados há seis décadas. O cenário hoje é outro, e tudo está relativamente perto, com milho e soja dominando o pedaço.

Esta história, real, é contada e recontada várias vezes, de pai para filho e assim por diante. Com um orgulho digno de um bandeirante, o agricultor Antonio Gasparin diz que faz parte dela e foi um dos primeiros exploradores do Sudoeste goiano. Ele, junto com uma leva de migrantes, formados sobretudo por gaúchos e paranaenses, deixaram para trás suas terras para apostarem tudo no cerrado.

Agora, com a acelerada expansão da cana para o Centro-Oeste, chega a vez dos agricultores fazerem frente ao avanço dos canaviais. "Somos os desbravadores desta região", diz Gasparin, um dos tradicionais produtores de Jataí. Ele e seus irmãos ocupam uma área de 10 mil hectares, das quais mais de 80% são dedicadas à soja.

E como a história se repete, um novo fluxo migratório, desta vez, de empresários paulistas e nordestinos, começa a ocupar as terras hoje divididas entre pastagens e grãos. Plantadeiras e colhedoras de cana-de-açúcar quebram o silêncio dos milharais e plantações de soja, espremendo o gado.

"Somos os donos desta terra e formamos mão-de-obra qualificada. E te pergunto: onde moram os usineiros? Miami, São Paulo, Nova York? Nenhum mora aqui", questiona Benildo Carvalho Peles, produtor de arroz, milho e soja. "As usinas chegam e querem arrendar as terras a todo custo", afirma.

Um dos principais produtores individuais de milho do país, o município de Jataí destina 221 mil hectares aos grãos, dos quais 86% são para a soja. Para a 2007/08, a expectativa é de que a colheita de grãos na região atinja cerca de 1,3 milhão de toneladas, resultando em um pouco mais de 50% de soja e de 41% de milho (incluindo as duas safras).

Em Mineiros, a área total para grãos é 150 mil hectares, 80% tomados pela soja. O Estado colherá uma produção recorde de grãos: 2 milhões de toneladas.

A cana é um caminho sem volta e chega para ocupar boa parte das áreas agricultáveis e pastos do Estado. Mas os produtores prometem resistir. "Já conversamos com o poder público e sindicatos rurais", diz Gasparin. Por enquanto, somente Rio Verde tem limite de 10% de área para cana. Caçu, Jataí e Mineiros devem fazer zoneamento, mas comemoram a chegada da cana. (MS)

Nova joint venture – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/05/2008

A DuPont e a Genencor, divisão da Danisco S/A, anunciaram acordo para formar a DuPont Danisco Cellulosic Ethanol LLC, joint venture voltada ao desenvolvimento e a comercialização de uma solução tecnológica de baixo custo para a produção de etanol de celulose. O investimento inicial será de US\$ 140 milhões, em três anos.

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

A universidade, o programa de biodiesel e a agricultura familiar - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 17/04/2008

Em mais um evento da série promovida para discutir os impactos do programa de biodiesel na agricultura familiar brasileira, os professores René Louis de Carvalho (UFRJ) e Georges Flexor (UFRRJ) comentam pontos importantes como segurança alimentar e integração energética latino-americana, entre outros.

RIO DE JANEIRO – Seja em sua participação na elaboração de políticas públicas, na análise e compreensão do novo sistema de produção que se instala no país ou no auxílio à prestação de assistência técnica ao trabalhador rural, a universidade é um ator de fundamental importância nesses primeiros anos de aplicação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) no Brasil. Por isso, a série de debates “Biodiesel e Agricultura Familiar”, organizada pela Carta Maior com apoio da Petrobras, reuniu no Rio de Janeiro dois especialistas para discutir os principais aspectos desse tema.

Participaram do debate René Louis de Carvalho, que é professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Georges Flexor, professor da cadeira multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Realizado na quinta-feira (17), na sede do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Rural, o debate teve

mediação do diretor-geral da Carta Maior, Joaquim Ernesto Palhares, e poderá ser assistido na íntegra na TV Carta Maior.

Leia a seguir como os dois professores reagiram a alguns dos pontos que compõem a rica discussão travada atualmente no Brasil em torno da produção de biodiesel:

Qual é hoje o panorama, após mais de dois anos de instalação do PNPB no Brasil, da relação do programa com a agricultura familiar?

René Louis de Carvalho - No momento, a agricultura familiar participa da produção de oleaginosas apenas nas regiões Sul e, marginalmente, Centro-Oeste, através de uma participação de cerca de um quinto da produção de soja. Existe também uma pequena produção de mamona, que é exportada e não voltada para o biodiesel. A inserção da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel é uma inserção a construir. Oitenta por cento dos estabelecimentos rurais, segundo o censo de 2006, são familiares, além de cerca de 40% da produção brasileira. Mas, esses agricultores têm acesso apenas à cerca de 20% das vendas e 30% e das terras disponíveis e, em sua maioria, tem muito pouco acesso aos insumos e meios técnicos de produção. Temos, na agricultura familiar brasileira, um conjunto de sub-setores que se expressam regionalmente na sua forma de acesso à terra, mas, sobretudo, na sua condição de produção. Falar em agricultura familiar é falar em diversidade.

Georges Flexor – Vou pensar essa questão a partir da institucionalização do biodiesel no Brasil, que basicamente só aconteceu quando ele passou a ser institucionalizado por políticas públicas. E aí, pensar a especificidade do PNPB para entender esse panorama, porque ele é o arcabouço institucional que orienta os diferentes agentes da cadeia. É preciso pensar também na especificidade do biodiesel no Brasil em relação tanto a outros combustíveis, como o etanol, quanto a outros países, como alguns da Europa onde o biodiesel já é usado há bastante tempo. O PNPB vai definir parâmetros que vão incentivar, a priori, tanto o desenvolvimento regional quanto à inclusão social. É preciso entender esses dois aspectos para compreender o panorama e, depois, os atritos, conflitos, e dinâmicas dele resultantes.

O PNPB prevê que desde janeiro seja misturado 2% de biodiesel ao óleo mineral, o B2. A partir de meados do ano virá o B3 e a partir de 2010, ou possivelmente antes, virá o B5, ou seja, a mistura de 5%. O mercado do programa de biodiesel foi construído por políticas e a partir de um formato, que são os leilões, onde há basicamente um comprador _ a Petrobras _ e vários produtores que vendem seus produtos. Há os aspectos mais produtivos, agronômicos, sociais, mas há também um conjunto de instrumentos e dispositivos institucionais que enquadra a produção de biodiesel no Brasil.

Quais os desafios para a integração da produção de biodiesel à agricultura familiar?

RLC - Podemos ter o biodiesel a partir da soja, que tem um complexo produtivo montado. Mas, as consequências dessa opção são claras do ponto de vista da inclusão social, do ponto de vista ambiental e também regional. Discutir esses elementos a partir da

expansão do complexo da soja para a produção de biodiesel é difícil, porque é uma opção negativa em relação a essas questões. Além disso, o complexo da soja é dominado por capitais externos. Não quero dizer que os complexos a serem criados para a produção de biodiesel serão obrigatoriamente nacionais, mas as possibilidades de articulação serão muito mais fáceis do que numa cadeia dominada por cinco ou seis multinacionais.

A instalação do PNPB é um processo de aprendizado que não envolve apenas a agricultura familiar e traz variáveis de incerteza importantes. O grau de incerteza é muito maior para a agricultura familiar. Quando incluímos na análise o desenvolvimento de uma cadeia produtiva que propicia o desenvolvimento regional e a inclusão social, partimos de regiões, espaços e atores que são menos desenvolvidos. Sem formas específicas de apoio, será difícil dar um start rompendo com o que foi construído historicamente como dificuldades e atrasos dessas regiões e atores. Desenvolver uma produção agrícola no Semi-Árido, que está em estagnação há 25 anos, desde a crise do algodão, é algo absolutamente complexo na medida em que toda a estrutura de apoio _ serviços, comércio, agro-fornecimento, assistência técnica _ se desagregaram nesse período de crise. Essa reconstrução demanda ações específicas de apoio.

GF - A questão que se coloca é pensar como, em termos de cadeia produtiva, estão os diversos atores. Não existem somente os pequenos agricultores e os agricultores familiares, há outros atores dentro da cadeia e uma relação entre eles. Temos que pensar como essas relações poderiam permitir que esses atores possam aproveitar as oportunidades criadas, que de fato existem, para integrar a cadeia. Mas, ela é uma cadeia específica, que pede alguns requisitos, e aí é que se cria o maior problema. Existem outros programas de transferência de renda _ como o Bolsa-Família, etc _ que ajudam a combater o estado de precariedade, mas, se pensarmos na relação entre o pequeno agricultor e o biodiesel, temos que pensar nas condições de participação na cadeia produtiva e nas relações entre os atores, como as condições da cooperação e de aprendizagem organizativa, produtiva, etc. É aí que está o desafio.

O MST e outros movimentos falam muito na questão da segurança alimentar. A produção de biodiesel é uma ameaça?

RLC - O movimento social reflete, depois desses 25 anos de crise da agricultura regional, toda sua luta, que se deu no sentido de melhorar as condições de vida do agricultor. Isso se deu na luta pela reforma agrária, pela assistência técnica, pelo acesso ao mercado. Para muitos agricultores familiares, e, sobretudo, para aqueles oriundos do processo de reforma agrária, a conquista da soberania alimentar representou um salto nas condições de vida. Todo esse sentimento se expressa numa dúvida: Até que ponto, entrando no processo de produção do biodiesel, vai haver para uma parcela desses agricultores uma regressão? Esse é um horizonte de incerteza muito claro no movimento social. O questionamento é menor nos sindicatos e federações de trabalhadores, que refletem uma agricultura consolidada entre seus membros, enquanto o MST está diretamente ligado a essa conquista dos assentamentos. A grande questão é saber como criar um processo de inclusão social.

As oleaginosas não são um produto clássico e característico da agricultura familiar. São culturas extensivas porque geram muito pouco emprego e somente dão renda quando você trabalha com 50, cem ou mais hectares. O agricultor que tem pouca terra tem uma dificuldade básica de inserção nesse processo. Veja o caso do meeiro, comum no Nordeste, que recebe uma parcela de terra na grande propriedade em troca do talo da cultura alimentar para o gado do proprietário. Esse produtor não quer cultivar a mamona porque o gado pode comer e morrer. Não dá para simplesmente desenvolver as oleaginosas sem um sistema de produção que combine culturas intensivas e extensivas com geração de emprego e renda. O papel do programa de biodiesel em relação à agricultura familiar tem por objetivo gerar renda imediata.

O desenvolvimento do biodiesel é comparável ao desenvolvimento apresentado pelo etanol nos últimos anos?

GF - Existem elementos comparáveis e outros radicalmente diferentes. Estamos num momento histórico bem diferente de 30 anos atrás, então, para se pensar energia, confrontando um pouco biodiesel e etanol, temos que realizar comparações históricas. O etanol hoje basicamente se auto-sustenta e é guiado pelo mercado, mas há 30 anos também víamos basicamente os mesmos atores principais _ o governo, a Petrobras e as construtoras de automóveis _ que foram também atores-chave para o lançamento do PNPB. No caso do biodiesel, há uma repetição, temos também o governo e a Petrobras, que voltam a ser os atores-chave pra deslanchar e prometer perspectivas para essa cadeia produtiva.

Quando há incertezas, o mercado simplesmente não participa e não há incentivo suficiente para os agentes privados tomarem decisões para transformar o Brasil num ator estratégico no panorama energético global. O etanol sofreu críticas quando foi lançado há 30 anos, críticas nos anos oitenta, nos anos noventa, etc. Não dá para haver uma avaliação rápida do programa de biodiesel, só a história poderá dizer se daqui a 30 anos a experiência do biodiesel foi boa ou não.

O etanol nasceu em um contexto muito peculiar, que era a crise do petróleo aliada a uma crise também do açúcar. O etanol nasceu para garantir os lucros do setor sucro-alcooleiro paulista, que era um ator político importante. No biodiesel, os parâmetros que vão iniciar o programa e seu foco são diferentes. Há a questão de substituir o óleo mineral, pois o Brasil ainda exporta muito diesel, que é o combustível mais importante para o transporte de carga. O programa de biodiesel é bem diferente do etanol, pois tem foco mais social e regionalizado. Mas, só poderemos fazer uma avaliação sobre isso no futuro, pois ainda estamos numa fase de ajuste e mapeamento.

Há tendências regionais favoráveis para algumas plantas? Algumas das matérias-primas testadas são inviáveis para a produção de biodiesel?

RLC – A indústria valorizou mais ou menos algumas plantas. Mas, do ponto de vista, por exemplo, da Embrapa, há um leque significativo de plantas que são, em tese, economicamente viáveis. No Nordeste e no Norte, já foram feitos testes com a mamona e com o dendê, e estão fazendo testes agora com o girassol, além do amendoim e do gergelim. Sou apenas um economista, mas não penso que o tipo de óleo seja um problema

complexo para o biodiesel, pois quimicamente isso se resolve. O mais importante é a adaptabilidade das condições sócio-econômicas de produção. A soja, quando começou no Brasil, produzia 300 quilos por hectare, e hoje em dia produz 3,4 toneladas por hectare. Não se pode olhar essa questão das culturas pelo retrovisor.

No Nordeste, as duas espécies de mamona que a Embrapa disponibilizou tem produtividade esperada de 1,5 tonelada por hectare. Não se está tirando hoje mais do que 400 ou 500 quilos por hectare. Nós ainda temos condições de colocação técnica e organização produtiva da agricultura familiar, e até mesmo da patronal, para se chegar a outro horizonte. A partir de 1,2 tonelada ou 1,5 tonelada por hectare, já dá pra competir com o mercado da soja em igualdade de condições.

O dendê, cultivado no Norte, tem hoje amplas condições de competitividade, mas o problema é que se trata de uma planta perene, que nos primeiros anos não dá nada. O agricultor tem que sobreviver nesse período, e isso implica em sistema de crédito, etc. As grandes empresas não querem plantar dendê, querem terceirizar para a agricultura familiar, porque nos 10 ou 20 primeiros existe o risco de praga.

Na mamona, para você entrar no crédito sendo um agricultor familiar nordestino, precisa de uma capacidade de produção de pelo menos 750 quilos por hectare, consorciados com outros cultivos. Quando estiver aquém desses valores, é difícil entrar no crédito. É preciso recolocar uma parcela significativa dos agricultores familiares em condições de produzir. Não é um problema de escala. Os assentamentos da reforma agrária têm, em alguns casos, seis mil hectares de terra comum. O problema é que recompor as condições produtivas exige uma ação institucional, financeira, técnica e de capacitação. Não dá para colocar regiões de produtores que se marginalizaram por 30 anos _ ou até historicamente, no caso da agricultura familiar _ imediatamente em condições de disputar com a agricultura industrial e patronal.

Alguns setores da sociedade afirmam que nós vamos produzir energia limpa para outros países e ficar com o passivo ambiental aqui dentro do país...

GF – As condições de armazenamento do biodiesel, em comparação ao etanol, são muito complicadas. Problemas como a oxidação podem mudar a qualidade do produto muito rapidamente. O armazenamento, a estocagem, é um problema que, se pensarmos em um mercado mais desenvolvido de oferta e abastecimento, precisa ser resolvido. Se, por exemplo, os assentamentos estiverem longe da planta de processamento, eles não vão conseguir acessar a cadeia, mesmo que produzam em larga escala.

A exportação de biodiesel, por enquanto, não é uma questão muito importante. Não vejo perigo nesse sentido agora, mais tarde talvez. Por enquanto, a produção de biodiesel é para consumo interno. Há alguns empreendimentos para exportação de biodiesel, alguns investimentos estrangeiros, mas, por enquanto, é pouca coisa. Quanto ao passivo ambiental, não sou especialista, mas não vejo grandes perigos no momento. Talvez haja o problema da monocultura, mas não é o que se configura por enquanto.

A questão ambiental é muito mais complicada no caso do etanol, que é forte em São Paulo e agora está subindo para o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso do Sul. Atualmente, os grandes investimentos, em usinas de escala gigantes, estão acontecendo no Oeste Paulista e no Mato Grosso do Sul. No Rio Grande do Sul há experiência de etanol produzido pela agricultura familiar, como micro-destilarias e outras iniciativas, mas lá no Sul a estrutura historicamente se baseia numa agricultura familiar constituída de uma maneira radicalmente diferente da agricultura familiar no Nordeste. É um outro universo. A cadeia de soja baseada na agricultura familiar no Sul é também muito forte.

A agricultura familiar no Rio de Janeiro está fragilizada? A chegada do eucalipto representa um novo perigo para o agricultor familiar fluminense?

RLC – A agricultura familiar no Rio de Janeiro é muito frágil e pouco expressiva, e a agricultura em geral no estado está em processo de marginalização desde a decadência do setor sucro-alcooleiro, que entrou em crise há muito tempo. A entrada do eucalipto está em projeto há uns três anos, através da Firjan. Eu sou muito pouco receptivo a esse cultivo, porque o que fica na região com a plantação de eucalipto é muito pouca coisa. Você já tem nas regiões Norte e Noroeste do estado um processo de pecuária extensiva, onde os proprietários médios e grandes já vivem mais na cidade e não investem tanto na agricultura. Com o eucalipto, vão ficar em casa na cidade e receber um cheque por mês, pois a empresa planta, a empresa capina, a empresa corta. Vai virar apenas um recurso financeiro, uma espécie de bolsa-eucalipto, para médios e grandes produtores, sem geração de emprego. A produção de biodiesel poderia ser uma alternativa razoável a essa ameaça. Seria muito mais interessante tornar o Rio de Janeiro, que já é uma potência energética, num produtor de energia renovável, sem o eucalipto.

Como a expansão dos biocombustíveis influi no atual processo de integração política e econômica da América Latina?

RLC – Minha impressão é que a América Latina tem efetivamente um papel crescente de pólo energético no cenário mundial e, evidentemente, a integração política dos países da América Latina só reforça isso, ordenando políticas e valorizando produtos. O componente bioenergético é importante na construção dessa potência, mas não se expressa de uma maneira igual em todos os países do continente. As condições do Brasil não se repetem em outros países, no que se refere à disponibilidade de terras e da agricultura familiar. Junto com a Argentina, que tem a soja, a grande força bioenergética central na América Latina é brasileira, apesar do fato de que esse processo pode se generalizar a outros países.

GF – Concordo plenamente com o René e acho que o Brasil é basicamente a grande potência bioenergética da América Latina. A Argentina, com sua soja, talvez também seja um grande ator nas exportações do biodiesel. No que diz respeito à integração, já penso diferente. Quando se trata de energia, ninguém gosta de colocar sua segurança em jogo para promover qualquer integração, a segurança energética geralmente prima sobre qualquer outra coisa.

Durante a crise com a Bolívia, no início o governo brasileiro queria jogar duro. Era um contrato negociado a preço de banana, mas Petrobras não estava com nenhuma vontade de ceder. A Bolívia endureceu, mas a diplomacia prevaleceu num segundo momento. Pode ter havido entendimento, mas no início essa questão do gás gerou atritos dentro do próprio governo brasileiro. Não vejo muita integração nesse sentido. Se existe a possibilidade de cooperação entre os países, isso ocorrerá, mas não em detrimento de sua segurança energética. No caso da Argentina, que passou por uma grave crise energética no inverno passado, o Brasil ajudou, mas agora já avisou que não vai fazer isso sempre. A Argentina fez o mesmo com o Chile. Quando se fala em segurança energética, não creio que essa discussão sobre a integração da América Latina seja tão importante.

Qual é o papel da universidade brasileira na instalação do programa de biodiesel e sua relação com a agricultura familiar?

RLC – Poderia ser muito maior, evidentemente, mas na medida em que os atores nos convidem e nos integrem. São várias as universidades que estão tomando iniciativas de fóruns, de debates e de pesquisa, embora a nossa incidência sobre as políticas públicas ainda seja restrita. De toda forma, desde os enfoques mais diretamente de mercado (como Piracicaba) até os mais preocupados com a agricultura familiar e a inclusão social têm se tornado presentes, sem esquecer que foi a Universidade Federal do Ceará, através do Expedito, que tecnologicamente começou esse processo. A universidade tem dado passos importantes, mas eu penso que nós ainda estamos pouco incorporados às políticas públicas e aos processos de gestão, amadurecimento, discussão, balanço e diagnóstico dessas políticas.

GF – O papel das universidades nos aspectos biológico, agrônomo e de engenharia produtiva é imprescindível. Mesmo em relação ao etanol, sem o papel de centro de pesquisa cumprido pela universidade tanto na engenharia mecânica quanto na agronomia, não estaríamos na ponta tecnológica nessa área. Para o biodiesel, um dos papéis centrais da universidade é pensar as relações entre os atores e ter uma melhor compreensão dessas dinâmicas. É preciso criar espaços de diálogo e fóruns onde a universidade possa ter um papel de interpretar e analisar, mas onde também estejam os outros atores que se envolvem nesse mercado que é embrionário. Mas, também, não é a universidade na sua torre de marfim que vai resolver os problemas sozinha, é preciso uma rede de interação entre os diversos atores envolvidos.

Rio de Janeiro busca sintonia para produção de biodiesel - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 17/04/2008

Em mais um debate da série “O Biodiesel e a Agricultura Familiar”, representantes dos governos federal e estadual, membros de ONGs e dirigentes dos movimentos sociais discutem a implementação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) no estado.

RIO DE JANEIRO – Vitimado por três décadas de decadência econômica, o Rio de Janeiro teve no abandono de seus projetos agrícolas uma das faces mais duras de um longo processo de exclusão social no estado. Após o fim da “era de ouro” da cana-de-açúcar nas regiões Norte e Noroeste _ produção que já trazia desemprego ou condições degradantes de trabalho para o agricultor familiar fluminense _ a falta de políticas públicas aumentou a pobreza no campo e o inchaço das grandes cidades, sobretudo a capital.

Atualmente, em meio ao temor causado pela iminente chegada da monocultura do eucalipto para produção de celulose ao estado, a agricultura familiar no Rio de Janeiro vive, por outro lado, a expectativa de dias melhores e espera pelos resultados do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) para se desenvolver e aumentar a renda dos trabalhadores rurais. Com o objetivo de analisar essa realidade, a série **Debates Carta Maior** reuniu na Cidade Maravilhosa representantes dos principais segmentos que atuam nessa área.

Realizado na quarta-feira (16), o debate teve a participação de Jaime Muniz (delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Rio), Carlos Eduardo Sturm (engenheiro agrônomo do Incra), Arivaldo Ribeiro Viana (diretor da Empresa de Pesquisa Agropecuária do estado / Pesagro), Marcelo Durão (dirigente estadual do MST), Paulo César Ventura Mendonça (vice-presidente estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura / Fetag), Cesare Fea (dirigente da ONG Orgadem) e Alexandre Inácio da Silva (dirigente do Instituto Ânima). Com patrocínio da Petrobras, o debate teve a mediação do diretor-geral da Carta Maior, Joaquim Ernesto Palhares.

Todos concordaram que, no Rio, o PNPB ainda é incipiente e que as relações entre os diversos atores que compõem a cadeia produtiva precisa ser afinada: “O Rio de Janeiro, em 92 municípios, tem agricultores familiares, e nós vemos no PNPB uma oportunidade de valorizar essas pessoas. Que se faça no estado o zoneamento agrícola e se mapeie as potencialidades. A comercialização da agricultura familiar é importante, mas na parte do biodiesel ela é incipiente. Nossa preocupação é que o programa de biodiesel traga agregação de valor ao agricultor e dê a ele oportunidade de comercializar sua produção”, disse Jaime Muniz, acrescentando que o objetivo do MDA é realizar uma firme parceria com movimentos sociais: “Eles estão se organizando para ocupar esse espaço”.

Paulo César Ventura Mendonça afirmou que o Rio conta com cerca de 100 mil agricultores familiares, sejam convencionais, assentados do Incra e/ou beneficiários do programa de crédito fundiário do governo federal: “Precisamos extrair desse debate a agregação de valor nesse programa. Não podemos pensar no PNPB como outros programas

que, no passado, trouxeram trabalho escravo, como a cana, ou em monoculturas como o eucalipto. Temos que contrapor esses projetos e não tornar a produção para o biodiesel uma nova monocultura. O biodiesel tem que ser mais um agregador para desenvolver a agricultura familiar no estado”, disse.

O dirigente da Fetag condiciona o sucesso do PNPB no estado a três condições: “Primeiro, não podemos ser somente produtores de grãos, temos que produzir o óleo, participar do refino, etc. A Fetag só admite a participação do agricultor familiar se ele dominar a cadeia do biodiesel. Em segundo lugar, precisamos avançar na pesquisa com as oleaginosas. Em terceiro, vem a assistência técnica aos agricultores familiares, mas aí, lamentavelmente, nosso estado está na contramão, desativando a assistência técnica. Sem dominar cadeia produtiva, pesquisa e assistência técnica, não vamos a lugar nenhum”.

Para Marcelo Durão, uma outra forma de pressão, a do etanol, pode prejudicar o desenvolvimento do PNPB no Rio: “O governo estadual diz que já tem um plano diretor, mas nunca vimos este plano direito. Não acredito que, nesse primeiro momento, o PNPB promova o fortalecimento da pequena agricultura. Em relação à cana, temos áreas que estavam propícias à reforma agrária e hoje já estão novamente dominadas pela monocultura”.

Representando o governo estadual no debate, Arivaldo Ribeiro Viana afirmou o objetivo da Pesagro de levar tecnologia que possa ser aplicada pelo pequeno agricultor: “É preciso nivelar algumas informações sobre as políticas que estão sendo desenvolvidas no estado. A Pesagro participou da elaboração do plano diretor, e nele existe a preocupação de beneficiar a agricultura familiar com as pesquisas que são desenvolvidas. A preocupação com a integração na cadeia de biodiesel é extremamente importante, por isso queremos montar uma unidade industrial de pequeno porte, onde possamos extrair o óleo e apresentar o produto pronto para queimar nos motores. Essas tecnologias devem ser divulgadas de forma mais abrangente e esse conhecimento deve ser levado a todas as instâncias para que possamos desenvolver um trabalho de forma integrada para fortalecer a agricultura familiar”, disse.

Biodiesel x Alimentos - Outro momento quente do debate foi a discussão sobre as ameaças que a produção de oleaginosas para a geração de energia pode trazer à soberania alimentar do agricultor familiar: “O Rio de Janeiro tem espaço, tem terra e tem clima propícios ao desenvolvimento do programa de biodiesel. Temos no estado acima de 500 mil hectares disponíveis. Essa polêmica entre bioenergia e alimentação é mentira, balela, coisa de gringo. No Rio existem terras degradadas adoidado, sem uso”, disse Cesare Fea, que é italiano e vive no Brasil há 34 anos, onde dirige uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que trabalha com o fortalecimento da agricultura familiar nos municípios brasileiros e, nos últimos tempos, busca estabelecer parcerias em torno da produção de biodiesel.

A afirmação de Fea foi contestada pelo dirigente do MST: “A dicotomia entre biodiesel e segurança alimentar não é balela. Se o agricultor possui oito hectares de terra e tem que usar parte disso para produzir energia, então existe, sim, essa competição. Vemos o que o milho está causando nos Estados Unidos e México. Se, por exemplo, promovermos o

cultivo do pinhão manso, vamos manter essa contradição e tornar o agricultor familiar apenas um produtor de matéria-prima. Todo o controle do processo deve estar nas mãos das associações e cooperativas dos pequenos agricultores” afirmou Durão.

A Pesagro, por sua vez, acredita no potencial do pinhão manso: “O pinhão manso permite o plantio consorciado com cultivares alimentares. É uma planta perene, que dura entre 40 e 60 anos, e permite ao pequeno agricultor de terra um complemento a sua renda familiar. Que fique claro que é complemento, não vamos vender falsas esperanças ao pequeno produtor. O pinhão manso é a última oleaginosa que nós incluímos no nosso elenco para o biodiesel. Mas, nesse tempo, tem apresentado algumas características agrônômicas que demonstraram que pode ser uma boa alternativa. É uma planta bastante rústica, que pode se adequar às áreas degradadas e solos pobres do estado”, disse Viana.

Capacidade técnica - Em tom de provocação, Carlos Eduardo Sturm, do Inbra, perguntou se os movimentos sociais estão preparados para assumir a cadeia de produção do biodiesel. Segundo Jaime Muniz, o governo federal aposta que sim: “MST e Fetag podem estar somando nesse processo. Temos ações setoriais que, em parceria com os movimentos, podem consolidar a cadeia de produção. Mas, precisamos ir com cuidado, pois temos experiências que não deram certo. Existem várias entidades com equipamentos parados, sem uso, e isso nos preocupa”, disse o delegado do MDA.

Para Paulo César Mendonça, “o questionamento que Carlos faz é o mesmo que a sociedade conservadora faz há 500 anos”. O vice-presidente da Fetag ressaltou a importância dessa reflexão: “Dizem que o agricultor não sabe fazer nada, mas é o inverso. Se somos o país que somos, isso se deve à participação dos agricultores”, afirmou, para em seguida explicitar as expectativas dos agricultores familiares com o PNPB: “Nós não vamos hoje vender o refino, mas não posso entrar num projeto que não preveja que daqui a seis meses eu esteja esmagando a oleaginosa e daqui a um ano esteja fazendo o refino e negociando com a Petrobras. Temos que chegar a ponta final do processo”.

Para tanto, segundo Alexandre Inácio da Silva, do Instituto Ânima, é também fundamental promover a diversificação dos cultivos de oleaginosas: “Podemos desenvolver outras culturas como gergelim ou amendoim, isso fará com que o produtor não fique restrito a produzir aquilo somente para biodiesel. É preciso também produzir alimentos básicos que garantam a sobrevivência das famílias, como o feijão, o milho e as hortaliças. O que precisamos é unir esforços”, disse.

Ao final do debate, todos saudaram a abertura de um canal de diálogo entre os diversos atores envolvidos na cadeia de produção do biodiesel: “O PNPB tem futuro, e o MDA quer que esse grupo aqui representado possa participar de todas as etapas do processo. Criamos um pólo de discussão. Começamos aqui a trilhar um caminho de discussão sobre o biodiesel que vai propiciar ao agricultor familiar participar. Vejo o biodiesel como um desafio para o Rio de Janeiro. O agricultor tem que saber os riscos que corre e esses riscos têm que ser compartilhados com pé no chão, respeito e muita responsabilidade”, disse Muni

Com sua forte agricultura familiar, Paraná espera o biodiesel - Maurício Thuswohl -
Carta Maior – 20/04/2008

Um dos campeões de produtividade e dono de uma agricultura familiar historicamente desenvolvida, o Paraná é um termômetro para o sucesso do programa de biodiesel no país. Reunidos pela Carta Maior, representantes dos governos e dos movimentos sociais debateram o impacto dos biocombustíveis no estado.

CURITIBA – É indisfarçável o orgulho dos paranaenses quando falam de sua agricultura. Eles têm razão, pois no Paraná a terra é abençoada. O solo fértil faz com que o estado esteja entre os campeões de produção de soja, cana-de-açúcar, milho, trigo e café, entre outros cultivos. Tanta diversidade foi possível também pela constituição histórica do Paraná, que juntou seus povos tradicionais, como indígenas, quilombolas e povos dos faxinais, a imigrantes alemães, poloneses, italianos, japoneses e ucranianos, entre outros. Esses dois fatores - riqueza do solo e diversidade cultural - permitiram que a agricultura familiar da região se consolidasse como uma das mais fortes do país.

Com tantas especificidades, qual impacto e expectativas causam a aplicação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) sobre a agricultura familiar paranaense? Na busca de respostas a esse questionamento, a série Debates Carta Maior foi à Curitiba na sexta-feira (18) para ouvir a opinião de diversos atores dos governos estadual e federal e dos movimentos sociais envolvidos com o programa de biodiesel no Paraná.

Participaram do debate Valter Bianchini (secretário de Agricultura e Abastecimento do governo do Paraná), Reni Antônio Bernardi (delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Paraná), Mário Plefk (vice-presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná / Fetaep), Richardson de Souza (coordenador do Programa de Bioenergia do governo do estado), Ademir Antônio Rodrigues (diretor técnico do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná / Emater) e Alвори Cristo dos Santos (dirigente da ONG Departamento de Estudos Econômicos e Rurais / Deser). O debate, que foi mediado pelo diretor-geral da Carta Maior, Joaquim Ernesto Palhares, terá transmissão na íntegra pela TV Carta Maior.

Valter Bianchini foi o primeiro a citar as boas condições da agricultura familiar no Paraná: “Das 374 mil propriedades rurais no estado, 320 mil pertencem a agricultores familiares, o que representa quase 90% dos trabalhadores em regime de agricultura familiar. O Paraná tem uma expectativa de safra de 30 milhões de toneladas de grãos, e mais de 50% do valor bruto da produção vem da agricultura familiar. Temos um terço das terras agricultáveis, e a maioria abaixo de 50 hectares, o que mostra a potencialidade do estado. Além disso, o Paraná é o segundo estado produtor de etanol, com 1,9 bilhões de litros por ano. Na soja, com doze milhões de toneladas, o Paraná também é o segundo, depois do Mato Grosso. A agricultura familiar responde por mais de um terço dessa produção”.

Essa força de produção, segundo Richardson de Souza, pode ser adaptada às necessidades do programa de biodiesel: “O Paraná é muito grande, bastante diversificado em solos e clima e tem potencial para diversas espécies. Praticamente todas que estão aí

disponíveis hoje na agricultura. O programa paranaense que enfoca o biodiesel foi definido não somente para desenvolver plantas aptas e compatíveis para o biodiesel, como também tecnologia para incentivar a agricultura familiar a introduzir as oleaginosas que já podem dar retorno em médio e longo prazos”, disse o coordenador, exemplificando em seguida as espécies que já estão sendo testadas no estado: “Temos girassol e mamona para iniciar, mas trabalhamos com outras oleaginosas com potencial, com outras plantas perenes, como o pinhão manso e o nabo forrageiro. O foco do programa é na agricultura familiar, queremos dar novas alternativas ao agricultor. Vemos também as janelas agrícolas para que o agricultor familiar possa aproveitar as safrinhas, como nabo e canola”.

Segundo Mário Plefk, a organização da agricultura familiar no estado também se reflete no fortalecimento de suas associações representativas: “Existem 336 sindicatos de trabalhadores rurais no estado, que trabalham todas as políticas de desenvolvimento da agricultura familiar. Esperamos que as políticas dos governos estadual e federal possam ajudar o agricultor familiar. Temos cautela com o biodiesel, que é um programa novo, e não temos ainda a segurança de que ele possa trazer resultados positivos para a agricultura familiar”, disse o vice-presidente da Fetaep.

A cautela em relação ao programa de biodiesel também é recomendada por Ademir Antônio Rodrigues: “Realizamos no estado um trabalho muito interessante na pesquisa das principais espécies de produção de óleo para biodiesel. Mas, o Emater está na fase inicial de acompanhamento e precisa ter certeza daquilo que vai estar influenciando nos negócios dos agricultores. Nosso papel é avaliar a relação custo-benefício para o agricultor familiar. Estamos avaliando como PNPB vai se inserir”, disse.

Apesar das incertezas causadas pelo estágio inicial do programa, a expectativa quanto à obtenção de bons resultados relativos à inclusão social dos trabalhadores rurais e à proteção do meio ambiente é grande: “A pauta dos agrocombustíveis sem dúvida é uma pauta positiva. Poder discutir alternativas de produção e renda compatíveis com tecnologias mais limpas e focadas na proteção do meio ambiente é fundamental. É importante que os governos somem forças que possam passar o programa de biodiesel de uma política social para uma perspectiva de desenvolvimento para a agricultura familiar”, disse Alvorci Cristo dos Santos.

Segundo Reni Antônio Bernardi, o MDA incorpora o pensamento governamental, de desenvolver o agricultor familiar: “A pauta do ministério é voltada para a inclusão social dos assentamentos, das populações tradicionais e da agricultura familiar de um modo geral. O Brasil dá mostras nos últimos anos de que é possível a convivência de uma forte agricultura familiar, que tenha espaço no mercado, com uma agricultura de base empresarial. No Paraná, isso vem acontecendo. Nosso trabalho é dialogar fortemente com os movimentos sociais e o governo estadual”, disse.

Bernardi aponta os desafios do PNPB no estado: “Há uma discussão de como incluir o agricultor familiar na produção de etanol, da qual pouco participa. Para promover a inclusão na cadeia do biodiesel, é fundamental descobrir matérias-primas que sejam mais adequadas que a soja para a agricultura familiar, mas tudo é ainda muito embrionário.

Outro ponto é fortalecer a assistência técnica e a extensão rural, pois sem isso a agricultura familiar vai ter poucas condições de efetivamente participar da cadeia do biodiesel”.

Segurança alimentar - Os eventuais riscos que a expansão do cultivo de oleaginosas para a produção de energia pode trazer à segurança alimentar do trabalhador rural também foi debatida: “A segurança alimentar é outra questão desafiadora para a produção do biodiesel. No Paraná, uma unidade produtiva consegue hoje disponibilizar cerca de dez hectares de área para cultivo, dependendo das combinações de safras de inverno e de verão ou das safrinhas, que são comuns no estado. O risco entre a produção de oleaginosas e segurança alimentar se coloca na perspectiva de que haverá necessariamente uma negociação de impacto sobre a ocupação desse espaço produtivo”, disse Cristo dos Santos.

Valter Bianchini lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em recente reunião da FAO, defendeu que é possível compatibilizar a produção para a segurança alimentar com a produção para energia: “Aqui no Paraná pensamos da mesma forma. O estado tem uma área de 20 milhões de hectares, com seis milhões destinados à agricultura. Temos quatro milhões de hectares para a soja, 1,5 milhão para o milho, mas temos outras culturas como o feijão, o trigo, etc. No inverno, nos preparamos para a safrinha do milho e do trigo. O Paraná produz mais de 30 milhões de toneladas de soja, e uma parte é exportada devido a uma política que incentiva a produção de grãos. Outra parte vira óleo e outra vira farelo. Produzimos cinco milhões de litros de óleo, parte desse mercado pode ser destinado a bioenergia”, disse o secretário, citando três questões que considera fundamentais no programa de biodiesel: “Inclusão social, segurança alimentar e proteção ao meio ambiente”.

Mário Plefk voltou a recomendar cautela: “Existem culturas que até hoje não têm zoneamento para a produção de biodiesel. Além disso, não dá pra gente deixar de plantar nosso café, milho e soja e se voltar para o biodiesel. Aconselhamos o agricultor familiar a começar o cultivo das oleaginosas com um ou dois hectares no máximo. Discutimos também o custo de produção, pois não adianta ter venda garantida se o custo de produção é de R\$ 700 reais e a venda sai a R\$ 750. A opção pelas oleaginosas não se justifica com uma rentabilidade minúscula. Precisamos discutir como implementar uma política pública que efetivamente venha trazer resultados para a agricultura familiar. Nós imaginamos, para daqui a alguns anos, não vender a matéria-prima, mas o vender o produto. Só assim o PNPB vai apresentar resultados”.

Reni Bernardi reconheceu que “a questão do zoneamento é importante”. No caso do Paraná, avalia o delegado do MDA, “é preciso que se estabeleça o zoneamento para que haja limite para a expansão da cultura da cana-de-açúcar e para que a monocultura não crie ambientes aonde a biodiversidade será bastante reduzida”. Bernardi disse que “não há contradição” entre alimentos e bioenergia: “Não temos crise de abastecimento no país, e sempre que precisamos de alimentos, os tivemos. O problema é gerar renda para incentivar o consumo. Não vejo no horizonte nenhum conflito insuperável entre produção de alimentos e produção de energia”.

Petróleo e alimentos - A influência do mercado de petróleo na produção do biodiesel também foi lembrada pelos debatedores: “Se o preço do barril de petróleo descer

até os 70 dólares, a pauta dos biocombustíveis pode não ser tão interessante para o mercado. Precisamos de uma grande plataforma energética, onde os biocombustíveis façam farte dessa equação. A geração de energia com serviço ambiental pode ser um marco para organizar isso. A pauta política do agronegócio já desenhou uma alta inflacionária dos alimentos, como o feijão e a soja”, disse Cristo dos Santos.

Para Bianchini, o aumento da demanda e o impacto do aumento do preço do petróleo e derivados contribuem para elevar os custos da agricultura: “É preciso minimizar essa afirmação de que os biocombustíveis são os causadores do aumento, pois existe uma multiplicidade de fatores. É possível responder pela segurança alimentar e pela produção de energia, além de garantir a proteção dos biomas. É possível construir um modelo que possa atender a essa multifuncionalidade da agricultura”, disse.

As recentes descobertas de petróleo e gás feitas pelo Brasil, segundo Richardson de Souza, não devem ser usadas como pretexto para que se enfraqueça o programa de biodiesel: “Como brasileiro, a notícia de que o país pode ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo me tranqüiliza. Mas, a discussão de deslocar a matriz energética e trocar a dependência de energias fósseis para energias menos poluentes é uma pauta que vai ser crescentemente discutida pelo mundo inteiro”, disse.

“Mesmo com a renovação de nossos estoques de petróleo por 50 ou cem anos, a sociedade brasileira tem que discutir a substituição das matrizes fósseis e a utilização de energias renováveis. Vejo, com essa substituição, um ambiente externo favorável para a agricultura brasileira, e a agricultura familiar vai ter um papel fundamental. Se os governos encontrarem um equilíbrio econômico e social, isso vai se sustentar por muitos anos”, completou Souza.

Biocombustíveis e agricultura familiar: um casamento possível? - Marco Aurélio Weissheimer – Sítio Eletrônico da Carta Maior – 23/04/2008

Reunidos pela Carta Maior em Porto Alegre, um grupo de produtores e representantes de entidades ligadas à agricultura familiar garante que o setor está diante de uma oportunidade para construir um novo padrão de desenvolvimento pautado pelos princípios da segurança alimentar e energética.

PORTO ALEGRE - A produção de etanol e biodiesel pela agricultura familiar é uma realidade. Por todo o país, esse setor da economia aposta nesta nova frente como uma oportunidade para aumentar a renda de suas famílias. Mas o investimento nos biocombustíveis pode significar uma diminuição da área plantada para a produção de alimentos? Sim e não. Sim, se esse investimento se traduzir em grandes monoculturas de cana, por exemplo. Não, se ele for orientado por um compromisso com a diversificação e com o conceito de soberania alimentar. Reunidos pela **Carta Maior** em Porto Alegre, um grupo de produtores e representantes de entidades ligadas à agricultura familiar garante que

o setor está caminhando na segunda direção, apontada por eles como uma oportunidade para construir um novo padrão de desenvolvimento pautado pelos princípios da segurança alimentar e energética.

André Raupp, engenheiro agrônomo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), entidade que reúne 350 sindicatos de trabalhadores rurais, acredita que esse caminho é possível e viável, tendo em vista os avanços importantes que a agricultura familiar conquistou nos últimos anos. Para Raupp, os desafios a serem enfrentados agora estão relacionados à aquisição de maior conhecimento técnico, condição para a viabilidade econômica. Na mesma direção, Gildo Bratz, secretário da Cooperativa de Produtores de Cana de Porto Xavier (Coopercana), acredita que a possibilidade de produzir biocombustíveis representa uma oportunidade para a agricultura familiar ajudar a fortalecer políticas de soberania energética e alimentar. O caso da Coopercana é apontado como um exemplo disso.

O exemplo da Coopercana - Constituída em 1985 pela Alpox, a usina de álcool de Porto Xavier faliu no final da década de 1990. Em 1999, os funcionários da empresa se organizaram e formaram uma cooperativa que alugou a massa falida da companhia e começou a operar com o nome de Produtores de Cana Porto Xavier (Coopercana). Em 2004, os agricultores conseguiram finalmente comprar a empresa. A partir daí, adotaram um novo sistema de gestão, com 300 sócios cooperativados, onde os próprios funcionários e agricultores passaram a administrar o processo produtivo. Hoje, a Coopercana produz cerca de 2% de todo o álcool consumido no Rio Grande do Sul. Bratz relata que os agricultores sócios da Coopercana não trabalham com a idéia de estabelecer uma monocultura de cana. As propriedades têm, em média, de 7 a 8 hectares, e produzem também milho, soja e gado.

A agricultura familiar está aumentando a produção de alimentos, não diminuindo, garante o secretário da cooperativa. Para ele, as críticas que vêm sendo feitas à produção de biocombustíveis encontram explicação na crise da economia norte-americana. “Os Estados Unidos estão perdendo força na sua economia e alguns países em desenvolvimento, como o Brasil, estão crescendo”, resume. Mas para que o projeto de compatibilidade entre produção de biocombustíveis e soberania alimentar se concretize há algumas condições que devem ser cumpridas. Uma delas é a construção de um marco regulatório para a atividade, defendeu a engenheira agrônoma Cecília Bernardi, do Fórum de Energias Renováveis Missões. Para ela, a definição de um marco regulatório fortalecerá a produção de biocombustíveis como alternativa de diversificação de culturas nas propriedades familiares.

A agricultura familiar como modo de vida - Na região das Missões (noroeste do Estado), o Fórum tem apoiado iniciativas de instalação de micro-destilarias junto à produção de alimentos como possibilidade de geração de renda para a agricultura familiar. Bernardi também enfatizou a necessidade de superar a visão da agricultura familiar apenas como uma produtora de matérias-primas. “Uma das principais riquezas da agricultura familiar é que ela organiza comunidades e imprime uma cultura, um modo de vida que respeita o meio ambiente e a noção de sustentabilidade. Precisamos nos livrar desse rótulo de ser meramente produtores de matérias-primas”. Ela relatou ainda que a experiência desenvolvida por Marcelo Guimarães em Minas Gerais vem servindo de inspiração para os

agricultores da região das Missões. Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Guimarães defende que a produção de fontes energéticas como biodiesel e etanol deve estar subordinada a um projeto de desenvolvimento mais amplo, gerador de trabalho e renda, e ambientalmente sustentável.

Nesta mesma direção, André Santos, da União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC), município localizado na região Sul do Estado, destacou que a agroenergia é hoje uma demanda mundial e que não é possível fugir dela. Para ele, a agricultura familiar é o modelo ideal para evitar que essa demanda não vire uma nova onda de monocultura. “Sofremos muito nos últimos quarenta anos com esse modelo de agricultura empresarial baseado na monocultura. Não podemos repetir esse erro”, defendeu. O trabalho desenvolvido pela UNAIC está comprometido com essa visão. É uma luta que já tem vinte anos. Os associados da entidade trabalham no desenvolvimento de sementes crioulas (de milho e feijão, por exemplo), na promoção de feiras de sementes, na industrialização que agrega valor à produção dos agricultores e agora também na produção de biodiesel a partir das culturas de mamona, canola, girassol e soja.

As demandas: marco regulatório, pesquisa e mais crédito - Além da necessidade da definição de um marco regulatório para a produção de biocombustíveis, os agricultores familiares têm outra reivindicação em comum: o aumento das linhas de crédito e a desburocratização do processo de liberação de recursos. José Kochhann Sobrinho, gerente de agronegócio do Banco do Brasil no Rio Grande do Sul, reconheceu que é preciso avançar nessas questões, mas defendeu o trabalho que o banco vem desenvolvendo no fortalecimento da agricultura familiar. Ele forneceu alguns números desse trabalho. No RS, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco do Brasil já ajudou a financiar o trabalho de mais de 200 mil famílias de agricultores. Foram mais de 300 mil contratos em 2007 (com uma média de R\$ 7.000 por família) e, para a próxima safra, a previsão de investimentos é de R\$ 1,5 bilhão. Das 340 agências que o BB possui no Estado, 250 delas trabalham com os agricultores, destacou Kochhann.

Para Heitor Álvaro Petry, vice-presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), no setor da fumicultura, a agroenergia representa uma possibilidade de diversificação e de sustentabilidade para as famílias de agricultores que produzem tabaco (a quase totalidade é de agricultores familiares). “Cada família de pequenos agricultores é como uma pequena empresa. Esse é o verdadeiro agronegócio que deve ser incentivado”, defendeu. No Rio Grande do Sul, informou, já está em curso a segunda safra de uma produção experimental de girassol, por parte de agricultores do setor fumicultor. “Precisamos de mais pesquisa nesta área. A bioenergia não é uma tábua de salvação, mas é um remo importante”, enfatizou. Petry citou o caso da Coopercana como um exemplo a ser seguido. É uma prova, afirmou, de que é possível produzir energia consorciada com a produção de alimentos. “O que não pode acontecer é a agricultura familiar ficar de fora deste processo”.

Etanol

Seminário discute economia solidária e agroenergia - Maurício Thuswohl – Carta Maior
– 10/05/2008

Encontro realizado em Maringá (PR) reúne agricultores familiares, assentados da reforma agrária, professores, estudantes e técnicos para discutir a expansão dos biocombustíveis no Brasil. Agricultores reunidos em cooperativas apresentam iniciativas de autogestão dos trabalhadores.

MARINGÁ – O debate sobre a expansão dos biocombustíveis e suas relações com o meio ambiente e a produção de alimentos ganha força em todo o mundo. No Brasil, diante das possibilidades abertas pelo aumento da produção de etanol e pelo fortalecimento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), os agricultores familiares procuram se preparar da melhor forma para integrar a nova cadeia produtiva de maneira organizada e, sobretudo, soberana frente ao poder do agronegócio.

Com o objetivo de discutir uma proposta de produção agroenergética e apresentar iniciativas de autogestão dos trabalhadores, foi realizado na quinta-feira (8) em Maringá (PR) o seminário Economia Solidária, Soberania Alimentar e Agroenergia. O evento foi organizado através de uma parceria entre a Unitrabalho, a Universidade Estadual de Maringá e o Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge), e contou com a participação de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, professores, estudantes e técnicos.

O seminário teve como convidados especiais o economista Paul Singer, que é secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, e o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile. Também participaram dos debates representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do governo do estado do Paraná, entre outros.

Presidente da Unitrabalho, rede que atua em mais de 70 universidades em todo o Brasil, Francisco Mazzeo falou da importância da discussão travada no seminário: “A universidade tem um papel importante a cumprir na sociedade e não encontra um caminho para se aproximar dos trabalhadores. A Unitrabalho foi criada para fazer essa aproximação. Fazer junto com os trabalhadores, falar e ouvir. Aqui no Paraná, pode estar em gestação um modelo novo para o Brasil, mostrando como conciliar produção energética, produção de alimentos e economia solidária”, disse.

Membro da direção regional do MST, João Flávio Borba ressaltou a necessidade de os trabalhadores rurais estarem preparados para as mudanças em curso na agricultura brasileira: “A aliança entre a soberania alimentar e a soberania energética só vai se constituir se houver luta, formação e organização no campo. Baseado nesse tripé, nós vamos conseguir construir uma proposta inovadora de produção energética”, disse. O MST se fez presente no seminário com dezenas de militantes, oriundos das brigadas Salvador Allende, Sétimo Garibaldi, Zumbi dos Palmares, Santinho e Iracy Salete Strozake, entre outras da região.

Coordenador PNPB na Região Centro-Sul, Roberto Terra fez uma apresentação sobre o andamento do programa, a instalação da cadeia produtiva e as características das principais plantas oleaginosas que devem ser integradas à produção do biodiesel, como dendê, mamona, pinhão manso, canola, soja e girassol: “O MDA está empenhado nesse programa, que é voltado para a agricultura familiar, para a organização da economia solidária e para os processos de auto-sustentabilidade e desenvolvimento sustentável”, disse.

Para Ulisses Kaniak, presidente do Senge, é fundamental fazer com que os agricultores familiares tenham maior conhecimento sobre a expansão da produção de biocombustíveis no Brasil: “Fala-se muito em bioenergia e biocombustíveis, mas o enfoque que se dá na grande mídia é pautado pelo interesse do agronegócio e voltado para as grandes culturas. É importante ter iniciativas vindas da agricultura familiar e dos camponeses, que sabem tratar a terra de forma a produzir alimentos e energia sem destruí-la. É preciso fazer esse debate em nível nacional, para que esse tipo de iniciativa seja mais comum, um começo rumo ao desenvolvimento sustentável e sustentado”.

Herlon de Almeida, que é diretor da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná, afirmou que “o objetivo do governo estadual é fazer com que os agricultores familiares, os assentados e trabalhadores rurais se insiram no mercado, produzindo matriz energética e biocombustível”. Para tanto, acrescentou, é preciso adotar os princípios da economia solidária: “Precisamos criar uma estratégia de comercialização que faça com que a maior parte da renda fique na mão de quem produz. Que os fundamentos da economia solidária passem a ter um papel muito mais importante do que têm hoje no país. É preciso chegar ao momento em que a água, o alimento e a energia estejam nas mãos de quem produz”, disse.

Coordenador da região metropolitana de Maringá, órgão do governo do Paraná que engloba 21 municípios, João Ivo Caleffi anunciou a criação de um núcleo de economia solidária metropolitana em Maringá: “Precisamos criar alternativas para gerar emprego e renda, e eu vejo que o caminho é a economia solidária, que não segue o mercado, o capitalismo, segue o valor humano e a generosidade. Criamos feiras verdes, montadas todos os dias num bairro de Maringá, para vender diretamente produtos limpos. O poder público tem que estar ao lado dos excluídos, ao lado de quem precisa. É preciso coragem e direção política. A generosidade é o único caminho que nos resta”.

Combate ao agronegócio - Após explicar que o MST prefere adotar o termo agrocombustível ao termo biocombustível, João Pedro Stédile saudou o evento e pregou a necessidade de se ampliar a discussão para todos os trabalhadores rurais do país: “Esse seminário certamente vai representar um marco, uma referência, para que outras regiões e outros estados do Brasil possam se animar a organizar esse tipo de debate e esse tipo de iniciativa em suas regiões. Estamos reunindo teoria e prática, numa reflexão para entender o que está acontecendo de verdade e qual é o projeto dos capitalistas, mas também queremos uma alternativa prática que possa ficar sobre o controle da classe trabalhadora brasileira, seja do campo ou da cidade”.

Segundo Stédile, a elaboração coletiva e a aliança com outros setores serão fundamentais para fazer com que a expansão da agroenergia no Brasil não sirva, como em outros momentos da história, apenas para aumentar o poder do agronegócio: “Esse projeto só pode ser viabilizado se nós conseguirmos construir uma ampla aliança popular das várias forças políticas que representam a vontade do povo. Aliança que mescla o conhecimento dos trabalhadores, o conhecimento científico das inovações trazido pela universidade e os setores progressistas dos nossos governos, sejam os municipais, os estaduais ou o federal. Organizar os camponeses e as classes operárias nas cidades é o único caminho possível para se construir um caminho alternativo ao dos capitalistas e viabilizar nossa proposta de agroenergia”, disse o dirigente do MST.

Paul Singer começou sua intervenção com um alerta: “A humanidade está esbarrando nos limites da natureza. Se não mudarmos, não haverá futuro”. Segundo o economista, “a agricultura familiar têm agora importância que nunca teve” porque os agricultores se uniram em associações, cooperativas e sindicatos: “Os princípios das cooperativas são parecidos com o que chamamos de economia solidária, e resistem ao monopólio do agronegócio. Felizmente, no atual cenário da agricultura brasileira o agronegócio não é o único protagonista”.

Segundo Singer, estudos realizados pela ONU comprovam a multifuncionalidade da agricultura camponesa e familiar: “A monocultura é a principal responsável pela perda de terra e água e pela nossa incapacidade de atender à demanda por alimentos. Hoje, vemos o uso dos agrotóxicos em várias extensões de terra. Não existe água disponível em vários lugares de terra arável. É preciso acabar com a agricultura capitalista mundial, com a monocultura, e fazer uma agricultura familiar em escala ecológica. Temos que mudar radicalmente a forma de produzir os nossos produtos”, disse.

Preço de alimento ainda vai seguir em alta, diz ministro – Sheila D’Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008

Stephanes diz que alta de juro é insuficiente contra elevação de cotações agrícolas - Infra-estrutura é o maior obstáculo a plano para tornar país líder mundial no fornecimento de alimentos, afirma Reinhold Stephanes

Quando os alimentos despontaram como fonte de preocupação para a inflação em 2007, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) foi o único no governo a afirmar, em entrevista à Folha, que não se tratava de uma alta temporária, mas de um novo patamar de preços.

Quase um ano depois, ele defende que as cotações dos alimentos continuarão subindo nos próximos dez anos, até que se viabilizem novas fronteiras agrícolas. A exceção ficará por conta do trigo e do arroz.

Em nova entrevista à **Folha**, Stephanes diz que esta é uma crise que não se resolve com aumento de taxa de juros e reconhece que problemas de estradas e portos atrapalham os planos do governo para colocar o Brasil na liderança do fornecimento mundial de alimentos.

"O que ganhamos de eficiência no campo acaba, em parte, sendo engolido pelas ineficiências de logística." Esse é um problema que nem o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) resolverá, já que obras previstas enfrentam obstáculos ambientais. "São coisas de uma irracionalidade extrema." Mas ele diz que essas dificuldades não limitarão o crescimento do Brasil. A seguir, os principais trechos da entrevista.

FOLHA - O Brasil tem condições de assumir a liderança mundial no abastecimento de alimentos? Representantes do setor de grãos dizem que, se a produção se expandir, esbarrará num apagão logístico.

REINHOLD STEPHANES - Isso não chega ao ponto de ser fatal para nossa produção. Somos extremamente eficientes dentro da porteira. Nossos problemas começam fora dela. As estradas nem sempre estão em condições. Os portos ainda suportam a carga, mas, se continuarmos a crescer, e eles não se adequarem, poderemos ter problemas no futuro.

FOLHA - Isso não coloca o Brasil em desvantagem?

STEPHANES - Temos uma terceira questão que é o Centro-Oeste com um crescimento extraordinário de grãos, a infra-estrutura mais precária e mais distante dos portos. Embora o PAC preveja obras muito boas, temos dificuldades ambientais para as soluções. Uma licença ambiental leva de dois a cinco anos. É uma limitante. Até para um simples asfaltamento de rodovia que já existe não se consegue licença ambiental. Tem dinheiro, mas a obra não anda. São coisas de uma irracionalidade extrema. Essas dificuldades vão limitar o crescimento do Brasil? Não. Vamos produzir. Vai diminuir é a renda do produtor com custo maior.

FOLHA - Mas qual estímulo terá o produtor sabendo que esbarrará num apagão logístico?

STEPHANES - Não vai haver apagão. Vai haver dificuldade, aumento de custo. O navio terá que esperar mais dias no porto. O caminhão levará mais dias para descarregar. Isso nos tira competitividade, mas ainda temos vantagens. O que ganhamos de eficiência no campo acaba, em parte, sendo engolido pelas ineficiências de logística. Mas como os preços internacionais estão bons e a demanda é muito forte, vamos continuar produzindo.

FOLHA - Qual é o limite dessa alta dos preços?

STEPHANES - Se o mundo continuar crescendo como está no momento - ressaltados alguns produtos que devem se estabilizar no preço atual ou ligeiramente abaixo, como o trigo e o arroz -, os demais produtos devem crescer.

FOLHA - Trigo e arroz vão cair?

STEPHANES - São dois dos três produtos mais produzidos no mundo. Mas os países produzem para si. Os excedentes são poucos. O consumo está aumentando, os estoques caindo, e alguns seguraram as exportações. Isso criou um desequilíbrio. Isso se ajustará logo porque a capacidade de aumento de produção de arroz existe, e os preços vão estimular. O trigo também.

FOLHA - E os demais produtos?

STEPHANES - No caso do milho e da soja, se os Estados Unidos mantiverem a idéia de continuar usando milho para fazer álcool -dificilmente eles vão recuar dessa posição nos próximos cinco ou dez anos, até que encontrem alternativas-, deverão aumentar o preço do milho e o da soja. Os dois competem em área de produção e uso para alimentação animal. Com isso, aumenta o preço da carne e do leite. Os produtos cuja demanda está crescendo tendem a assumir um patamar maior de preços nos próximos anos porque não há muita capacidade de expansão.

FOLHA - O céu é o limite para os preços dos alimentos?

STEPHANES - O cenário, pelo menos nos próximos dez anos, até que se estabeleçam políticas diferentes de produção para viabilizar novas fronteiras, é de alta. Uma grande fronteira seria a África, que não se estrutura para produção em menos de dez anos. A visão, portanto, é de demanda e, não, de oferta. E pressão de preços.

FOLHA - E como fica o controle da inflação? O senhor tem conversado com o ministro Guido Mantega (Fazenda)?

STEPHANES - O ministro Mantega também tem a visão de que os produtos agrícolas durante 30 anos puxaram a inflação para baixo e, agora, estão puxando para cima. É um fenômeno no qual temos pouco a interferir porque não é nosso e pressiona o mundo inteiro. A inflação está aumentando em todos os países. Isso tem que ser visto sob dois aspectos. Um é o aumento da demanda. Outro, a pressão de custos por causa do petróleo, que dobrou o preço no mercado internacional. Em consequência, adubos e defensivos também dobraram o preço e tem o transporte.

FOLHA - O que o governo pode fazer para neutralizar esse novo patamar dos preços na inflação?

STEPHANES - No Brasil, se, por um lado, vai pressionar a nossa mesa, por outro, eleva a renda de 4.000 dos 5.600 municípios no país. Nesses municípios, hoje corre dinheiro. Eles estão se tornando consumidores, dificilmente encontrarão mão-de-obra ociosa. Isso para o desenvolvimento brasileiro é bom. O interior está crescendo mais do que as grandes cidades.

FOLHA - A ação do governo não tem sido contraditória? Fala-se em estimular o aumento da produção e, ao mesmo tempo, há a ameaça de restringir as exportações.

STEPHANES - O Brasil não quer entrar na armadilha de impor restrições nem de taxar.

FOLHA - Por quê?

STEPHANES - A Argentina está pagando o preço por isso. Resolvo o problema hoje e crio outro para o futuro. A história nos tem mostrado isso. Como o Brasil é eficiente na produção, devemos manter esse estímulo. E o maior estímulo para aumento produção é mercado e preço. Não é interessante criar restrição.

A propriedade ou a vida – Fabio Konder Comparato – Folha de São Paulo – Opinião – 07/05/2008

EM SEU discurso de investidura, o novo presidente do Supremo Tribunal Federal decidiu brandir a espada da Justiça contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Grande honra para o MST atrair assim, sobre si, o olhar venerável da nossa mais alta magistratura. É sinal de que temos, enfim, como agente político um grupo que contrasta vivamente com a mediocridade timorata e balofa dos nossos partidos.

A ocasião é propícia a uma reflexão sobre o direito de propriedade, que constitui um dos pilares da chamada civilização moderna.

Até o século 18, nenhum sistema jurídico conheceu um direito individual tão completo e absoluto sobre coisas. No direito romano, havia três tipos de "dominium", com diferente conteúdo: o quiritário, o provincial e o pretoriano. Na Idade Média, proliferaram, em toda a Europa ocidental, as mais variadas espécies de direitos sobre coisas, correspondentes ao esfacelamento do poder político, típico do feudalismo.

A era moderna principia, nesse particular, com a promulgação do Código Napoleão, em 1804, verdadeira "Magna Carta" da burguesia. Em seu artigo 544, fixou-se a célebre definição: "A propriedade é o direito de fruir e dispor das coisas da maneira mais absoluta, contanto que não se faça dela um uso proibido pelas leis ou pelos regulamentos". Portanto, no silêncio da lei ou do regulamento, o proprietário pode usar e abusar do seu direito à vontade.

Aliás, todo o Código Civil francês é estruturado na oposição entre pessoas e propriedade (no singular). Se o livro primeiro trata das pessoas, os dois outros livros cuidam somente da propriedade: "Das diferentes modificações da propriedade" e "Das diferentes maneiras pelas quais se adquire a propriedade".

Em oposição a esse absolutismo da propriedade privada, levantou-se o movimento socialista, de todos os matizes. Pregou-se a abolição total desse direito, como medida de estrita justiça. Ora, nada mais justifica manter essa dicotomia anacrônica: propriedade absoluta ou ausência de propriedade.

A propriedade ainda deve hoje ser reconhecida como direito fundamental, quando necessária à manutenção de uma vida individual ou familiar dignas. Fora dessa hipótese bem demarcada, estamos diante de um direito ordinário, que não goza das garantias fundamentais previstas na Constituição. Mas, em qualquer hipótese, o direito de propriedade não deve ser confundido com o poder de controle empresarial, que é um direito sobre pessoas, e não só sobre coisas.

Perante um direito fundamental de propriedade, o juiz deve, na desapropriação, fixar uma indenização que corresponda à totalidade dos danos sofridos pelo expropriado; o que pode superar o valor venal do bem. No caso da propriedade ordinária, ao contrário, a indenização não deve exceder o valor correspondente à efetiva importância da coisa no patrimônio do proprietário, o que pode equivaler a muito menos que o valor venal; pois o interesse público prevalece sempre sobre o interesse privado.

Além disso, a regra constitucional de que "a propriedade atenderá a sua função social" (artigo 5º, inciso XXIII) influi decisivamente sobre a proteção desse direito. Em caso de descumprimento do preceito, o juiz não pode, sem violar frontalmente a Constituição, conceder mandado liminar de manutenção ou reintegração de posse ao proprietário.

É preciso, porém, ir mais além. Urge reconhecer, num regime republicano, que certos bens essenciais à vida digna de todo o povo não podem ser objeto de ilimitada apropriação privada. É exatamente o caso -e de modo cada vez mais claro com a exploração crescente dos biocombustíveis, em detrimento do direito à alimentação- das terras agrícolas.

No quadro da reforma agrária, por exemplo, elas deveriam ser objeto de um direito de uso (Código Civil, artigos 1.225 e seguintes), concedido a lavradores ou sociedades cooperativas; direito que, em todos os casos, haveria de ser exercido segundo as diretrizes da política agrícola nacional.

Por todas essas razões, bendito seja o MST, que continua a suscitar um salutar desassossego no coração de nossos grandes proprietários agrícolas!

**FÁBIO KONDER COMPARATO, 71, é professor titular aposentado da Faculdade de Direito da USP. É autor, entre outras obras, de "Ética - Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno".*

Cana passa a ser 2ª principal fonte de energia do Brasil – Cirilo Junior - Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008

O uso da cana-de-açúcar para fins energéticos atingiu, no ano passado, um patamar inédito na história do país. Os produtos derivados da cana (bagaço e álcool) foram responsáveis por 16% da matriz energética brasileira, tornando-se a segunda fonte primária de energia.

Os derivados da cana deixaram para trás a energia hidráulica, cuja participação não passou dos 14,7%. Petróleo e derivados continuam sendo a principal fonte energética do país, com 36,7% de participação na matriz.

O crescimento da cana-de-açúcar foi impulsionado pelo elevado consumo de álcool combustível no país, que, em fevereiro deste ano, suplantou a gasolina no ranking de consumo dos combustíveis. No ano passado, o consumo de álcool hidratado -o chamado álcool puro, que não é misturado à gasolina- teve incremento de 46,1%, somando 10,4 bilhões de litros. A produção do mesmo combustível cresceu 45,2%, totalizando 14,3 bilhões de litros.

Os dados fazem parte dos estudos preliminares do BEN (Balanço Energético Nacional), divulgado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética). Para o presidente do órgão responsável pelo planejamento energético do país, Mauricio Tolmasquim, o crescimento da cana-de-açúcar como fonte primária de energia "é uma tendência meio irreversível" no Brasil.

"É um fato inédito. A cana passará a ter papel superior ao da hidráulica mesmo com a previsão de entrada de grandes hidrelétricas, como as usinas do Madeira e a de Belo Monte."

Oferta - Ao todo, a oferta interna de energia em 2007 cresceu 5,9%, na comparação com o ano anterior, totalizando 239,4 milhões de tep (toneladas equivalentes de petróleo). O petróleo perdeu um pouco de espaço em relação a 2006 -37,8% para 36,7%-, mas Tolmasquim acha que, diante das perspectivas de descobertas de reservas gigantes na camada pré-sal, a tendência futura indica também maior participação dessa fonte não-renovável.

O balanço da EPE indica também que as fontes renováveis ganharam mais espaço na matriz energética no ano passado. Elas foram responsáveis por 46,4% da oferta energética, totalizando 111 milhões de tep. No ano anterior, essas fontes, que incluem energia hidráulica e os produtos da cana, respondiam por 44,9% da matriz.

As fontes não-renováveis (petróleo e derivados, gás natural, carvão mineral) corresponderam aos 53,6% restantes, ante parcela de 55,1% em 2006. Ao todo foram ofertados 128,3 milhões de tep oriundos de fontes não-renováveis em 2007.

Tolmasquim exaltou o fato de o Brasil ter um aproveitamento de fontes renováveis acima da média verificada em todo o mundo, que não passa de 12,7%. A forte presença de fontes renováveis na matriz energética brasileira é decisiva para que o país tenha um número relativamente baixo de emissões de gás carbônico, em razão da produção de energia. Cada habitante emite, em média, 1,84 tonelada de gás carbônico. Nos EUA, essa média chega a 19,61 t por habitante. A média mundial é de 4,22 t de gás carbônico por habitante.

"Isso mostra que o Brasil tem melhor qualidade na matriz energética, com menores emissões de gás carbônico", resumiu Tolmasquim.

Auto-suficiência - Ainda de acordo com a EPE, o Brasil manteve a auto-suficiência de petróleo no ano passado. Foi produzido, em média, 1,751 milhão de barris/dia, diante de consumo médio de 1,734 milhão de barris/dia. A EPE mede o consumo pelo volume de barris processado nas refinarias brasileiras.

Foram exportados 421 mil barris/dia em 2007. Já o volume importado de petróleo ficou em 418 mil barris/dia. No ano anterior, haviam sido vendidos ao exterior, em média, 368 mil barris/dia, e importados 335 mil barris diários.

Participação crescerá mais, dizem especialistas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/05/2008

Com os preços do barril do petróleo no mercado internacional batendo sucessivos recordes, aliados à perspectiva de aumento da produção de álcool no mercado interno, a tendência é que os produtos derivados da cana-de-açúcar continuem tendo participação cada vez mais expressiva na matriz energética nacional.

Para a economista da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Goret Paulo, a situação atual é diferente da da época do Proalcool (programa criado pelo governo nos anos 70 para estimular o consumo do combustível), em razão do preço. Atualmente, é vantajoso para o usineiro investir apenas na produção de álcool, em vez de dividir a safra com o açúcar.

"O desenvolvimento do álcool se dá à custa dos níveis elevados do petróleo. A gasolina mais cara é ótima para o álcool, que ganha ainda mais vantagem competitiva", afirma o especialista, lembrando do recente reajuste da gasolina autorizado pela Petrobras.

O presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), Mauricio Tolmasquim, disse que, ao contrário de outros países, a produção de energia via fontes renováveis, como os produtos da cana, não é subsidiada. Para ele, a permanência desses derivados como a segunda principal fonte primária do país é uma tendência estrutural. "A cana e o álcool produzidos no Brasil são competitivos. A produção de álcool nos Estados Unidos, por exemplo, é subsidiada", declarou.

Professor da UFF (Universidade Federal Fluminense), Luciano Losekann ressalta que a tendência de maior difusão de derivados da cana, especialmente o álcool, na matriz energética, é apoiada, além dos fatores de custo, no crescimento da frota de carros flex fuel. Losekann atenta ainda para a perspectiva de aumento da utilização do bagaço da cana para a produção de energia.

"A utilização do bagaço para a geração de energia já é relevante. No ano passado, deixou para trás a geração termelétrica de gás natural, e com o incentivo ao cultivo da cana, terá ainda mais espaço na geração elétrica", observa.

A maior preocupação do especialista é o uso do gás natural. Na visão de Losekann, o gás é o ponto fraco da matriz energética. "É o nosso calcanhar-de-aquiles", destaca. De 2006 para 2007, o gás natural teve sua participação na matriz energética reduzida de 9,6% para 9,3%. Ele lembra que existe um "déficit importante" do insumo, e diante da queda da produção, o momento é de atenção.

"É o desafio em curto e médio prazo. Estamos passando por um racionamento, e poucos se dão conta. Existem térmicas que precisam de gás para operar, mas não há combustível", afirma Losekann. **(CJ)**

Uma outra matriz – Folha de São Paulo – Opinião – 10/05/2008

A VARIAÇÃO na matriz energética nacional, de um ano para o outro, não permite extrair conclusões firmes ou definitivas, pois a entrada em operação de um só empreendimento, como uma usina elétrica de grande porte, pode alterá-la de modo significativo. Ainda assim, o comparativo 2007/2006 chama a atenção por um notável crescimento de fontes renováveis de energia, como a hidreletricidade e a queima de biomassa.

Na média mundial, 87,3% da energia primária (toda a energia injetada na economia, antes de ser transformada ou consumida) vem de fontes não-renováveis. Em geral, dos chamados combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral), que agravam o aquecimento global.

O Brasil já se encontrava numa posição ímpar, com 44,9% de fontes renováveis em 2006. Agora, passa a 46,4%. Isso é bom para o clima do planeta, mas também para o país, que diminui relativamente sua dependência de recursos fadados a se esgotar.

O avanço se deve sobretudo à energia obtida da cana-de-açúcar. Na forma de álcool combustível ou de bagaço, ela se expandiu 17,1% em 2007 e teve sua fatia na matriz ampliada de 14,5% para 16%. Em contrapartida, decresceu a parcela representada por

petróleo e derivados -graças aos veículos flex, que deram ao consumidor a segurança de não ficarem expostos às flutuações no preço e na oferta do álcool.

Registrou-se uma taxa de aumento de demanda de energia primária (5,9%) maior que a do PIB (5,4%), como é usual nas economias em desenvolvimento. Do ponto de vista da eficiência e do ambiente, o ideal é que a intensidade energética da produção se reduza. No caso brasileiro, isso já se observa no âmbito mais restrito da oferta de energia elétrica, que cresceu só 4,9%.

Melhor ainda: aí também se observou um aumento das fontes renováveis, que já predominavam. Acompanhando a expansão da cana, a geração elétrica por queima de biomassa teve um dos maiores acréscimos (7,9%), seguida pela hidráulica (6,5%). Embora a fatia das fontes não-renováveis de eletricidade tenha diminuído, é digno de nota o avanço de 10,4% do carvão mineral na geração de termelétrica, em detrimento do gás natural. Entre os combustíveis fósseis, o carvão figura como o mais poluente e danoso para o clima.

De resto, o próprio planejamento federal prevê que a matriz elétrica se torne mais "suja" até 2030. Seria quase duplicada a participação do carvão na geração termelétrica (de 8% para 15%), enquanto recuaria a de hidrelétricas na eletricidade total (de 90% para 78%). As boas notícias de 2007, assim, parecem ter os dias contados.

Também se recomenda comedimento no entusiasmo com a cana e o álcool. Se até o presente não conduziram à destruição comprovada de ecossistemas, sua expansão futura poderá acarretar esse efeito adverso. Uma razão a mais para acelerar os trabalhos de zoneamento ecológico-econômico em todo o país, em especial nas áreas de cerrado e de floresta amazônica.

O Brasil e as fontes renováveis de energia – Edson Lobão – Folha de São Paulo – Opinião – 11/05/2008

A MATRIZ energética brasileira é a mais renovável do mundo. Enquanto os países desenvolvidos utilizam 14% de fontes renováveis em suas matrizes, o Brasil utiliza 45% -e deve elevar o patamar a quase 47%, conforme previsão do Plano Nacional de Energia 2030. Os programas de álcool, biodiesel e de incentivo às fontes alternativas de energia se consolidam num momento de crescimento sustentável da economia. Nesse contexto, nossa matriz energética passa por profundas e promissoras mudanças. Não sem motivo o governo federal está investindo cada vez mais em pesquisa, novas tecnologias, geração e distribuição de energia.

Os leilões das concessões das usinas hidrelétricas Santo Antonio e Jirau são bons exemplos. Quando em operação, em 2013, terão capacidade para gerar até 6.450 MW de energia elétrica. Temos 25.657 MW de usinas hidrelétricas em fase de estudos de

viabilidade técnica, econômica e ambiental, e 32.950 MW em estudos de inventários. Há outros bons projetos de usinas saindo do papel.

Embora tenha o maior potencial hidrelétrico do mundo, o Brasil segue, em parceria com outras nações, em busca do desenvolvimento de usinas hidrelétricas nas regiões de fronteira e de novas fontes energéticas limpas e renováveis, como a solar, a eólica e a proveniente de biomassa.

O etanol é um caso típico de investimento brasileiro que está dando certo, certamente por ser excelente alternativa aos combustíveis fósseis, muito utilizados nos meios de transporte. Mais econômico e muito menos poluente que a gasolina e o diesel, o etanol é uma realidade que coloca o Brasil na vanguarda das soluções energéticas não poluentes do mundo.

Em 2008, o consumo nacional de etanol em veículos leves superou o de gasolina - um marco a ser destacado.

O Ministério de Minas Energia e a Onudi (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) decidiram somar esforços para realizar o Fórum Global de Energias Renováveis, evento de grande envergadura que acontecerá de hoje a 21 de maio, em Foz do Iguaçu (PR), com a participação de ministros de Estado do setor energético de diversos países, presidentes de prestadoras de serviços, especialistas nacionais e internacionais, técnicos, pesquisadores e empreendedores dos setores público e privado de todo o mundo. Será um encontro de grande importância para os países empenhados na busca de soluções criativas e inteligentes de desenvolvimento industrial sustentável. Países que estão à procura de alternativas em "fontes limpas" de energia e querem produzir com equilíbrio, sem danos ambientais. Sobre o tema, o Brasil tem muito a mostrar, sobretudo no que tange ao aproveitamento do potencial hidrelétrico.

O tema do evento se ajusta às Metas de Desenvolvimento do Milênio, carta de princípios que conclama a comunidade internacional a investir em energia renovável como ferramenta de combate à pobreza no mundo. A proposta nasceu do encontro ministerial ibero-americano realizado no Uruguai, em setembro de 2006, quando se discutia o tema "segurança energética na América Latina e energia renovável como alternativa".

No final do ano passado, o MME e a Onudi cancelaram a idéia do evento e delegaram à Eletrobrás a responsabilidade por sua organização. Ficou também definido o objetivo central do fórum: criar um espaço de diálogo proativo e permanente para o uso de fontes renováveis de energia -especialmente as de fonte hídrica, em qualquer potência- entre regiões e países, com ênfase na África, na América Latina e no Caribe.

Espera-se que o fórum global amplie a oportunidade de negócios por meio de uma ampla rede de comércio ambientalmente sustentável e de fácil acesso aos serviços de energia. Mas há consenso para que essas iniciativas tenham um olhar voltado para além dos interesses econômicos. Ou seja, que sirvam de meios de geração de emprego e renda, de promoção de cidadania e de melhoria das condições de vida das populações.

O Brasil dispõe de recursos naturais abundantes, grande potencial energético, tecnologia e expertise comprovada para ampliar suas fontes renováveis de energia. É chegada a hora de buscar meios de reverter toda essa riqueza em benefício de todos. **EDISON LOBÃO*, 71, senador licenciado pelo PMDB-MA, é o ministro de Minas e Energia.

Álcool subirá 4% e diesel já custa mais 10% - O Globo – Capa – 03/05/2008

Os postos do Rio reajustarão o álcool em até 4%, devido aos efeitos da chuva na safra de cana. Já o diesel subiu ontem mais de 10%, acima do previsto. Com isso, alimentos vão aumentar de 4% a 8%. **Página 33**

Preço do álcool subirá 4% nos postos do Rio - Erica Ribeiro, Mariana Schreiber e Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 03/05/2008

Por causa de problemas com chuvas no corte da cana-deaçúcar alegados pelas usinas, o álcool ficará até 4% mais caro nos postos do Rio. O aumento de 15% do diesel nas refinarias, por sua vez, autorizado pelo governo na quarta-feira, já chegou às bombas. Dos onze postos percorridos pelo GLOBO ontem, em sete o diesel encareceu, sendo que em três o aumento foi maior do que a alta de 8,8% prevista pelo governo.

O aumento do álcool nas distribuidoras chega a 4% no anidro e a 5% no hidratado, do dia 22 até ontem, segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do Rio (Sindicomb), Manuel Fonseca da Costa. A alta foi de R\$ 0,07.

— Fomos surpreendidos pelo aumento, que para nós não faz sentido pela situação confortável da safra. Isso vai provocar uma alta no preço do álcool nos postos, mas ainda não sabemos de quanto. O aumento poderá provocar, também, subida de preços na gasolina — disse Manuel Fonseca, referindo-se aos 25% de álcool na gasolina.

O diretor do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), Alisio Vaz, confirmou que houve aumento, mas não soube informar de quanto. Ele disse que as usinas justificaram o reajuste com as chuvas, que teriam atrasado o corte da cana.

— Acredito que seja um aumento sazonal, e os preços devem voltar a cair — reforçou. Na última pesquisa semanal da Associação Nacional do Petróleo (ANP), no período de 20 a 26 de abril o preço médio do álcool para consumidores no Rio estava em R\$ 1,634, e em R\$ 1,414 para as distribuidoras.

Custos de transporte devem ter aumento de 3% No primeiro dia do reajuste de 15% do preço do diesel nas refinarias, ele já estava mais caro na maioria dos postos do Rio. Já o da gasolina, de 10%, não chegou às bombas. No Ipiranga da Rua Salvador de Sá, o diesel ficou 10,5% mais caro. No BR da Humaitá, a alta foi de 9%.

Para Carlos Sodré, motorista autônomo, o reajuste do diesel foi muito alto. Ele já gasta R\$ 250 por semana com o combustível.

O delegado civil Carlos Abreu, que gasta R\$ 120 semanais, teme a inflação de outros produtos: — O reajuste é ruim para a economia como um todo. Alimentos devem ficar mais caros.

Este é o alerta de José de Souza, presidente da Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio. A partir da semana que vem, os alimentos — como arroz, feijão e carnes, entre outros — devem ficar de 4% a 8,8% mais caros, já que o Rio tem de comprar alimentos de outras regiões.

A Associação Nacional das Empresas de Transporte de Carga estima que os serviços de transporte ficarão, em média, 3% mais caros, sobretudo em deslocamentos superiores a 400 quilômetros. Segundo João Gomes, economista da Fecomércio, os custos de frete pressionarão ainda mais os preços de arroz, trigo e derivados no Estado do Rio.

O combustível da crise – Aloizio Mercadante – O Globo – Opinião – 04/05/2008

Cerca de 850 milhões de pessoas passam fome no mundo.

Já são muitas, mas o problema é que as recentes altas dos preços dos alimentos ameaçam levar mais 100 milhões à fome. Como a população pobre gasta quase toda a sua renda com alimentos, em muitas nações os esforços de décadas para superar a miséria poderão ser neutralizados.

A insegurança alimentar está perigosamente alta e os estoques de cereais são os mais baixos em 25 anos.

Entre os 82 países que a FAO classifica como Low-Income Food-Deficit Countries (LIFDCs), países pobres com déficit de produção de alimentos, 37 enfrentam crise séria. Nessas horas, não falta quem faça análises apressadas, como Jean Ziegler, que demonizou a produção de biocombustíveis, apontando-os como os combustíveis da crise.

Na realidade, situações como essa têm causas complexas. Em primeiro lugar, há questão estrutural de fundo: a demanda por alimentos vem crescendo mais do que a oferta há vários anos. A afluência e urbanização de países como China e Índia exercem grande pressão no mercado mundial de alimentos. Os pobres desses e outros países estão comendo mais e melhor, o que é muito bom. Porém, esse processo tende a aumentar os preços dos alimentos em escala mundial.

Em segundo, a grande alta do preço do barril do petróleo aumenta os fretes para o transporte dos pesados cereais e encarece a produção de fertilizantes, insumo básico da agricultura. Em terceiro, há fatores climáticos envolvidos.

Na maioria dos 37 LIFDCs em que a crise é mais aguda, fenômenos meteorológicos reduziram a produção interna de alimentos. É o caso do Haiti e da Nicarágua, nos quais furacões inundaram áreas plantadas em anos recentes. O aquecimento global tende a esfriar a produção de alimentos. Em quarto, há movimento especulativo nas bolsas de commodities que potencializa a alta dos alimentos. Com a erosão do dólar e a insegurança gerada pela crise americana, as commodities agrícolas se tornaram ouro, refúgio seguro e valioso contra perdas financeiras.

Nesse contexto, os biocombustíveis pouco ou nada contribuem para a alta dos alimentos. Do 1,2 bilhão de hectares plantados no mundo, apenas 10 milhões, 0,8% do total, estão ocupados por culturas destinadas aos biocombustíveis.

Embora essa área venha crescendo, ela é ainda muito pequena para produzir efeitos significativos na oferta de alimentos. No Brasil, a fabricação de etanol a partir de cana-de-açúcar, extremamente eficiente e com experiência de mais de 30 anos, ocupa apenas 4% da terra plantada.

Entretanto, os biocombustíveis podem ter impacto negativo na produção de alimentos nos EUA e na Europa. Nos EUA, o etanol de milho, altamente subsidiado, está pressionando o preço das carnes, já que o milho é insumo importante para a engorda de animais. Na UE, o etanol de beterraba e o biodiesel de canola, duas aberrações econômicas, estão atraindo cada vez mais agricultores, graças aos generosos subsídios.

Em ambos os lados do Atlântico, tratase de produção duplamente subsidiada.

Recebe dinheiro dos programas de apoio à agricultura e subsídios dos programas de energia renovável.

Chegamos, assim, ao verdadeiro combustível da atual crise alimentar: a montanha de subsídios que países ricos destinam a seus agricultores, que são regamente pagos para plantar ou simplesmente “manter o campo”. Justificase essa irracionalidade sob o prisma da segurança alimentar. Mas essa segurança dos países abastados, ao distorcer o comércio agrícola mundial, gera muita insegurança alimentar em países pobres. A comercialização de alimentos subsidiados inibiu o desenvolvimento da agricultura em nações em desenvolvimento de vocação agrícola.

Na crise, são elas que pagam o preço dessa irracionalidade, com o aumento da fome e da miséria.

Jacques Diouf, diretor da FAO, sugeriu que a comunidade internacional financie o desenvolvimento da agricultura das nações pobres, como forma de compensar as distorções geradas pelos subsídios. Porém, esse não é o melhor caminho. Parafraseando Stanislaw Ponte Preta, o caminho não é locupletar todos os agricultores com subsídios, até mesmo porque não haveria recursos para competir com a farra agrícola dos EUA e da UE, mas sim restaurar um mínimo de racionalidade e de moralidade no comércio dos alimentos. O Brasil e o G20 estão tentando fazer isso em Doha, ao propor a redução substancial de subsídios. Se os países desenvolvidos cederem, as coisas começarão a melhorar.

Podem melhorar ao ponto em que a alimentação do um bilhão de seres humanos que vivem com 1 dólar por dia seja tão boa quanto à das vacas européias, que recebem o triplo.

Lula afirma que acusações de países ricos ao etanol são 'sacanagem pura' – Chico de Góis – O Globo – Economia – 07/05/2008

MANAUS. O tema foi o mesmo e, mais uma vez, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva subiu o tom das críticas aos que classificam o programa brasileiro de biocombustível de prejudicial à oferta de alimentos.

Desta vez, o presidente usou expressões como “sacanagem pura” e “malandragem pura” para atacar os países ricos que, em sua opinião, são palpiteiros e tratam equivocadamente o Brasil como coitadinho.

Em tom de desafio, ele disse que o Brasil não precisa de conselhos e, se precisar, pedirá. As declarações do presidente foram dadas durante entrega de obras de urbanização de uma área de igarapés em Manaus, que custaram R\$ 24,6 milhões.

— É preciso que o mundo aprenda uma lição. O Brasil já não é mais um coitadinho. Já sabe andar com suas próprias pernas. Já sabe enxergar com seus próprios olhos, e não queremos mais que palpiteiros venham aqui dizer o que a gente tem de fazer. Quando a gente quiser conselho, a gente pede.

Quando a gente quiser opinião, a gente pede — afirmou.

Lula disse que “inventaram” que vai faltar alimento no mundo por causa do biocombustível.

E aproveitou para criticar os países ricos.

— Sacanagem pura. Malandragem pura de quem não tem competência para competir com o Brasil. O álcool americano produzido de milho custa mais que o dobro do nosso e produz muito menos; o álcool produzido de beterraba, na Alemanha, produz menos que o nosso por hectare e é mais caro que o nosso.

O presidente atribuiu o problema da crise de alimentos no mundo ao fato de que mais pessoas estão comendo.

— Esse é um bom problema — classificou, acrescentando que o Brasil é um dos lugares no mundo onde há terra suficiente para plantar. — Eles não sabem que o Brasil adquiriu vontade de ser grande.

Lula voltou a brincar que não sabia o que era o investment grade (grau de investimento), como fizera na semana passada: — O investment grade é aquele cara que paga as coisas bem, e o Brasil virou investment grade porque toma conta do seu nariz, exibe sua política econômica e aquilo que queremos fazer.

Lula disse não estar preocupado se vai entrar mais dólar ou não na economia com o selo recebido pela agência de classificação de risco Standard & Poor's. Mas rechaçou o capital especulativo: — Nós precisamos diferenciar o dólar que vem para investir na geração de empregos e o dólar que vem para investir na especulação financeira. Este da especulação financeira nós temos que banir. Agora, aquele que vem para investir em uma fábrica, nós temos que dizer: pode vir dólar, pode vir euro, pode vir iene, pode vir o que quiser porque o povo brasileiro não tem preconceito contra dinheiro. O nosso preconceito é contra a miséria, contra a pobreza a que o povo está submetido. O nosso preconceito é que este país perdeu quase 50 anos em seu desenvolvimento.

Cana já produz mais energia que hidrelétrica – O Globo – Capa – 09/05/2008

No ano passado, a canadeaçúcar, que serve para a produção de etanol, transformouse na segunda principal fonte de energia do Brasil, desbancando as hidrelétricas, pela primeira vez na História. Na liderança, o petróleo também perdeu espaço.

Página 33

Etanol passa hidrelétricas e se torna 2ª- maior fonte de energia do país

Os produtos derivados da cana-de-açúcar, como o etanol, ultrapassaram as usinas hidrelétricas pela primeira vez e se tornaram a segunda maior fonte de energia do país em 2007. Ano passado, esses derivados tiveram participação de 16% na matriz energética, ocupando a segunda posição, enquanto energia hidráulica e eletricidade tiveram 14,7%, segundo dados preliminares do Balanço Energético Nacional, divulgado ontem pela estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Em 2006, as participações foram de 14,5% e 14,8%, respectivamente.

O petróleo e seus derivados continuaram em primeiro lugar, com 36,7%, mas houve queda em relação aos 37,8% de 2006. A matriz está ficando mais limpa.

A participação das diferentes fontes de energia renovável, como o etanol, aumentou de 44,9% para 46,4% em 2007. As não renováveis, como petróleo, caíram de 55,1% para 53,6%.

A oferta interna de energia cresceu 5,9%, levando-se em conta o consumo por cidadãos, empresas e setor de transformação (coquearias, carvoarias, refinarias etc.). O avanço foi maior que o do Produto Interno Bruto (PIB), de 5,4%.

Pelo levantamento da EPE, o petróleo manteve a auto-suficiência alcançada em 2006, com produção de 1,751 milhão de barris diários e consumo de 1,734 milhão. A queda do petróleo é explicada em boa parte pelo recuo no consumo de gasolina, em função de um aumento de 46,1% no de álcool hidratado (usado diretamente como combustível nos tanques). Além dos melhores preços do álcool nas bombas em 2007 — este ano, já se verificam reajustes —, o avanço do etanol foi justificado pelo aumento da frota de carros bicombustíveis no país.

Dados da Anfavea, associação dos fabricantes de veículos, apontam que em abril o Brasil tinha cinco milhões de veículos flex. Também contribuíram a ampliação da área colhida de cana no Brasil em 8,2%, no ano passado; o aumento de 45% na produção de álcool hidratado; e o aumento da parcela obrigatória de adição de álcool anidro adicionado à gasolina, de 23% para 25%.

O especialista Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), diz que o álcool está com preços mais competitivos: — O Brasil já tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo.

Além da maior demanda pelo álcool para os carros, grande parte da produção de etanol passou a ser contabilizada oficialmente com a implantação da nota fiscal eletrônica. A redução da carga tributária, com o menor ICMS, também ajudou. Mais barato, o álcool tomou espaço da gasolina. Quem tirou espaço da água foi o gás. Há uma tendência de que a cana continue avançando.

Com a alta de 46,1%, o consumo de álcool hidratado atingiu 10,4 bilhões de litros em 2007. O anidro (usado na mistura com a gasolina) avançou 19,7%, para 6,2 bilhões de litros. Já o consumo de gasolina premium (que não tem álcool) caiu 3,9%, para 18 bilhões de litros.

— Acredito que seja uma tendência irreversível (cana à frente da energia hidrelétrica). É um ano histórico. Temos três fontes que serão a base da matriz: petróleo, cana e hidráulica, e nas três somos autosuficientes — disse o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim. Para ele, a cana terá cada vez mais importância na matriz energética brasileira,

mesmo com previsão de novas hidrelétricas, como os megaprojetos do Rio Madeira e de Belo Monte.

Perguntado sobre os questionamentos de que a produção de etanol pode comprometer os preços dos alimentos, Tolmasquim refutou as críticas: — No Brasil, temos solo para aumentar a produção de etanol sem afetar a produção de alimentos.

Analistas: alimentos não sofrem pressão

Especialistas em inflação não acreditam que o avanço da plantação de cana vá pressionar o preço de outras culturas, como a da soja. Segundo Luiz Roberto Cunha, professor de economia da PUC-RJ, o Brasil tem muito espaço para agricultura.

O máximo que poderia acontecer, diz, é a transferência de plantações para outras localidades: — Mas nem de longe pode acontecer o que houve nos Estados Unidos, onde a plantação de milho para a produção de etanol afetou o preço de outras culturas.

Geraldo Barros, coordenador científico do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, acredita que os preços na agricultura já estão pressionados, e não será a cana que vai mudar o cenário: — A agricultura representa menos de 4% de toda a área plantada do país. Nem se esse índice dobrasse os preços de outras culturas seriam pressionados. Para aumentar o espaço de plantação, é preciso haver investimentos de, no mínimo, R\$ 80 bilhões por ano. Além disso, a canadeaçúcar hoje ocupa espaço de pastagens degradadas, que não estão sendo usadas nem por gado.

Segundo Tolmasquim, da EPE, o consumo de energia de diferentes fontes cresceu 13,5 milhões de toneladas e, do total, 70% são de fontes renováveis. A energia renovável que mais avançou foi a da cana: 41,4%. Foi identificada uma alta de 8,6% no uso de carvão mineral, com o aumento da produção e do consumo de coque metalúrgico para aplicação na indústria siderúrgica.

Por outro lado, o consumo de urânio caiu 9,9%, em função das paradas das usinas Angra 1 e Angra 2 ano passado. Tolmasquim afirmou que um grupo interministerial discute a proposta de um novo modelo nuclear, em que poderiam ser feitas parcerias com a iniciativa privada na prospecção de urânio.

Na opinião de Pires, do CBIE, há ainda grande espaço para a geração de energia a partir do bagaço da cana — um segmento que tem potencial para chegar ao volume de Itaipu (mais de 90 milhões de megawattshora), apesar de a produção acontecer durante sete meses por ano. O consultor David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), endossa os argumentos.

Segundo ele, o etanol, além de ser a energia do futuro, é limpa. Tolmasquim garantiu ontem que não há risco de apagão em 2010.

Nobre liderança – O Globo – Opinião – 10/05/2008

As fontes renováveis já correspondem a 46,4% da matriz energética brasileira, enquanto no mundo essa média não passa de 12%. Considerando-se apenas os países ricos, a participação das fontes renováveis cai para 8% na matriz energética. Esse quadro se deve principalmente ao aproveitamento da energia das hidrelétricas e à cadeia produtiva do etanol, que, no ano passado, passou a representar 16% da matriz, ficando atrás apenas do petróleo e seus derivados (36,7%). Embora a lenha e o carvão vegetal também estejam

entre as fontes renováveis, o Brasil vem dando uma contribuição expressiva no uso de energia limpa.

Com os ganhos de produtividade do setor e o aproveitamento da biomassa para geração de energia elétrica (estima-se que o potencial seja equivalente à capacidade de uma Itaipu), a contribuição do setor sucroalcooleiro crescerá ainda mais, de modo que, provavelmente no início da próxima década, as fontes renováveis podem vir a responder por mais de 50% da matriz energética brasileira. Isto significará mais empregos, renda, recolhimento de impostos no campo, e, principalmente, menos impacto ambiental.

Não deixa de ser uma lição para o mundo que o consumo de etanol no Brasil já supere o da gasolina, combustível derivado do petróleo. E, graças ao álcool, o consumidor brasileiro não sentiu no bolso todo o forte impacto da alta das cotações do petróleo no mercado internacional.

Não está longe o dia em que outros mercados consumidores vão se incorporar ao uso do etanol brasileiro, originário da cana-de-açúcar

UE pressiona por controle no etanol – O Globo – CAPA – 10/05/2008

A União Européia faz pressões para controlar o respeito a cláusulas sociais e ambientais na produção do etanol, mas o Itamaraty só aceita discutir na Organização Mundial do Comércio (OMC). O preço do petróleo já subiu 12% este mês. Páginas 35 e 36

Etanol: Brasil resiste à pressão para adotar critérios de exportação à UE – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 10/05/2008

BRASÍLIA e SÃO PAULO. O governo brasileiro não pretende ceder às pressões da União Européia (UE) para firmar com o bloco um acordo bilateral sobre etanol e outros biocombustíveis, com critérios sociais e ambientais.

Segundo o diretor do Departamento de Energia do Itamaraty, André Aranha Correa do Lago, esse entendimento deve ser feito entre empresários do setor privado, importadores e exportadores.

Segundo reportagem publicada ontem pelo jornal “Valor Econômico”, a UE quer condicionar a exportação do etanol brasileiro ao mercado europeu à adoção de tais critérios. Pelo acordo, a UE enviaria uma missão para monitorar a produção do biocombustível periodicamente, como acontece com a carne bovina. Os custos de monitoramento recairiam sobre os exportadores.

O Estado brasileiro só assumiria um compromisso nesse sentido na esfera multilateral, ou seja, na Organização Mundial do Comércio (OMC). Dessa forma, todas as nações estariam sujeitas às mesmas regras.

Trabalho escravo tende a virar alvo, diz governo As regras para a importação de biocombustíveis estão em discussão pelos 27 países membros da UE — que pretende cobrir 10% do consumo de transporte da região com biocombustíveis até 2010. Por essa razão, o governo brasileiro ainda não sabe ao certo que exigências serão feitas às nações exportadoras.

O objetivo oficial do bloco é dizer ao público europeu que o que está sendo comprado é sustentável e não causa danos sociais ou ambientais. Mas é forte o lobby para que as condições funcionem igualmente como barreira protecionista aos produtores locais de biocombustíveis.

Eles usam, normalmente, a canola e o trigo como matéria-prima.

Por isso, estão longe de serem competitivos em relação a seus pares brasileiros.

Alguns critérios europeus já são conhecidos: o cultivo deve ser feito em área desmatada e o grau de emissão de CO₂ deve ser 30% inferior ao da gasolina.

Fontes do governo brasileiro acreditam que o nível de exigências só tende a aumentar e entrar em temas como trabalho infantil ou em condição análoga à escravidão.

— O entendimento deve ser feito com os importadores europeus.

Eles que se entendam com os exportadores brasileiros — afirmou Correa do Lago.

— Há uma enorme incompreensão do que é certificação, negociação internacional, regra imposta unilateralmente e entendimento.

Brasil estuda apresentar queixa na OMC contra EUA Correa do Lago afirmou que o Brasil está numa posição confortável em relação aos europeus na questão ambiental.

Quanto a alegações de que existe no país trabalho escravo, ele lembrou que há, na Europa, milhões de imigrantes ilegais. E isso não significa que a legislação em vigor, tanto no Brasil como na UE, não seja cumprida, apesar desses problemas.

— A escravidão no Brasil não é uma regra, é um acidente. Do mesmo modo, há milhões de imigrantes ilegais na Europa. Se há ilegais na Europa, que não têm seus direitos sociais respeitados, é um motivo para proibirmos o produto europeu? Em uma frente paralela, o Brasil pode apresentar uma queixa contra os EUA na OMC, se o país aprovar mudanças tarifárias para o etanol que constam da nova Lei Agrícola. Pela lei, uma tarifa de importação de 54% por galão seria estendida por mais dois anos, e o incentivo para as empresas que fazem mistura de etanol seria reduzido.

Etanol do Brasil não é o alvo, diz líder do PV alemão - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial - 02/05/2008

O alemão Reinhard Bütikofer ficou impressionado com a visão de São Paulo desde o terraço do Edifício Itália, no centro da cidade. "Pelo pouco que vi, São Paulo é limpa e bem mais verde do que imaginava", diz o presidente do Partido Verde alemão, o Bündnis 90/Die Grünen, o maior e mais poderoso do mundo. Bütikofer veio para o 2º Global Greens, um megacongresso que reúne no Memorial da América Latina, até domingo, 500

militantes e ativistas políticos verdes de 81 países. Na agenda dos debates, mudanças climáticas e biodiversidade.

Filósofo, historiador e especialista em China, Bütikofer, de 55 anos, chegou a São Paulo na terça-feira à noite, em meio a chuva e congestionamento. Pareceu se inspirar: "4% dos chineses são donos de carros. Na Europa são 60%, nos EUA, 80%, e aqui em São Paulo me falaram que são 50%", começou. "Seria um pesadelo se os chineses copiassem nosso estilo de vida."

Ele aterrissou em dias de polêmica sobre a produção de biocombustíveis e o preço dos alimentos no mundo. "Até onde vejo, o Brasil não é o foco da discussão na Europa. O etanol brasileiro está no lado positivo do debate."

O foco, resumiu, estaria na produção de óleo de palma na Indonésia (que a Alemanha importa em grande quantidade) à custa de florestas, na baixa eficiência energética do etanol de milho dos EUA, na dúvida de quanto e como os biocombustíveis efetivamente ajudam o ambiente e na pressão sobre a indústria automobilística para que produza carros menos poluentes. No topo, a interface entre biocombustíveis e alimentos.

"Acho que esta questão, na Europa, é menos uma resistência do movimento ambientalista do que uma resistência de círculos industrializados que acreditam que substituindo gasolina por biocombustíveis podem evitar investimentos tecnológicos na produção de motores mais eficientes ou automóveis mais sustentáveis."

Valor: *Como o senhor virou um especialista em China?*

Reinhard Bütikofer: Não é assim, não sou um especialista... Há 30 anos, entrei em uma livraria em Londres e vi aqueles livros da editora Penguin para aprender frases em outras línguas. Havia um de chinês e outro de suaíli. Fiquei em dúvida, mas acabei escolhendo o de chinês. Depois, na universidade, estudei chinês antigo. Gosto de línguas. Fui para a China várias vezes.

Valor: *Em termos ambientais, quando se pensa em China e Índia, a conta que se faz é que um bilhão de pessoas no mundo desenvolvido consome muito e cinco bilhões quase não consomem. Se este pessoal quiser ter carro, comer carne, viajar, como vai ser? O sr. acha que os superconsumidores estão dispostos a consumir menos para que chineses e indianos consumam mais?*

Bütikofer: Seria um pesadelo se os chineses copiassem o nosso estilo de vida e eles sabem disso. Claro que é legítimo que queiram melhorar a vida que têm. Mas começaram a perceber que, nos últimos 20 anos, causaram muitos danos ao seu ambiente. Estão minando seu próprio desenvolvimento e tirando o chão sob seus pés, literalmente, ao poluírem o solo e a água em níveis terríveis. Eles começam a falar em como melhorar isso e acho que temos que ajudá-los a desenhar um novo modelo de desenvolvimento. Já há experiências muito interessantes na China.

Valor: *A que o sr. se refere?*

Bütikofer: Em grandes cidades na província de Sichuan, por exemplo, as motos não queimam gasolina. Em Nova Déli é parecido.

Valor: *E andam como?*

Bütikofer: Não sei qual é a tecnologia. Mas não andam com gasolina, usam muito gás. Há esforços em melhorar ambientalmente. É uma questão de ter tecnologia, de planejar um novo padrão de vida e de motivar - e liberar - pessoas a pensarem em termos de inovações ambientais. É preciso transformar o que herdamos. É o que os chineses chamam de "environmental civilization".

Valor: *Que conceito é esse?*

Bütikofer: Ainda é mais um slogan do que um conceito. Eu o escutei pela primeira vez na China em 2007. É uma meta que tem a ver com a redução de CO₂, com ter menos impactos industriais negativos, com obter uma agricultura que dependa menos da exploração de recursos naturais. Neste momento, a "civilização ambiental" chinesa é um objetivo que eles vislumbram e que tem mais a ver com uma necessidade do que com uma solução.

Valor: *Voltando ao consumo: o sr. acha que os consumidores europeus e americanos estão dispostos a uma redução vigorosa?*

Bütikofer: Depende do que se quer dizer por redução de consumo. Não há uma conexão necessária entre determinado nível de riqueza material, por um lado, e a emissão de gases estufa, por exemplo. Pode-se ser mais eficiente no uso da energia, na tecnologia, na reciclagem e manter o padrão de vida em alto nível. Agora, se pegarmos o CO₂ como medida, é óbvio que nós somos superconsumidores. A Alemanha emite, per capita, 10 toneladas de CO₂ por ano. Isso não é tão ruim quanto os EUA, mas é quase cinco vezes a média da Índia. Claramente temos que cortar.

Valor: *A maior economia da Europa pode fazer isso sem quebrar?*

Bütikofer: Acho que sim. Podemos até impulsionar a nossa economia desenvolvendo a estratégia da inovação ambiental, algo que combine redução de emissão de gases estufa, por exemplo, com progresso econômico. Temos sido bem-sucedidos com as energias renováveis. Na Alemanha, nos últimos anos, fomos capazes de produzir 250 mil novos empregos impulsionando este setor, uma indústria forte, competitiva e inovadora. Não há necessariamente uma oposição entre progresso econômico e responsabilidade ambiental. É importante ter os mecanismos de mercado certos e a regulamentação adequada, não é uma solução fácil. Mas há exemplos positivos que podem ser inspiradores.

Valor: *Uma discussão frequente no Brasil é como desenvolver sem desmatar. Isso é possível e realista?*

Bütikofer: Os países em desenvolvimento que querem criar um futuro positivo para si não podem copiar o nosso modelo industrializado de desenvolvimento, que produziu grandes custos ambientais e sociais. É possível evitar os erros que fizemos e conseguir um modelo de desenvolvimento melhor. O Brasil já mostrou sua habilidade em criar seu próprio caminho. Há muitos anos as autoridades brasileiras optaram pelo etanol de cana e não fizeram isso copiando da Europa. O desafio é encontrar o equilíbrio entre soluções domésticas sem se isolar e enxergando a experiência estrangeira.

Valor: *As usinas de álcool em São Paulo não paravam de receber parlamentares estrangeiros, inclusive verdes, que queriam saber como o Brasil faz etanol. Agora parece que não há tanto glamour nestas visitas. O que aconteceu?*

Bütikofer: Muitas coisas aconteceram juntas e mudaram o humor geral sobre os biocombustíveis.

Valor: *Que coisas?*

Bütikofer: Até onde vejo, o Brasil não é o foco da discussão na Europa. Grupos ambientalistas têm criticado há muito a produção de óleo de palma na Indonésia, que é importado em volumes crescentes pela Alemanha e vem sendo produzido em áreas onde a floresta está vindo ao chão. O impacto na emissão de gases do efeito estufa é muito negativo.

Também há debates comparando os graus de eficiência dos diferentes biocombustíveis. Aí o etanol brasileiro feito de cana-de-açúcar está do lado positivo. Mas a eficiência do etanol de milho dos EUA é muito baixa.

E há ainda a discussão sobre se os biocombustíveis realmente ajudam o ambiente ou se são apenas uma nova estratégia de desenhar novos subsídios para fazendeiros nos EUA e na Europa. Outro ponto seria que os carros antigos não estão tecnicamente preparados para consumir a mistura de álcool e de gasolina.

Valor: *Esta foi uma das razões alegadas pelo governo alemão no recente recuo na decisão de adotar logo a mistura álcool-gasolina no país. Mas existem muitos carros velhos na Alemanha?*

Bütikofer: Sim, mas menos que em outros países. Acho que a média de idade dos carros nas ruas das cidades alemãs é 8 anos.

Valor: *Na Europa, então, o debate sobre os biocombustíveis ainda está aberto?*

Bütikofer: É uma questão em andamento. Há uma discussão importante dirigida aos fabricantes de carros europeus - questiona-se se as empresas não deveriam fazer mais esforços para ficar mais eficientes. Há todo tipo de argumentação, e no topo de tudo, o aumento no preço dos alimentos no mundo. A política agrícola europeia vem sendo alvo de críticas dos Verdes há tempos porque os subsídios existentes acabam deprimindo a agricultura em países pobres. Fica mais barato importar produtos europeus do que criar seu próprio mercado. E, de repente, aparece um artigo agrícola específico que é aceito pelo mercado europeu, que é o biocombustível, e depois o Banco Mundial e o FMI começam a nos dizer que podemos estar no limite de produzir uma profunda crise de alimentos em vários países.

Não acho que esta é uma discussão de um lado só. Na nossa visão, a crítica se dirige aos subsídios agrícolas europeus, ao setor automobilístico e à importação de produtos como o óleo de palma da Indonésia que usam o termo "bio" quando na verdade não o são.

Valor: *O PV alemão está dividido neste assunto?*

Bütikofer: Não diria isso, mas alguns de nós são mais otimistas do que outros.

Valor: *E entre as ONGs?*

Bütikofer: Os grupos ambientalistas ainda são muito críticos. Há solicitações para que o padrão determinado pela União Europeia de ter 10% de biocombustíveis na gasolina em 2020 caia. Alguns dizem que seria ok importar biocombustíveis de fontes sustentáveis e ambientalmente responsáveis, mas outros falam que, na prática, este padrão seria difícil de desenhar e implementar. Eu acredito que esta discussão é menos uma resistência do movimento ambientalista e mais uma resistência de círculos industrializados que acreditam que substituindo gasolina por biocombustíveis podem evitar investimentos tecnológicos na produção de motores mais eficientes ou automóveis mais sustentáveis. Agora a pressão está sobre a indústria, para que não fuja à responsabilidade.

Valor: *Nestas questões ambientais, no que o sr. é otimista? O que enxerga como uma boa aposta?*

Bütikofer: A racionalidade econômica dominante em muitos países, inclusive o nosso, foi estruturada contra a sustentabilidade. Em muitos casos é uma coisa ou outra. Se não conseguirmos mudar esta moldura, não sou muito otimista. Mas estamos tentando construir o que chamamos de "economia verde de mercado", uma economia que usa os mecanismos de mercado, mas com uma estrutura que se relaciona com interesses sociais e de responsabilidade ambiental. Entram aí o sistema europeu do mercado de emissões de carbono, eco-taxas e outros mecanismos que direcionem o desenvolvimento econômico para outro rumo. Acho que uma das falhas mais importantes das discussões internacionais de clima e de biodiversidade está no contexto da divisão de responsabilidades.

Valor: *O que o sr. quer dizer?*

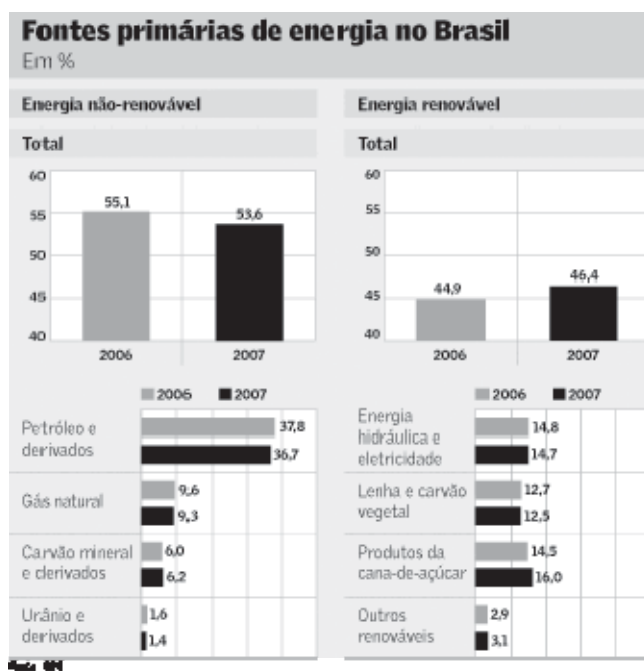
Bütikofer: Quando se fala em fardos, ninguém nunca quer nenhum. Acho que teríamos que falar de divisão de esforços e de oportunidades, porque é disso que se trata, no final. E esta é uma responsabilidade dos países mais industrializados. Eles têm que comprovar a tese de que podem haver avanços competitivos, economicamente viáveis e sustentáveis, com estilos de vida e modos de produção que possam ser copiados pelos outros. Se os países ricos não se moverem nesta direção, quem se moverá?

Cana já supera hidrelétrica na produção de energia - Rafael Rosas – Valor Econômico
– Brasil - 09/05/2008

Os produtos da cana-de-açúcar superaram pela primeira vez no ano passado a produção de energia através de hidrelétricas na matriz energética brasileira. De acordo com dados preliminares do Balanço Energético Nacional, divulgado ontem pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os derivados da cana-de-açúcar responderam por 16% da matriz nacional em 2007, enquanto a energia gerada por hidrelétricas ficou com 14,7%. Em 2006, o percentual era de 14,5% para a cana e 14,8% para energia hidráulica. A liderança continua com petróleo e derivados, que responderam por 36,7% do total, contra 37,8% em 2006.

O destaque do balanço ficou por conta das energias obtidas por meio de fontes renováveis, que responderam por 70% do total de 13,5 milhões de toneladas de aumento nas fontes produtoras de energia em 2007. Desse total, o maior destaque individual foi a cana-de-açúcar, com aumento de 5,6 milhões de toneladas. Com o resultado, a participação das energias renováveis na matriz energética do país subiu de 44,9%, em 2006, para 46,4% no ano passado.

"Pela primeira vez a cana ultrapassou a hidreletricidade na matriz energética brasileira. Tudo indica que a cana vai se manter como parte importante da matriz. Acho que a tendência é irreversível", disse o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim. Segundo ele, no ano passado a área colhida de cana subiu 8,2% e a produção total do produto atingiu 495 milhões de toneladas, alta de 15,7%.



Puxado pelo aumento da frota "flex fuel" e pela queda dos preços nas bombas, o consumo de álcool hidratado subiu 46,1% no ano passado, para 10,4 bilhões de litros, enquanto o anidro, que é misturado à gasolina, avançou 19,7%, para 6,2 bilhões de litros. As exportações de etanol expandiram-se 2,1%, para 4,5 bilhões de litros. Em termos de produção, o álcool hidratado avançou 45,2%, para 14,3 bilhões de litros em 2007, enquanto o anidro cresceu 4,3%, para 8,3 bilhões de litros.

O consumo de carvão mineral como fonte de energia cresceu 8,6% em 2007, resultado inferior apenas aos 17,1% de aumento obtidos pela cana-de-açúcar. O avanço do carvão mineral, segundo a EPE, é fruto do aquecimento do setor siderúrgico. Para suprir o crescimento da produção nacional de aço, a importação de carvão mineral subiu 13,8% no ano passado, para 15,2 milhões de toneladas, contra 13,3 milhões de toneladas em 2006. A produção nacional do insumo subiu 0,2%, para 5,89 milhões de toneladas.

Apesar do maior uso de carvão, a produção de CO₂ brasileira ainda é relativamente baixa, explica Tolmasquim. No ano passado, a emissão de dióxido de carbono por habitante foi de 1,84 tonelada, enquanto nos EUA a média chega a 19,61 toneladas. No Brasil, a cada tonelada de petróleo são produzidas 1,57 toneladas de CO₂, contra média de 2,49 toneladas nos EUA.

O presidente da EPE também ressaltou que o consumo de energia no país está mais eficiente. Segundo ele, apesar de o consumo por habitante ter crescido 11,7% no ano passado, para 2.612 quilowatts (kW), a energia necessária para gerar US\$ 1 mil de produto na indústria caiu 0,9%, de 369 quilowatts-hora (kWh) em 2006 para 366 kWh no ano passado.

Além disso, o país manteve em 2007, pelo segundo ano consecutivo, a auto-suficiência na produção de petróleo. Os dados da EPE indicam que, no ano passado, o país produziu 1,751 milhão de barris, na média diária, para um consumo de 1,734 milhão de barris por dia. **(Com agências noticiosas)**

Independência alimentar e etanol – Antônio Delfim Netto – Valor Econômico – Opinião
– 13/05/2008

É plenamente justificada a indignação do presidente Lula com a sórdida campanha européia e da ONU (que tem o mais nobre objetivo e a mais indecente performance para atingi-lo) contra os biocombustíveis e, em particular, contra o etanol brasileiro. Trata-se da mais pura chicana política. Vereadores de arraial, disfarçados de estadistas, defendem os mais inconfessáveis interesses econômicos com o falso argumento que eles irão produzir a fome no mundo. Chicana, em primeiro lugar, porque a Europa criou o biodiesel (de colza) e, de fato, é a maior produtora mundial do produto. E, em segundo lugar, porque o Brasil tem aumentado, simultaneamente, a produção de alimentos e de cana-de-açúcar, como se vê abaixo:

A safra de grãos 2007/08 revela aumento de 7,1% com pequeno crescimento de área plantada (1,6%) e 5,5% de aumento da produtividade. Ao mesmo tempo cresceu a produção de cana-de-açúcar em 8,3%. Com relação à cana, convém lembrar que a área média renovada anualmente (com o plantio de alimentos) é da ordem de 13%. No setor sucroalcooleiro, duas observações são importantes: 1) com o aumento da colheita mecanizada há uma enorme redução do uso da mão-de-obra na atividade (grosseiramente, para cada tonelada de cana colhida mecanicamente, dispensa-se um colhedor). Em São Paulo, por exemplo, onde a mecanização está em torno de 45%, estima-se que a colheita da produção da ordem de 350 milhões de toneladas (contra 320 na safra 2006/07) exigirá praticamente a mesma mão-de-obra da safra anterior. Se a mecanização fosse maior, haveria dispensa de mão-de-obra. O cronograma fixado em lei é atingir 100% de área mecanizável em 2021 e 100% de área "não-mecanizável" (queima em área menor do que 150 hectares ou declividade maior do que 12%) em 2031; e 2) produzimos hoje um litro de etanol com 1/3 da terra exigida há 25 anos (devido aos ganhos tecnológicos).

Produção brasileira		
Em milhões de toneladas		
Safra	Grãos**	Cana
2004-2005	114,7	423,0
2005-2006	122,5	457,2
2006-2007	131,8	515,3
2007-2008*	142,1	558,1

Fonte: Companhia Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

Vemos que, graças às pesquisas que realizou, o Brasil criou uma eficiente agricultura tropical que deixa longe o fantasma malthusiano: produzimos mais, com menos terra e menos mão-de-obra! O mesmo acontece, aliás, no setor da pecuária de carne (onde somos o primeiro exportador mundial) e de leite (onde em breve assumiremos um importante papel no mercado internacional).

Se isso não fosse suficiente para mostrar a tolice de atribuir ao etanol brasileiro uma redução da produção de alimentos, bastaria lembrar que, dos seus 850 milhões de hectares, o Brasil tem (com a tecnologia hoje existente) cerca de 350 milhões de terras agricultáveis, dos quais apenas 8 milhões (ou seja menos de 2,5%) estão ocupados com cana-de-açúcar. A pecuária ocupa 60% da área, mas a disponibilidade de pastos degradados que estão sendo liberados pelo avanço da tecnologia na produção da carne e de lácteos garante que podemos dobrar (ou mesmo triplicar) a produção de etanol sem derrubar uma árvore! O mesmo

acontece com a cultura de grãos, que ocupa menos de 75% das terras próprias para sua produção.

Campanha da Europa e ONU é pura chicana política

O que está acontecendo no mundo deveria ser objeto de nossa reflexão. Deve ser agora evidente, para os ingênuos que defendem o livre-comércio "à outrance" por pura "bobice" ideológica, que os interesses nacionais não terminam nas "vantagens comparativas". Toda nação busca a autonomia alimentar, de forma que o comércio de alimentos será sempre um complemento da produção interna. Que falta lhes faz a história!

Como foi possível chegar a essa situação caótica onde a fome ameaça o mundo? Situação que não foi prevista ou intuída pela suposta "inteligência política e econômica" que sustentamos na ONU, na FAO, na OMC, no FMI, no Banco Mundial e "tutti quanti"? Quando e como nasceu isso? No fim da Segunda Guerra Mundial, a necessária autonomia alimentar mostrou a sua cara. Todos os países a procuraram através do suporte às suas políticas agrícolas. Quarenta anos depois, a Europa não sabia o que fazer com seus estoques produzidos por subsídios e "cotas" (alguém se lembra da "manteiga" e do "leite em pó"?), que protegeram uma agricultura ineficiente à custa de impedir as importações dos emergentes e, portanto, sem induzi-los a realizarem seu desenvolvimento com o aumento da produção para a exportação.

E o que emergiu agora em plena negociação da Rodada Doha? O fantasma da fome e a busca da autonomia alimentar! Tomados de pânico, os países trataram de defender-se proibindo temporariamente as exportações. Pior, vários países estão desenvolvendo outra vez programas subsidiados e protegidos por "cotas" de importação de alimentos: a Rússia com a carne de porco, China e a Índia com os grãos, Irlanda com a carne de boi, a insensata (do nosso ponto de vista) defesa francesa da Política Agrícola Comum (CAP) e a "Farm Bill" aprovada pelo Congresso dos EUA.

Os preços agrícolas estão subindo por muitos motivos: 1) o mais importante talvez seja a desvalorização da unidade de conta do comércio internacional, o dólar; 2) pela redução dos estoques (recomendação da própria OMC), porque com a "liberdade de comércio" eles seriam dispensáveis!; e 3) pela especulação desenfreada dos "hedges funds". O que restará disso? Primeiro, grandes conversas diplomáticas, lítero-musicais nos foros internacionais. Segundo, concretamente e por "baixo do pano", cada um vai buscar sua independência alimentar...

***Antonio Delfim Netto é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento. Escreve às terças-feiras**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Biodiesel

Campanha do Greenpeace no YouTube faz Unilever ceder - Aaron O. Patrick – Valor Econômico – Especial - 02/05/2008

A Unilever fez da Dove uma marca bilionária com propagandas que promovem a auto-estima das mulheres. Mas, nas últimas semanas, o grupo ambientalista Greenpeace divulgou paródias dos anúncios, com acusações de que a empresa está destruindo as florestas tropicais da Indonésia com sua fome de óleo de palma, ingrediente essencial na fabricação de sabonete e margarina.

O Greenpeace comemorou ontem uma vitória importante, quando a gigante dos alimentos e produtos de limpeza voltou atrás e anunciou que apenas comprará óleo de palma de fornecedores que comprovarem que não destruíram florestas.

A rapidez da campanha marca um momento crucial para os grupos de ativistas. A propaganda do Greenpeace está no YouTube.com há apenas uma semana e já foi assistida 250.000 vezes. Da mesma maneira que as maiores empresas do mundo, como a Unilever, têm usado a internet para divulgar suas propagandas, ativistas passaram a usar o meio para disseminar suas mensagens de modo rápido e barato. Procure "Dove" no YouTube e a propaganda do Greenpeace é a primeira a aparecer nos resultados da busca.

Durante uma conferência em Londres sobre mudanças no clima, Patrick Cescau, diretor-presidente da Unilever, pediu uma moratória no desmatamento da Indonésia pelos produtores de óleo de palma, uma das exigências mais importantes do Greenpeace. Antes, a Unilever argumentava que a moratória prejudicaria a oferta mundial de óleo de palma.

Um porta-voz da Unilever disse que os protestos do Greenpeace "tiveram alguma influência, mas muito pouca" na decisão da empresa em relação ao óleo de palma. Ele disse que a nova política estava nos planos desde novembro.

Mas o Greenpeace tomou para si o crédito. Ele atacou os sabonetes e cremes da Dove porque "todo mundo já ouviu falar dessa marca", disse o diretor-executivo do grupo, John Sauven. "É a face mais pública da empresa".

A imagem do Dove como uma marca sensível e inclusiva também colaborou com a estratégia do Greenpeace. Numa campanha que atraiu a atenção do mundo e rendeu prêmios, a Unilever reposicionou a Dove desde 2004 como uma marca que valoriza a individualidade das mulheres e rejeita o estereótipo da mulher perfeita. O Greenpeace se inspirou na campanha Pela Real Beleza, criada pela agência Ogilvy & Mather, da WPP Group.

Os panfletos do Greenpeace mostram fotos de orangotangos ao lado de duas opções: "gorgeous or gone?", algo como "belo ou extinto?". Uma das propagandas da Ogilvy mostrava uma fotografia de uma mulher mais velha ao lado de duas opções: "enrugada ou encantadora?"

A equipe do Greenpeace refez um vídeo da Dove chamado Evolução, pelo qual a Ogilvy ganhou o prêmio mais importante do festival anual da propaganda em Cannes, na França. Ele mostra como a indústria da moda pode alterar a imagem de uma modelo para torná-la mais atraente. A propaganda do Greenpeace exibe uma série de imagens de desmatamento, orangotangos morrendo e produtos da Dove nas prateleiras de supermercados. "Fale com a Dove antes que seja tarde demais", diz a legenda do vídeo.

Grandes empresas são alvo freqüente de ecologistas e outros ativistas que defendem mudanças em suas operações ou na de seus fornecedores. A WWF, uma ONG ecológica de abrangência mundial, divulgou propagandas no jornal britânico "Financial Times" em que denunciava gigantes como a Royal Dutch Shell.

O porta-voz da WWF, David Cowdrey, afirmou ontem que o Greenpeace merece um pouco de crédito pela decisão da Unilever. "Tenho certeza que ajudou, mas não acho que tenha sido o principal fator", disse ele.

"As ONGs e grupos de ambientalistas estão muito espertos hoje em dia", diz Hugh Hough, presidente da Green Team USA, uma agência de publicidade especializada em marketing ecológico.

A Unilever, uma das maiores consumidoras de óleo de palma do mundo, informou que implantará gradualmente durante os próximos sete anos a sua nova política para os fornecedores.

O óleo de palma, também conhecido no Brasil como óleo de dendê, é produzido principalmente na Indonésia e na Malásia. A alta do óleo contribuiu para o desmatamento, especialmente na Indonésia, para dar espaço às plantações de palmeiras.

Ao custo de 50.000 libras (cerca de US\$ 100.000), a campanha do Greenpeace saiu no jornal "London Times", em panfletos distribuídos em Londres e na página do Greenpeace no YouTube.

A Unilever demonstrou astúcia ao responder à pressão do Greenpeace, porque o grupo tem muita experiência e credibilidade quando se trata de questões ecológicas, diz Marie Ridgley, diretora da Added Value, uma consultoria de marcas da WPP. A Unilever "não pode fingir que é perfeita e ninguém espera que seja", diz ela.

Etanol

“É preciso mudar as formas de produção e consumo” - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 14/05/2008

Reunidos no seminário Economia Solidária, Soberania Alimentar e Agroenergia, realizado em Maringá (PR), Paul Singer e João Pedro Stédile falaram da crise no preço do petróleo e dos alimentos, da expansão dos biocombustíveis e dos projetos para a agricultura familiar.

MARINGÁ – Os economistas Paul Singer (secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho) e João Pedro Stédile (membro da coordenação nacional do MST), foram convidados especiais do seminário Economia Solidária, Soberania Alimentar e Agroenergia, realizado na quinta-feira (8) em Maringá (PR), numa parceria entre a Unitrabalho, a Universidade Estadual de Maringá e o Sindicato dos Engenheiros do Paraná. Frente a uma platéia formada por agricultores familiares, assentados, técnicos, professores e representantes do poder público, Singer e Stédile abordaram temas como biocombustíveis, aquecimento global, crise na produção de alimentos, alta do preço do petróleo e organização da agricultura familiar, entre outros.

Leia a seguir os principais trechos das intervenções de João Pedro Stédile e Paul Singer no seminário realizado em Maringá:

Contexto econômico da agricultura mundial - Stédile - Estamos em uma nova fase do capitalismo, na qual os setores mais dinâmicos de controle são os bancos e as grandes empresas transnacionais que controlam os ramos de produção em nível global. O neoliberalismo, em termos de modelo econômico, significa que agora as economias do mundo estão dirigidas pelos bancos e empresas, esse é o novo poder econômico dos capitalistas. Nos últimos 15 anos, o capital fez esse movimento de construir grandes empresas para dominar todos os setores da economia. Luz elétrica, telefone, transporte, fábricas, etc, está tudo sob o controle desse capital estrangeiro e internacional. Isso provocou grande mudança, pois nos últimos 15 anos as empresas passaram a controlar toda a produção agrícola mundial. Atualmente, não mais que 40 empresas controlam toda a produção de sementes, de fertilizantes químicos e de grãos, além do comércio desses grãos e da agroindústria (transformadora dos produtos alimentícios), ao ponto que hoje o preço dos produtos agrícolas não é mais determinado por cada agricultor em cada país, mas determinado pelo controle monopólico que essas empresas fazem em nível internacional.

As empresas manipulam os preços de acordo com seu interesse de manter sempre altas taxas de lucro. Essas empresas vieram para os países do terceiro mundo, se aliaram aos grandes produtores de terra e estes se subordinam a essa forma de produção agrícola. O capital entrou com a terra e com a espoliação do meio ambiente através da aplicação de altos índices de agrotóxicos e da produção intensiva. Além disso, o capitalista explora os trabalhadores rurais brasileiros. Os explora por um salário ridículo se comparado a Estados Unidos, Europa, México, etc. O agronegócio é a nova forma de o capitalismo controlar a produção. Não tem mais espaço para a agricultura familiar e camponesa, eles não precisam mais de nós, eles conseguem aumentar a produção de leite, soja, etc, sem os camponeses. Estes, têm como opção ir para as grandes cidades ou aceitar políticas de compensação social recomendadas pelo Banco Mundial, como bolsa-família, bolsa-gás, bolsa-frango, etc. Isso fere a dignidade dos camponeses. É como se dissessem: os camponeses estão excluídos, mas não os vamos deixar morrer de fome.

Singer - Os alimentos começaram a subir em 2006. O que está acontecendo é que, em diversos países, a chamada classe c deixou de comer comida de milho e trigo para comer carne e laticínios. O consumo de carne no Brasil aumentou 70%, e o mesmo acontece hoje na Índia. Quando comemos cereais, nós comemos a planta. Quando comemos carne, consumimos as duas coisas, a carne e a planta, mas o problema é que precisamos de sete quilos de cereal para obter um de carne bovina. A demanda por alimentos subiu, e isso exige muito mais terra, sol, água e trabalho humano.

As pessoas querem ter o padrão de vida que a propaganda indica como sendo o padrão dos vencedores. Há escassez de alguns alimentos, e se pergunta por quê não aumentar a produção. Deixar os alimentos escassos ao sabor do mercado é matar gente de fome. Já aconteceram motins por causa disso e outros acontecerão. Um exemplo é a revolta dos mexicanos com o aumento do preço da tortilha causado pela utilização do milho para produzir etanol. Essa crise é uma crise de fome, uma coisa que aparentemente havia sido eliminada. A ONU já fala que as Metas do Milênio para erradicar metade da fome no

mundo podem voltar atrás. Se começarem a negar comida, os pobres vão ter que conseguir à unha, ou começar a saquear, como na Argentina. Recordo Celso Furtado e seus escritos clássicos sobre o mito do desenvolvimento. Se formos elevar o mundo ao padrão de consumo do americano médio, romperemos limites da natureza. Esse cenário, que Celso pintou em 1974, está se realizando em 2008.

Aquecimento global - Singer - Se nós quisermos ter uma vida mais longa e de maior qualidade, o padrão de consumo no mundo vai ter que mudar, inclusive para brasileiros, indianos e chineses. Teremos que fazer um só automóvel levar mais gente, criar bolsões de bicicleta e ciclovias, entre outras coisas. O aquecimento global deve ser contido o mais depressa possível. Todos temos algo a fazer, apesar de o aquecimento ter sido causado pelo uso irresponsável dos recursos naturais pelo grande capital. Teremos que voltar a uma dieta de cereais. Seremos condenados à fome se não mudarmos nossa forma de alimentação.

Stédile - Os problemas são tão grandes que a sociedade tem que tomar uma decisão: ou muda ou vai para o brejo. Alguns problemas ficaram mais claros e estão sendo mais bem percebidos pela sociedade. Em São Paulo, morrem no inverno 80 pessoas por semana de doenças pulmonares causadas pelos automóveis. Cientistas advertem que, se o aquecimento global aumentar mais, vai trazer um desequilíbrio na vida do planeta que pode levar inclusive a uma catástrofe do ser humano. Um grande problema é a falta de acesso à água potável para a maioria dos seres humanos. Setenta por cento da água potável do planeta é utilizada para irrigar o agronegócio e só 30% é destinada aos animais e às pessoas.

Petróleo e Biocombustíveis - Stédile - Vivemos o problema da escassez do petróleo, o preço sobe por efeito da especulação feita pelo capital financeiro que corre para comprar petróleo nas bolsas. Outro fator é que os três maiores produtores do mundo, que são Irã, Rússia e Venezuela, estão contra os EUA. Uma aliança entre as empresas petroleiras, automotivas e o mercado financeiro passou a estimular a produção de agrocombustíveis, como uma falsa forma de combate à poluição, para conseguir seus objetivos de manter a margem de lucro e a utilização do veículo individual. A produção de agrocombustíveis, por si só, não é solução. Não adianta combustíveis mais saudáveis se não trocar essa matriz de transporte individual. Agora querem usar a mesma terra para produzir os agrocombustíveis.

Os setores petroleiro, automotivo e do agronegócio vieram para o Brasil para produzir aqui, porque sol, água e terra não têm mais na Europa. Os capitalistas vieram com as malas cheias de dinheiro para comprar usina e terra e estimular a produção através do etanol da cana e do óleo vegetal da soja, na forma do agronegócio. Os produtores vão produzir e entregar para essas empresas levarem para o exterior. Nenhum país do mundo se desenvolveu explorando matéria-prima, e a expansão do etanol não vai significar isso para o Brasil. Estão construindo 67 novas usinas de álcool e vão passar de quatro para doze milhões de hectares de cana e etanol, que vai ser todo exportado.

Se acontecer mesmo dessa forma, a expansão do etanol será um enorme prejuízo para o povo brasileiro, provocando a desnacionalização das nossas riquezas naturais. O monocultivo da cana em Ribeirão Preto alterou a temperatura, o clima e o lençol freático da

cidade. O etanol feito do monocultivo da cana altera o meio ambiente e, em longo prazo, traz as mesmas conseqüências do petróleo. Quanto mais tiver adubo químico, feito de petróleo, e agrotóxicos, mais vão aumentar as emissões. O agrotóxico glifosato tem três destinos: a terra, a água ou o nosso estômago. Em São Paulo, a cana já substitui o feijão, o milho, etc. Em outros lugares, já está empurrando a pecuária para a Amazônia.

Na área de óleo vegetal, não estão interessados na exportação. Justiça seja feita, o Programa Nacional de Biodiesel foi criado para dar uma alternativa à agricultura familiar. Mas, até agora o programa não cumpriu seu objetivo original, que é produzir a partir de outros tipos de plantas, como mamona, mandioca, batata-doce.

Singer - A crise dos alimentos é causada pelo preço do petróleo, que está num patamar que ninguém poderia imaginar. Pela lógica do mercado, quando um produto fica escasso e a demanda cresce é preciso aumentar a produção. Mas, a produção não está crescendo, pois isso possivelmente não convém ao capital internacional. O petróleo hoje é um limite econômico para a expansão. Países que estão crescendo muito, como China, Índia e Brasil, estão transformando boa parte de sua população pobre em classe média. A chamada classe c, nos últimos anos, teve um crescimento espetacular nesses países.

O preço dos alimentos cresce muito, e isso tudo é causado pela demanda de petróleo. Tem muita queima e a produção não acompanha. O papel do capital financeiro é jogar com o aumento de preços, e já dizem que o barril de petróleo vai para 200 dólares. A especulação atual se intensifica porque também é interessante para as empresas e companhias de seguro comparem o petróleo agora, porque daqui a seis meses o preço do produto estará ainda maior.

Agricultura familiar e agroenergia - Singer – Estudos da ONU comprovam a multifuncionalidade da agricultura camponesa, da agricultura familiar. A monocultura é a principal responsável pela perda de terra e água e pela nossa incapacidade de atender à demanda por alimentos. Hoje, vemos o uso dos agrotóxicos em várias extensões, e não existe água em vários lugares de terra arável. Você não consegue fazer a monocultura sem usar muito agrotóxico. É preciso acabar com a agricultura capitalista mundial, com a monocultura, e fazer uma agricultura familiar em escala ecológica. Temos que mudar radicalmente a forma de produzir os nossos produtos.

O que a humanidade está pedindo é uma nova revolução agrícola, diferente da Revolução Verde sobre a qual se basearam os conceitos do agronegócio. O passado se tornou o futuro, e hoje aqueles que detiveram os conhecimentos da agricultura ecológica são a nossa esperança. A agricultura familiar hoje é mais rentável do que a agricultura quimificada. Os insumos ficaram muitos caros por causa do preço do petróleo. A agricultura familiar é menos nociva para o meio ambiente e mais segura para os trabalhadores do que o agronegócio. Estamos numa baita crise, mas nós sabemos o caminho para sair dela. Precisamos de políticas nacionais e internacionais que regulem a forma de usar o solo e a água. Não é para outra geração, é para ontem. Os agricultores familiares são a nossa esperança.

Stédile - Temos que implementar projetos da classe trabalhadora. É possível produzirmos agrocombustíveis de uma forma mais equilibrada no meio ambiente, sem substituir os alimentos, mas também potencializando a produtividade dos alimentos. Os resíduos da produção podem ser usados como fertilizantes ou alimento para o gado. Isso só pode ser feito se o agricultor destinar apenas uma parte de suas terras para a agroenergia, e ao mesmo tempo, construir pequenas usinas. Fazer de forma cooperativada, ser dono de uma micro-usina, que pode ser feita pelas cooperativas de metalúrgicos, o que seria, inclusive, um exercício de complementaridade. Assim, podemos produzir energia sustentável, que dê mais renda e cidadania. Temos que criar em cada município pólos de produção de energia para que o agricultor familiar não dependa mais da Petrobras. Se fizermos isso em todo o Brasil, vocês vão ver que o povo vai se apoderar. Não existe independência política e econômica sem soberania alimentar. Precisamos produzir nossa própria energia.

Relator da ONU pede limite a biocombustível – Folha de São Paulo – Dinheiro – 03/05/2008

O novo relator da ONU para o Direito à Alimentação, Olivier De Schutter, pediu que se limite a produção de biocombustíveis para enfrentar a alta dos alimentos observada em todo o mundo, segundo entrevista ao jornal francês "Le Monde".

Ao falar do efeito do crescimento da produção de biocombustíveis, apontado como um dos motivos para a alta no preço dos alimentos, ele disse que, apesar de não defender uma moratória no sentido jurídico e de ter consciência de que não há volta quando se vê o peso que eles têm em um país como o Brasil, é preciso impor limites. "As metas ambiciosas em matéria de produção de biocombustíveis estabelecidas nos Estados Unidos e na União Européia são irresponsáveis."

Para ele, dedicar 25% da colheita de milho à produção de combustível com ajuda pública é "um escândalo". Ele propôs que sejam congelados os investimentos nesse setor. De Schutter manifestou ceticismo sobre as promessas de eficiência dos biocombustíveis de segunda geração: "É preciso consumir menos energia, utilizar menos automóveis e não criar expectativas sobre a capacidade das novas tecnologias de nos permitir manter nosso nível de vida ocidental".

O relator da ONU criticou também a especulação de produtos alimentícios, que estaria por trás da atual crise de alimentos em mais de 40 países, e pediu apoio para a agricultura nas nações pobres e dependentes do exterior.

De Schutter, que substituiu Jean Ziegler (um crítico dos biocombustíveis) no cargo na ONU, considerou "indesculpável" a falta de ação da comunidade internacional, que, durante anos, ignorou aqueles que pediam "que se apoiasse a agricultura nos países em desenvolvimento". "Não foi feito nada contra a especulação de matérias-primas", que foi

alimentada pela queda da Bolsa, disse ele, antes de afirmar que a crise atual evidencia os "limites da agricultura industrial".

O relator também criticou o Banco Mundial e o FMI por terem incitado "os países mais endividados, em particular na África subsaariana, a desenvolver cultivos de exportação e a importar os alimentos que consomem". Segundo ele, "essa liberalização tornou-os vulneráveis à volatilidade dos preços".

Para De Schutter, a auto-regulação do mercado "não é a solução, mas o problema", levando em conta que o mercado agrícola não é elástico, já que a quantidade de terras cultiváveis não pode ser ampliada "infinitamente".

O funcionário da ONU também defendeu uma modificação das regras da propriedade intelectual de "um pequeno número de empresas" e citou Monsanto, Dow Chemical e Mosaic, que controlam as patentes das sementes, dos pesticidas e dos fertilizantes e cujos lucros não param de crescer.

Quanto aos subsídios à agricultura nos países ricos, afirmou que o sistema é "uma vergonha", após lembrar que enquanto os camponeses das nações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) recebem US\$ 350 bilhões em ajuda ao ano, nos países em desenvolvimento esse valor se limita a US\$ 1 bilhão.

No entanto De Schutter defendeu uma "supressão gradual" desses subsídios, já que, se isso fosse feito de forma súbita, os países pobres que compram alimentos dos ricos teriam que pagá-los, a princípio, mais caros.

McCain pede menor uso de alimento como combustível – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008

O candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos, John McCain, ao lado de 23 senadores do seu partido, enviou uma carta à Agência de Proteção Ambiental do país pedindo um abrandamento da lei que prevê o aumento do uso de álcool como combustível. Os senadores atribuem ao biocombustível parte das explicações para a alta nos preços dos alimentos.

"Apesar de muitos fatores contribuírem para os altos custos da comida, a conversão de alimentos em combustível é o único que pode ser reconsiderado nas atuais circunstâncias", afirmam na carta os senadores republicanos. "As famílias americanas estão sentindo o impacto disso nas prateleiras dos supermercados e estão ficando mais inquietas com as preocupações em relação ao álcool feito à base de milho."

A Lei de Energia sancionada pelo presidente George W. Bush prevê o aumento no uso de combustíveis alternativos como o álcool dos 7,5 bilhões de galões em 2007 para 36

bilhões de galões em 2022. A proposta foi aprovada pelo Senado por 86 votos a 8. McCain, que também é senador, não participou da votação.

Bush disse na semana passada estar "muito preocupado" com os altos preços dos alimentos, mas afirmou que o avanço do álcool não é a principal razão para os aumentos.

Segundo ele, o combustível (que nos Estados Unidos é feito à base de milho) é responsável por 15% da expansão dos preços desde 2002 -o restante ele atribuiu às condições climáticas, ao aumento da demanda e aos preços de energia.

Índia estuda proibição de contrato futuro de alimentos – Raphael Minder – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2008

A Índia estuda proibir as operações de contratos futuros de alimentos, ressaltando as crescentes preocupações da Ásia quanto ao papel dos fundos de hedge e dos operadores dos mercados financeiros na recente alta das commodities.

Uma proibição emergencial dos mercados futuros de alimentos, proposta pelo ministro das Finanças, P. Chidambaram, reverteria medidas adotadas apenas cinco anos atrás para promover o desenvolvimento da Índia como centro financeiro.

A Índia já restringiu as transações futuras de algumas safras, além de estar entre os países que impuseram restrições à exportação de alimentos. A abordagem indiana, porém, atraiu fortes críticas de dois importantes funcionários do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), ambos indianos, o que destaca as preocupações entre as instituições internacionais de que a alta nos preços dos alimentos esteja gerando protecionismo comercial e novas distorções de mercado.

Rajat Nag, diretor-geral do ADB, disse que restrições às operações "enviarão o sinal errado e não são produtivas". Ifzal Ali, o economista-chefe do banco, as chamou de "um expediente político" adotado para agradar os eleitores.

A escassez de alimentos deflagrou inquietações sociais na África e partes da Ásia, bem como em outros países pobres, como o Haiti.

Haruhiko Kuroda, presidente do ADB, disse que mais de 1 bilhão de pessoas estão sendo afetadas na Ásia pela alta nos preços dos alimentos, que "tem uma dimensão humana bastante sombria".

País quer Japão para difundir cana na Ásia – Gitanio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/05/2008

O Brasil quer a parceria do Japão para difundir no Sudeste Asiático a tripla aptidão da cana -obtenção de álcool e açúcar, geração de energia a partir do bagaço e produção de outros alimentos com a rotação de culturas, que inclui principalmente soja, feijão e amendoim.

A informação foi dada ontem pelo ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. O plano prevê que o Brasil entre com a tecnologia, e o Japão, com o financiamento de projetos.

Rodrigues citou a Tailândia, que cultiva cana para negociar açúcar, como um país com potencial para receber projetos. Disse ser possível fazer o mesmo na África, com a União Européia, e na América Central e no Caribe, com os EUA. **(GITÂNIO FORTES)**

Chanceler da Alemanha diz apoiar etanol – Folha de São Paulo – Brasil – 15/05/2008

A chanceler da Alemanha, Angela Merkel, afirmou ontem em jantar para empresários brasileiros e alemães, realizado em São Paulo, que a Alemanha e a União Européia são favoráveis ao biocombustível. Mesmo assim, Merkel elencou quatro "questões" relacionados ao etanol. A primeira delas, afirmou, é que muitos carros na Alemanha não têm tecnologia para usar esse combustível imediatamente.

A segunda questão é ambiental. A chanceler disse que é preciso tomar cuidado com a exploração predatória. "Falei hoje com o presidente Lula que precisamos trabalhar por uma segunda geração dos biocombustíveis. A primeira geração não é o fim."

Sem citar o biocombustível, Merkel disse que o mundo todo está comendo mais e que por isso é preciso aumentar a produção de alimentos. Em reunião no final da tarde de ontem com representantes de trabalhadores rurais, Lula fez um relato de uma discussão que teria tido horas antes com a chanceler.

Segundo relato do presidente à direção da Contag, Merkel afirmou a ele ter ouvido que plantações de feijão no interior de São Paulo estavam dando lugar aos canaviais. No encontro com a Contag, Lula teria dito que saiu em defesa da produção nacional de biocombustíveis e, logo em seguida, levou a chanceler para outra sala, na qual apresentou um mapa do Brasil e apontou a diversidade da agricultura.

Por último, a chanceler citou as condições de trabalho dos envolvidos no cultivo da cana, assunto que também tinha abordado na reunião com Lula.

Stephanes critica conceito da Amazônia Legal – Folha de São Paulo – Brasil – 15/05/2008

Um dia depois da saída de Marina Silva do governo, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) criticou o conceito da Amazônia Legal, por abranger municípios de Mato Grosso e Tocantins, cujo principal bioma é o cerrado. "O conceito Amazônia Legal passou a ser usado até se pintar de verde todo [o Estado de] Mato Grosso, todo o Tocantins e parte do Maranhão. Aí, criou-se uma confusão", afirmou. Fazem parte da Amazônia Legal: Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Tocantins e oeste do Maranhão. Essa classificação é usada pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para fazer o monitoramento por satélite da floresta.

Segundo a **Folha** apurou, a declaração marca antagonismo com a equipe da ex-ministra do Meio Ambiente. Pouco mais de um mês antes de sair do governo, Marina baixou portaria em que aumentou o número de cidades do bioma amazônico. O conceito do bioma amazônico -e não da Amazônia Legal, como deu a entender o ministro da Agricultura- foi usado pelo Banco Central em fevereiro deste ano na definição de novas exigências para que produtores rurais com propriedades na Amazônia possam ter acesso a crédito rural em bancos públicos e privados.

Na resolução, o Banco Central torna obrigatório para pecuaristas e agricultores do bioma amazônico a apresentação de uma série de novos documentos, entre os quais o certificado de posse de propriedade e a comprovação da existência de reserva ambiental. Em decorrência da portaria do Meio Ambiente, novas cidades de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão também foram incluídas na lista de futuras restrições ao crédito. Essas exigências passam a vigorar a partir de 1º de julho. Ao se manifestar sobre a saída de Marina, Stephanes disse que as divergências com ela eram técnicas e se restringiam à negociações dentro do governo, não tendo influenciado o relacionamento entre ambos.
***(LUCIANA OTONI)**

Em um mau ambiente – Janio de Freitas – Folha de São Paulo – Brasil – 15/05/2008

MARINA SILVA teve motivos para renunciar muito antes, ainda no primeiro mandato de Lula, e devia tê-lo feito. Depois de contrariedades, desautorizações e críticas ostensivas, como as que Lula lhe fez, entre tantas outras, a pretexto dos transgênicos e da licença ambiental para hidrelétricas no rio Madeira, Marina Silva não tinha por que esperar a humilhação de ver um trabalho seu entregue ao comando de quem não deu a perceber, jamais, o menor conhecimento de meio ambiente e, ainda menos, de Amazônia. O gesto de Lula, sem justificativa real ou ao menos para guardar aparências, foi uma declaração de falta de confiança

Por seu lado, Lula agiu com uma falta gritante de respeito humano. Sua lengalenga posterior, tão suave e sentida, mais acentua do que disfarça a humilhação pública que praticou. Se, em sua comparação, a renúncia de Marina Silva lembrou-lhe a surpresa e a

perda no dia em que um filho sai de casa, esse filho fez muito bem em ir para longe de tal pai.

À parte sua brutalidade, tem um sentido grave a transferência do Plano Amazônia Sustentável, do Meio Ambiente para a Secretaria de Assuntos Estratégicos de Longo Prazo e também de agora mesmo. Significa o avanço que obtêm, no governo e em Lula, concepções militaristas (de características mais de primeiro mundo do que brasileiras) e suposições belicosas como perspectivas do Brasil. Lula se chega a Médiçi, não só por sua adesão ao "ninguém segura este país", mas também pelo "Brasil Grande" e o "Brasil Potência", que, no dizer de Nixon, fará a "América Latina ir para onde o Brasil for". Ao aceitar o lugar de Marina Silva, Carlos Minc aceita a restrição a políticas ambientais suas para os problemas da Amazônia. Se foi informado de tal condição do convite, não se sabe. Sim ou não, leva ao mesmo: a probabilidade de problemas. Lula se interessou pela rapidez, também vista como certa afoiteza, com que Minc decidiu dificuldades de licenciamento ambiental para algumas obras no Estado do Rio. Mas Carlos Minc não é só - ou até aqui não foi só- um político/administrador de atividade ininterrupta, determinada e rápida. Minc conhece o seu assunto e nele tem idéias consolidadas. Se também tem disposição para concessões, ou não, é o que veremos agora. A ida de Carlos Minc para o governo federal segue uma regra que já se torna tradição: de um jeito ou de outro, o Rio perde. Secretário estadual de Meio Ambiente há um ano e quatro meses, Minc fez trabalho bom e assim reconhecido, inclusive pela disposição com que iniciou a recuperação de áreas ambientais maculadas por invasores ricos, sobretudo no litoral mais valorizado. Não era mesmo uma atividade que prospere no Rio. Fica à disposição de interpretações o comunicado de Lula: "A política ambiental do governo não mudará em nada". Com a Amazônia entregue a pretensos estrategismos aquartelados e um presidente só interessado em rápidas licenças ambientais, não se sabe se Lula fez apenas outra frase sem sentido ou uma ameaça.

Agropauta: Japão quer conhecer potencial do etanol no Brasil – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/05/2008

Brasília (2.5.2008) - O governo brasileiro, mais uma vez, vai mostrar o potencial sustentável do etanol a visitantes estrangeiros. O biocombustível produzido no País será um dos principais temas do encontro dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão, Masatoshi Wakabayashi, na próxima segunda-feira (5), às 15 horas, em Brasília.

A cooperação internacional no setor agrícola e as questões relativas à Organização Mundial do Comércio (OMC) também estão na pauta da reunião. Após a audiência, às 16 horas, os ministros concedem entrevista coletiva à imprensa, no térreo do edifício-sede do Mapa.

O interesse do Japão em importar frutas brasileiras, principalmente o açaí, motivou uma visita do ministro e sua equipe ao Pará, neste sábado (3) e domingo (4). No município de Tomé-Açu (PA), onde está a terceira maior colônia japonesa do Brasil, os visitantes conhecerão uma agroindústria processadora de frutas, uma cooperativa agrícola e uma propriedade de cultivo de pimenta-do-reino.

Wakabayashi está no Brasil atendendo ao convite oficial do ministro Stephanes e também para participar as comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil.

Agronegócio brasileiro no Japão - A carne de frango é o principal produto do agronegócio brasileiro exportado para o mercado japonês. De janeiro a março de 2008, foram comercializados mais de US\$ 179,6 milhões, a maioria *in natura*. No *ranking* de exportações, o frango é seguido por café (US\$ 81,8 milhões), sucos de frutas (US\$ 24,7 milhões) e complexo sucroalcooleiro (US\$ 13 milhões). (*Da Redação*)

Serviço: Coletiva dos ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão, Masatoshi Wakabayashi.

Local: Salão de Atos, térreo do Mapa

Horário: 16 horas

UE quer acordo para que Brasil fiscalize etanol no país – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 09/05/2008

A União Européia (UE) avisou ao Brasil que vai querer um acordo bilateral sobre etanol, para assegurar que o país respeite duros critérios sociais e ambientais na produção do biocombustível, caso queira exportar para o mercado comunitário.

Com esse acordo, os custos de monitorar a aplicação das exigências de Bruxelas ficarão com os exportadores brasileiros. Periodicamente, a UE enviará uma missão para monitorar a produção, como ocorre no caso da carne bovina, por exemplo.

O plano de Bruxelas ainda precisará de reparos, porque os 27 países-membros fazem ainda uma verdadeira batalha para chegar a um entendimento sobre o nível do endurecimento dos critérios na produção do etanol que será destinado a cobrir 10% do consumo de transporte europeu até 2020.

Na verdade, essa meta obrigatória de 10% está ameaçada, em meio a uma campanha violenta contra o etanol. O relator no Parlamento Europeu do projeto de diretiva sobre energias renováveis, o eurodeputado Claude Turmes, do Partido Verde de Luxemburgo, qualificou a meta de "irrealista". O Valor teve acesso ao seu relatório preliminar, no qual ele retirou o percentual do texto.

Essa é uma notícia ruim para o Brasil e poderia prejudicar muito a indústria europeia de biocombustíveis. Certos analistas em Bruxelas ressaltam que a oposição está crescendo contra o etanol, mas não a esse ponto. Acreditam que os conservadores espanhóis, de grande influência no Parlamento Europeu, não deixarão passar o texto do relator ecológico.

Nesse cenário, há dois compromissos possíveis para o futuro do etanol na Europa. Primeiro, metas voluntárias de utilização do biocombustível para reduzir emissões de gases-estufa. E, segundo, diminuir o percentual de 10%, o que parece mais provável.

No entanto, na Comissão Européia, o braço executivo da UE, as informações são de que o presidente José Durão Barroso deseja ir até as últimas consequências na defesa dos 10%. Significa que, se os países-membros quiserem modificar o plano da Comissão, Barroso reagirá e, nesse caso, o conselho dos países só pode tomar medida por unanimidade. A alteração do objetivo de 10% fica difícil, especialmente porque a Espanha é a favor do etanol.

Em todo caso, a UE só pode impor critérios na importação se houver metas obrigatórias. A França, Alemanha e os novos países membros defendem a produção nacional e militam por critérios rigorosos, sob o argumento de limitar o impacto do etanol sobre preços de alimentos ou desmatamento da floresta.

Já os países escandinavos, Holanda e Reino Unido apostam mais nas importações para atender suas necessidades, e não querem entraves ao comércio.

A França sugere só importar de países que ratificaram pelo menos dez convenções ou tratados internacionais ambientais e de direitos sociais. Inclui o Protocolo de Kyoto contra o aquecimento climático, convenções contra trabalho infantil e por liberdade sindical.

Um grupo de países em desenvolvimento, informalmente coordenado pelo Brasil, avisou que aceita conversar sobre essas exigências, mas quer evitar discriminação que só prejudiquem os países em desenvolvimento. Outros vêem o risco de "imperialismo verde". O comissário europeu de Energia, Andris Piebalgs, disse porém que um endurecimento dos critérios "não deve tornar impossível o respeito dos 10%".

Outra proposta menos dura levaria os produtores de etanol, e não os países fornecedores, a se comprometer com padrões sociais e regras contra poluição.

Dois deputados federais de São Paulo, de municípios de produção de etanol, estiveram em Bruxelas, conversando com os relatores sobre energia renovável e biocombustível no Parlamento Europeu e avaliaram que o Brasil pode superar quase todas as exigências européias. "Quanto a exigências ambientais, estamos tranquilos", afirmou o deputado Antonio Mendes Thames (PSBD-SP).

Reunião não obtém acordo sobre etanol – Valor Econômico – Brasil - 15/05/2008

Não houve desfecho na questão do etanol na Rodada Doha, durante a reunião ministerial entre os Estados Unidos e o Brasil, realizada ontem em Roma. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, voltou a pressionar Washington para aceitar negociar a redução de tarifa de importação. A representante americana simplesmente tomou nota da reivindicação.

"Achamos que essa tarifa é totalmente absurda, é uma óbvia barreira na fronteira, discriminatória, e tem de ser tratada (na OMC)", disse o ministro, numa alusão à tarifa de importação de US\$ 0,54 por galão de etanol, que Washington cobra e que não quer negociar na Organização Mundial do Comércio. Para os EUA, não se trata de alíquota, mas de "outras taxas". Só que, com isso, o etanol seria o único produto excluído de liberalização num acordo de Doha.

Amorim disse que os EUA sabem que o Brasil está disposto a abrir um contencioso contra a taxa na OMC. O ministro foi enfático sobre o etanol e sua expectativa é que a discussão sobre segurança alimentar ajude na derrubada da taxa americana. "Se o preço do etanol de milho está tendo influência negativa nos preços dos alimentos, uma abertura do mercado americano para etanol mais competitivo e que não afeta a produção alimentar, como o nosso, teria efeito positivo global", argumentou.

Para analistas em Genebra, o etanol será uma enorme dor de cabeça, na medida em que os países tentem fechar um acordo em Doha, porque parece improvável o Brasil aceitar acordo sem abertura para o produto. (AM)

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Biodiesel

Rumor sobre Petrobras afeta as ações da Brasil Ecodiesel – Agnaldo Brito – Folha de São Paulo – Brasil – 28/05/2008

As ações da Brasil Ecodiesel caíram ontem 7,44% na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) depois de um salto na segunda-feira, quando os papéis da maior produtora de biodiesel do país subiram 11,40% e fecharam a R\$ 6,45 a ação. A queda das ações ocorreu depois que a diretoria de relações com investidores negou rumores de uma negociação em curso para troca do controle da companhia. Em resposta a um questionamento da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a Brasil Ecodiesel afirmou que "não há qualquer negociação para troca de controle".

A **Folha** apurou que o rumor que embalou o interesse do mercado de capitais na segunda-feira foi uma suposta negociação da Brasil Ecodiesel com a Petrobras. Inquirida, a empresa disse ontem que, em relação aos "rumores da venda da empresa à Petrobras, a Brasil Ecodiesel não comenta especulações de mercado".

A Petrobras criou em fevereiro uma diretoria de biocombustíveis, entregue ao diretor Alan Kardec, que ainda não assumiu integralmente as funções. Além de produzir álcool combustível (a estatal tem projetos para participação em nove usinas em parceria com a japonesa Mitsui), a Petrobras constrói três unidades -Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG)- para a produção de 171 milhões de litros por ano. O investimento total chegará a R\$ 227 milhões. Procurada, a Petrobras disse que não vai comentar informações sobre supostas negociações com a Brasil Ecodiesel. A estatal tem em caixa US\$ 1,5 bilhão, até 2012, para investir no setor de biocombustíveis.

O presidente da Ubrabio (União Brasileira do Biodiesel), Odacir Klein, disse ontem que um eventual ingresso da Petrobras na produção de biodiesel "pode levar muitas empresas à falência", dada a capacidade financeira da companhia.

Melhor estratégia -Se a estatal levar adiante a meta de produzir biodiesel, o melhor será adquirir uma companhia existente do que ampliar a capacidade de produção do biocombustível, disse Klein.

Hoje, a capacidade de produção de biodiesel supera os 3 bilhões de litros, cerca de 2 bilhões de litros mais do que o consumo compulsório previsto para este ano. A superoferta tem deprimido dos preços nos leilões realizados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo). Neste momento, todo o diesel distribuído no país deve conter 2% de biodiesel. A partir de

1º de julho, a mistura será elevada a 3%, medida considerada ainda tímida para resolver o problema da superoferta.

Embora haja uma grande capacidade, produtores de biodiesel, entre os quais a Brasil Ecodiesel, enfrentam dificuldades no cumprimento dos contratos negociados nos leilões. Segundo a Ubrabio, há um descasamento entre os preços obtidos com a venda do biodiesel e o custo do óleo de soja, principal matéria-prima usada para produzi-lo. A elevação do preço da soja, e conseqüentemente do preço do óleo, criou a dificuldade no mercado.

A Brasil Ecodiesel também tem enfrentado, segundo o mercado, dificuldades para entrega dos volumes contratados. Sobre a questão, a empresa disse ontem à **Folha** que não se pronunciará por os contratos terem sido assinados "sob termos de confidencialidade".

Ecodiesel tira sócio oculto do controle - Graziella Valenti e Catherine Vieira – folha de São Paulo – Investimentos - 16/05/2008

O mistério sobre o sócio oculto que assombra a Brasil Ecodiesel desde sua abertura de capital pode cair no esquecimento sem que seja solucionado. A Eco Green Solutions, empresa sediada em paraíso fiscal e que representava o acionista não revelado, saiu da estrutura de controle da companhia. "Para mim, não interessa quem era. Só sei que eu tinha um sócio que pesava como chumbo porque ele não tem cara", disse ao Valor Nelson José Côrtes da Silveira, fundador e um dos controladores da produtora de biocombustível.

A fatia da Eco Green vinculada ao acordo de acionistas foi adquirida pelos dois outros controladores, a Zartman Services, de Evon Zartman Vogt, e pelo próprio Silveira. O executivo, atual vice-presidente do conselho de administração da Brasil Ecodiesel, preferiu não revelar o valor da transação, mas afirmou ter sido próximo da cotação de mercado.

No dia anterior ao anúncio, o valor da participação do sócio oculto era pouco superior a R\$ 142 milhões. De acordo com Silveira, quando entrou na Brasil Ecodiesel, a Eco Green investiu entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões na sua participação.

As ações acumulam alta de 18,7% desde o comunicado da saída da Eco Green. Mas ainda têm perda de 46,2% frente o preço de lançamento na Bovespa.

Apesar de ter saído do controle da companhia, a Eco Green ainda é investidora relevante, com cerca de 13% do capital, mas sem vínculo ao acordo de acionistas. Após a iniciativa, só Zartman e Silveira estão à frente do negócio, com fatias de 29% e 21%, respectivamente.

O afastamento da Eco Green começou em setembro do ano passado, quando desvinculou parte de suas ações do acordo de acionistas e perdeu o direito de indicar integrantes para o conselho de administração. Na época, a iniciativa já era resultado do desconforto que a Brasil Ecodiesel vive desde sua abertura de capital, quando levantou-se a suspeita de que o sócio oculto por trás da companhia sediada em paraíso fiscal poderia ser o

empresário Daniel Birmann, dono do grupo Arbi e sócio de Silveira no início da empreitada.

A existência de um acionista oculto - o maior na época da abertura de capital - prejudicou a operação na Bovespa, em novembro de 2006. O tema era ainda mais delicado porque Birmann foi inabilitado em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para exercer cargos em companhias abertas (cabe recurso). Na época, as incertezas reduziram em cerca de 50% o volume que poderia ter sido levantado pela empresa, que ficou com R\$ 379 milhões. Além disso, nenhum dos sócios pôde vender seus papéis na oferta de estréia.

Silveira contou que, desde a polêmica que envolveu a estréia na Bovespa, a relação entre os acionistas ficou "estressada". Segundo ele, o processo de negociação foi desgastante. Ele explicou que essa transação era esperada após o afastamento da Eco Green e as conversas começaram naquela época.

Ele ressaltou que a existência de um sócio desconhecido estava prejudicando a obtenção de recursos pela empresa especialmente junto a investidores e instituições internacionais. Com a iniciativa, espera-se melhorar a estrutura de capital do negócio. Silveira disse não saber se a Eco Green pertence a Birmann, a despeito de ainda ser sócio do empresário em outro empreendimento, na área de termo-eletricidade - empresa que inclusive mantém contratos significativos com a própria Brasil Ecodiesel. Além disso, ainda há um mútuo (empréstimo entre companhias) de US\$ 8,3 milhões com a Eco Green, que vence no início de junho.

A assessoria de imprensa de Birmann informa que não comenta o tema, argumentando que o empresário teria saído da Brasil Ecodiesel antes mesmo da abertura de capital. O caso da empresa foi emblemático para o mercado e contribuiu para que a CVM a emitisse regra na tentativa de ampliar informações sobre sócios ocultos.

Etanol

Relatório da Anistia cita violação de direitos humanos em canaviais - Sítio Eletrônico da CPT – 28/05/2008

Pela primeira vez, a Anistia Internacional citou em seus relatórios a preocupação com o desrespeito aos direitos humanos no setor de cana-de-açúcar. Segundo o relatório anual de 2008, com dados de 2007, divulgado no dia 28 de maio, “o trabalho forçado e condições de trabalho exploradoras foram registrados em muitos Estados, inclusive no setor de cana-de-açúcar, que cresce rapidamente”. Para o porta-voz da Anistia no Brasil, Tim Cahill, é preciso estar atento para que o desenvolvimento econômico causado pela produção da cana-de-açúcar – base para a produção do etanol – não se dê às custas de violações de direitos humanos. “É importante que o governo brasileiro comece a regulamentar esse setor, a realmente policiar. Nós sabemos que existe algum policiamento por parte do Ministério Público e do Ministério do Trabalho, mas é preciso ser mais forte”. A Anistia Internacional também prepara uma pesquisa sobre o impacto da expansão da

agroindústria no respeito aos direitos humanos no Brasil. Serão avaliados, além do setor da cana-de-açúcar, o setor madeireiro e de produção de laranja.

Produtores lamentam restrição a novas usinas – Marcelo Toledo, Roberto Madureira e Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – 17/05/2008

Decisão sobre licenças ambientais em SP é considerada "banho de água fria" - Mas, para setor, período de quatro meses sem receber pedidos de novas unidades é pequeno e não deve causar impacto em investimentos

A decisão da Secretaria do Meio Ambiente de suspender por 120 dias o recebimento de pedidos de instalação ou ampliação de usinas de açúcar e álcool no Estado de São Paulo foi recebida de forma negativa pelo setor sucroalcooleiro.

Leontino Balbo, presidente da Usina São Francisco, afirmou respeitar a necessidade de um tempo para análise do atual crescimento do setor e de suas conseqüências ambientais, mas disse acreditar que isso seria necessário para outras culturas também -não somente para a cana-de-açúcar.

"O algodão representa 17% do uso de agrotóxico no mundo, e ninguém vai dar um tempo para a sua análise. Não há mal em avaliar, mas isso deveria ser feito de forma mais abrangente", afirmou Balbo.

Para Mônica Bergamaschi, diretora-executiva da Abag-RP (Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto), a medida chega como "um banho de água fria" no setor.

"Nós ficamos decepcionados e sem entender essa medida. O nosso crescimento é legítimo e de forma alguma representa riscos", afirmou.

Para Bergamaschi, por se tratar de um curto período, a medida da Secretaria do Meio Ambiente não deve trazer grandes prejuízos para a região de Ribeirão Preto, principal pólo produtor de cana do país.

Prazo pequeno - "A portaria é válida apenas por 120 dias. Esse prazo para fazer uma indústria não é nada. Creio que foi algo experimental, para ver a reação, ou talvez para desafogar a secretaria", afirmou Maurilio Biagi Filho, presidente da Usina Moema. De acordo com Biagi Filho, o mercado paulista de cana-de-açúcar é grande, mas ainda tem condições de absorver mais empresas. "[A medida] Pode prejudicar alguém, mas o prazo é pequeno."

A assessoria de comunicação da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) informou que, para a entidade, a suspensão não trará impacto algum no curto ou no médio

prazo, porque a medida não interfere em nos projetos em andamento. No mês passado, a Unica informou que São Paulo conta com 13 novas usinas para entrar em operação neste ano. Essas obras não serão afetadas pela decisão da Secretaria de Meio Ambiente.

A **Folha** informou ontem que o governo do Estado observou uma expansão exagerada no número de pedidos relacionados a projetos na área de cana-de-açúcar.

Chance de migração - De acordo com João Beltrame, da Céleres Consultoria, a decisão não deve gerar efeitos nos investimentos. "No momento, o setor aguarda que a rentabilidade volte a crescer." - Nenhum novo investidor deve se assustar nem ninguém do ramo deve sair da atividade, diz. Para Beltrame, a atual capacidade instalada propicia oferta maior do que a demanda nos próximos dois anos. - No final do mês passado, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) divulgou previsão de safra que aponta para a produção recorde de até 579,8 milhões de toneladas de cana no país neste ano. Do volume total, 55,5% devem ser direcionados para o processamento de álcool.

Beltrame observa que haveria dificuldades se a suspensão se estendesse por um período mais longo, superior a 12 meses. "Nesse caso, sim, o planejamento seria prejudicado", diz.

Júlio Maria Borges, diretor da Job Economia e Planejamento, considera natural que novos projetos migrem para outras regiões, se o Estado considerar necessário impor limites para a atividade sucroalcooleira. Segundo ele, esse pode ser até um fator que coopere para "um crescimento equilibrado do país". Borges se questiona sobre os benefícios da medida para São Paulo.

A **Folha** procurou ontem os secretários Francisco Graziano Neto (Meio Ambiente) e João Sampaio (Agricultura). Segundo as assessorias de comunicação das duas secretarias, eles estavam em eventos no interior do Estado e não tinham como falar sobre o assunto.

País do futuro - Zuenir Ventura – O Globo – Opinião – 18/06/2008

Na última coluna falei do meu espanto diante da extensão dos canaviais de Ribeirão Preto e arredores. De avião, é mais impactante.

A impressão é de um interminável tapete interrompido aqui e ali por raros e ralos tufo do que outrora foi uma mata. Às vezes, aparece uma árvore solitária, perdida naquela imensidão de pés de cana, e a cena chega a ser patética.

O que há de novo para os moradores daqui, porém, não é essa paisagem, mas o que ela está atraindo. Há nesse momento uma invasão de investidores estrangeiros. O fenômeno pode ser notado nas várias línguas que se ouvem nos vôos para cá, no boom imobiliário dos condomínios exclusivos (um, a caminho de São Carlos, tem um campo de golfe que se diz ser o maior do Brasil), na quantidade de carros de luxo importados, nos três shoppings existentes e no quarto a ser inaugurado (a população é de 600 mil habitantes) e até no setor educacional.

“Já recebi umas vinte propostas de pretendentes estrangeiros”, conta a proprietária de uma rede de colégios. Outra descreve a recente investida de um empresário americano. “Ele chegou com aquela conhecida arrogância e foi perguntando: ‘quanto é que você quer?’” Ela se ofendeu com a indelicadeza da pergunta — “como se estivesse num bordel” — e deu o troco: “E quem é que disse que eu quero vender?” Para abaixar ainda mais a crista do gringo, exigiu, só de birra, que ele voltasse trazendo, entre os vários consultores, um intérprete. “Só negocio na minha língua”, disse, ainda que pudesse fazê-lo em inglês.

Eu quis saber por que os colégios estavam atraindo tanta cobiça estrangeira, e fui informado de que aqui, como no país em geral, o ensino privado é o sexto negócio mais rentável. Outros índices — quarta praça bancária, sexto PIB e uma das 20 maiores arrecadações de impostos do país, mais de R\$ 1 bi — me ajudaram a entender por que Ribeirão Preto, depois de ter sido a “capital do café”, a “Califórnia brasileira”, é hoje a “capital do etanol” ou a “capital do futuro” — para o bem e para o mal.

Sim, porque há o que o “Los Angeles Times” classificou de “efeito sujo do etanol”, ao afirmar esta semana que o Brasil, a “Arábia Saudita dos biocombustíveis”, tem mais de 300 mil trabalhadores no setor “vivendo em condições que variam de deploráveis à completa servidão”.

O jornal americano denuncia que “pelo menos 18 cortadores de cana morreram nos últimos anos vítimas de desidratação, ataques cardíacos ou outros fatores ligados à exaustão”. Fora “baixos salários, ausência de serviços sanitários e de saúde, além de exposição a pesticidas”.

Pode ser exagero vindo de um país que tem mais interesses comerciais do que isenção para tratar do assunto. De qualquer maneira, não há dúvida de que a indústria da cana-de-açúcar tem a sua porção terrivelmente amarga.

Preços do álcool – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 19/05/2008

O preço médio do álcool anidro nas usinas do Estado de São Paulo fechou a semana passada em R\$ 0,8326 por litro, com alta de 0,31% em relação à semana anterior, segundo informou o indicador Cepea/Esalq. Já o hidratado ficou em R\$ 0,6955 por litro, com queda de 7,23% em relação à semana anterior. Os indicadores referem-se à venda das usinas para distribuidoras, sem impostos.

GM defende expansão do uso de etanol - Marli Olmos – Valor Econômico – Agronegócios - 20/05/2008

As dúvidas sobre a possibilidade de o etanol combustível ocupar o lugar dos alimentos já deveriam ter saído da discussão, segundo o presidente mundial de operações da General Motors, Frederick Henderson. Para o executivo, o etanol é também nos Estados Unidos a única maneira de se conseguir trocar toda a frota a curto prazo - o que, segundo ele, é o que mais interessa hoje.

Para Henderson, a discussão é hoje muito mais difícil nos Estados Unidos, por conta do milho. Mesmo assim, ele acredita no aumento da demanda por esse tipo de combustível no mercado americano. Ele lembra que a indústria automobilística já trabalha com outras fontes de produção do etanol, como o uso de restos de alimentos, borracha e madeira. Recentemente, a GM firmou acordo com a Costata, empresa que explora a produção de etanol de matérias-primas não ligadas aos alimentos.

Todos os fabricantes de veículos se debruçam atualmente sobre diversos projetos alternativos de mobilidade. "É claro que estamos desenvolvendo carros elétricos, híbridos e com célula de hidrogênio. Mas, para trocar a frota a curto prazo, o etanol é a única salvação", afirma.

Henderson lembra que as matrizes energéticas dependem de cada mercado. É o caso dos europeus, que preferem o diesel. "Nós não temos uma única solução, não temos uma só política energética em todo o mundo. Como empresa global, é nossa obrigação atender a cada mercado", destaca. "No entanto, temos de levar em conta compromissos já assumidos, como a redução de emissões à metade até 2012 nos Estados Unidos", completa. "Se errarmos nisso, a consequência será um desastre".

O executivo conta que a General Motors já está aplicando nos Estados Unidos a experiência de desenvolvimento de motores a álcool que aprendeu no Brasil. Ele explica, ainda, que as montadoras aproveitam a mudança de cultura do consumidor americano diante da alta do petróleo para colocar nos automóveis ali produzidos motores menores e mais eficientes.

Multiplan e Iguatemi vão atrás do lucro da cana no interior de SP - Claudia Facchini – Valor Econômico – Empresas - 23/05/2008

Os shoppings deflagaram uma disputa para ocupar o interior de São Paulo, em particular a região de Ribeirão Preto, um dos principais pólos sucroalcooleiros do mundo e um dos municípios mais ricos do Brasil. Apenas neste mês, dois grandes negócios foram realizados na cidade, que possui 551 mil habitantes e uma renda per capita de R\$ 18,3 mil. A Multiplan comprou, em sociedade com a Aliansce, o controle do Shopping Santa Úrsula, e o grupo Iguatemi anunciou a construção de um novo empreendimento, orçado em R\$ 123 milhões e com capacidade para 200 lojas.

Ao adquirir uma participação de 37,5% no capital do Santa Úrsula, a Multiplan buscou "fechar" o mercado e consolidar a sua posição em Ribeirão Preto, onde já detém 76,2% do RibeirãoShopping, o maior da cidade.

O Santa Úrsula possui 170 lojas e 24 mil metros quadrados de área bruta locável (ABL). O RibeirãoShopping, que está passando por sua quinta expansão, possui 40 mil metros quadrados de ABL e 220 operações. Com a reforma, o shopping terá espaço para mais 28 lojas.

Em comunicado divulgado em seu site, a Iguatemi informa que o novo shopping será construído ao lado de um complexo imobiliário chamado Condomínio Residencial Vila do Golfe, bairro planejado na Zona Sul da cidade. O projeto, de condomínios de casas e torres residenciais, contará com um campo de golfe de 18 buracos. Estima-se que 32% da população de Ribeirão Preto pertença à classe de alta renda.

A Iguatemi terá 88% do shopping e prevê que o empreendimento irá gerar um lucro líquido operacional de R\$ 14,8 milhões em seu primeiro ano de operação. A taxa de retorno esperada do investimento é de 15,8% ao ano (em valores corrigidos pela inflação, sem dívida).

Esse não será o único avanço da Iguatemi no interior paulista. A companhia já havia anunciado recentemente a compra de um terreno em Sorocaba, de 45 mil metros quadrados, ao lado do Shopping Esplanada, que já pertence à empresa.

Com a estratégia de se fortalecer em cidades onde já estão presentes, os grupos buscam melhorar a rentabilidade dos empreendimentos, cobrando aluguéis mais altos. Segundo a Multiplan, o shopping Santa Úrsula, por exemplo, cobra um aluguel de R\$ 260 por metro quadrado de ABL. No RibeirãoShopping, o aluguel custa R\$ 550, ou mais do que o dobro. Mesmo assim, a taxa de vacância do Santa Úrsula é de 18,2%, enquanto apenas 2,1% do RibeirãoShopping está vago.

"A aquisição do Santa Úrsula foi a única que realizamos neste ano porque tratava-se de um negócio estratégico", disse Armando d'Almeida Neto, diretor de relações com investidores da Multiplan, que avalia haver um grande espaço para melhorar os indicadores do shopping. A mesma estratégia norteou, em 2007, a aquisição do Pátio Savassi, em Belo Horizonte (MG), onde a empresa também já era dona do Diamond Mall.

Segundo d'Almeida, o preço pago pelo Santa Úrsula foi de R\$ 3,180 mil o metro quadrado de ABL. "Se fôssemos construir, o custo seria R\$ 5 mil", diz o executivo. A Multiplan e a Aliance compraram cada uma 50% da Manati Empreendimentos, empresa que possuía 75% do Santa Úrsula.

Brasil poderá ter unidade de etanol da Coskata - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 27/05/2008

O Brasil entrou na linha dos planos da Coskata, empresa que está em fase de pesquisas para a produção de um tipo de etanol que não depende de cana-de-açúcar ou mesmo do milho, base da produção americana do combustível. "Estamos buscando opções para a construção das usinas, e o Brasil pode ser uma delas, sem dúvida", disse Wesley Bolsen, vice-presidente de desenvolvimento de negócios da companhia.

A programação da empresa prevê o lançamento inicial de duas plantas para a produção comercial do combustível. A localização de ambas deverá ser definida em três a quatro meses, afirma o presidente da Coskata, William Roe. No mês passado, a companhia anunciou a decisão de construir uma planta-piloto no estado americano da Pensilvânia. A unidade deve entrar em operação em 2009.

Segundo Roe, Brasil, Austrália e, claro, os Estados Unidos estão entre os mercados avaliados para a instalação das duas primeiras unidades com fins comerciais. "A Ásia também é um mercado com potencial. A Coreia do Sul, por exemplo, é um país com grande dependência de importação de combustíveis", disse o executivo ao Valor. As unidades devem entrar em operação em 2011.

O desenho atual prevê plantas que poderão ter capacidade entre 150 milhões e 1,5 bilhão de litros anuais. Para as duas primeiras, no entanto, o que se pensa é uma capacidade

entre 190 milhões e 380 milhões de litros. Com essa dimensão, cada unidade exigirá investimento entre US\$ 300 milhões e US\$ 400 milhões.

Criada em 2006, a Coskata tem o dedo de Vinod Khosla, fundador da Sun Microsystems que, por meio da empresa de capital de risco Khosla Ventures, tem injetado dinheiro em iniciativas ligadas à bioenergia - Advanced Technology, GreatPoint Ventures e Coghill Capital também são listadas como as "parceiras financeiras" do empreendimento.

O projeto da Coskata ganhou enfáticos holofotes em janeiro, durante o Salão de Detroit, quando foi anunciada a entrada da General Motors na empreitada.

O entusiasmo da montadora com a pesquisa de novos combustíveis pode ser creditado à sua experiência com o etanol no Brasil, segundo a vice-presidente global de energia e políticas ambientais da companhia, Beth Lowery. No país, a montadora foi a primeira a ter 100% de sua linha de produção formada exclusivamente por veículos flex.

Nos Estados Unidos, onde vendeu no ano passado 3,8 milhões de carros, a GM quer ter metade de sua linha de produção formada por carros flex em 2012, diz a vice-presidente. Com a preocupação latente dos consumidores americanos com a escalada do preço da gasolina, o etanol pode ganhar apelo entre os consumidores.

E o projeto da Coskata, ao menos de acordo com os argumentos da companhia, parece fazer frente a todas as críticas relacionadas ao mercado de combustíveis, fósseis ou não, à base de alimentos ou não. Polui menos que a gasolina e o etanol de milho, não compete com os alimentos e será mais barato que a gasolina em ao menos US\$ 1 por galão - em linhas gerais, o litro da gasolina custa nos Estados Unidos o equivalente a R\$ 1,75; no Brasil, a média é de R\$ 2,50, segundo a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis).

O processo da Coskata tem como base matéria orgânica rica em carbono, o que permite a utilização de lixo doméstico, bagaço de cana ou mesmo pneus velhos. Por meio de gaseificação e posterior processamento do material em câmara de microorganismos patenteados, obtém-se etanol com 99,7% de pureza. A água que sai do processo é reutilizada. Os microorganismos, apressa-se em dizer o presidente William Roe morrem no contato com o oxigênio. Soa como coisa de Michael J. Fox em "De Volta para o Futuro". Críticos argumentam que a produção em larga escala é pouco viável. A conferir.

O repórter viajou a convite da GM

Etanol, aposta que Fittipaldi conhece bem - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 29/05/2008

Em 1961, um imberbe Emerson Fittipaldi ainda não exibia as esvoaçantes costeletas que adotou na década seguinte, quando fez fama mundial com os dois títulos da Fórmula 1. O Fittipaldi de 1961 tinha em comum com o atual, talvez, o esboço do sorriso largo, moldado em décadas de exposição e papéis de garoto-propaganda. É verdade que resquícios da setentista costeleta ainda emolduram seu rosto, mas, antes dela, o Emerson de 1961, aos 14 anos, tinha em comum com o atual, de 61, o etanol.

Na condição de campeão da Fórmula Indy uma vez e vencedor em duas oportunidades da mítica prova das 500 milhas de Indianápolis, mas também de empresário do setor, Fittipaldi acabou se transformando em uma espécie de defensor extra-oficial do etanol brasileiro nos Estados Unidos.

Guiou um Corvette movido a etanol na abertura das 500 milhas do último domingo, construído especialmente para a oportunidade. No dia 25 de junho, a convite do governo da Flórida, falará sobre o tema em uma conferência sobre clima e energia limpa em Miami - o palestrante do evento em 2007 foi o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger. Em defesa do etanol, voltará a guiar um carro-madrinha na Indy em agosto, na prova de Detroit.

A verve de garoto-propaganda - que já promoveu de pneus a redes de fast-food -, como se vê, permanece, e agora em defesa de um tema que o acompanha há quase meio século. Naquele 1961, disputou com uma italiana Mondial, movida a álcool por iniciativa dele próprio, o campeonato paulista de motociclismo para iniciantes.

Era piloto e mecânico de sua própria moto. Punha mãos à obra também nos carros de competição guiados por seu irmão mais velho, Wilson Fittipaldi Júnior, e de José Carlos Pace, piloto de Fórmula 1 falecido em 1977 e que atualmente empresta seu nome ao autódromo de Interlagos, em São Paulo.

Foi para tentar melhorar o desempenho de sua Mondial que Emerson resolveu injetar etanol no tanque. O etanol nem era etanol, nome hoje mais difundido e que soa como futuro da humanidade para seus entusiastas e, para seus detratores, responsável pela inflação da Tailândia, pelo desmatamento da Amazônia brasileira e a fome em Burundi. Era álcool etílico.

A obtenção do álcool etílico exigia encomenda antecipada, feita ao grupo Herzog. O combustível vinha em latas quadradas de cinco litros, parecidas com galões de tinta. Como a moto e os carros de Wilson e Pace não eram flex - o termo sequer existia na indústria automobilística e é possível que soasse como uma variante Flash Gordon, o herói dos quadrinhos -, foram necessários ajustes nos motores. Mudou-se a regulagem do carburador, aumentou-se a compressão, apertou-se a rebimboca e soltou-se a parafuseta.

"Comecei a ganhar corridas sem parar. Depois disso, proibiram o uso do álcool", garante.

É comum associar o início da relação de Fittipaldi com o setor sucroalcooleiro à criação da equipe Copersucar. A escuderia, nascida em 1975, encerrou as atividades em 1982 sem vitórias, mas com três pódios e feitos como ter superado Williams, Renault e McLaren no mundial de construtores de 1978 e a Ferrari no campeonato de 1980.

Em paralelo com a empreitada da Copersucar, o piloto passou a investir em laranjais. Mantém uma área de quase 2 mil hectares na região de Araraquara (SP). "Vencedores bebem leite", diz o lema das 500 milhas de Indianápolis. Pois Fittipaldi, antes do leite, bebeu suco de laranja em sua segunda vitória no circuito, em 1993.

Se ainda participasse da Indy, em uma eventual nova vitória, poderia soltar um "vencedores usam etanol", combustível adotado por todas as equipes desde a temporada de 2007. Falaria pelo motor de sua Mondial da adolescência, pela equipe que montou na Fórmula 1 na década de 70 e por seus próprios negócios.

Fittipaldi pretende inaugurar em 2010 uma usina de etanol em Maracaju (MS), um projeto de US\$ 395 milhões que tem como sócios Bertin, BVA e o pecuarista José Carlos Bunlai. Em Minas Gerais, o plano anunciado em 2006 era de três usinas, mas Fittipaldi afirma que os esforços serão concentrados na unidade de Uberlândia, sobre a qual o foco crescerá quando a de Maracaju for concluída. O protocolo de investimento assinado com o governo mineiro previa desembolso de R\$ 200 milhões em cada usina.

"Queremos expandir esse mercado nos Estados Unidos. Existe potencial para isso", avalia o empresário. Ainda que com barreiras tarifárias, os americanos compraram cerca de metade dos 3,5 bilhões de litros de etanol que o Brasil exportou em 2007. Os EUA, que

usam o milho como matéria-prima, já produzem mais etanol que o Brasil, mas o número de postos que oferecem o produto, na casa das centenas, ainda é uma ínfima parte do universo total, em torno de 150 mil. Enquanto os usineiros brasileiros trabalham para explicar que a Amazônia não fica em São Paulo, pólo sucroalcooleiro do país, e o governo se desdobra para provar que o etanol é alternativa efetivamente viável de combustível, Emerson Fittipaldi fala do tema como sempre fez: acelerando. Desde 1961.

O jornalista viajou a convite da GM

Fórmula 1 tem interesse no combustível – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 29/05/2008

A Fórmula Indy utiliza etanol como combustível dos carros que disputam a competição desde a temporada de 2007, em uma proporção de 85% de álcool e 15% de gasolina. No último domingo, guiado por Emerson Fittipaldi, pela primeira vez um carro-madrinha (ou "pace car") também utilizou o combustível. A Fórmula 1, mais popular no Brasil, voltou a voltar as atenções para a utilização do combustível.

"O Bernie Ecclestone [comandante da Fórmula 1] ligou para o Marcos. Quis saber mais sobre o uso do etanol", disse Fittipaldi em referência a Marcos Jank, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Ambos participaram do Ethanol Summit, evento que antecedeu a prova das 500 milhas de Indianápolis.

A adoção do etanol na Fórmula 1 já foi defendida pelo francês Alain Prost, quatro vezes campeão mundial da categoria. Em 2007, chegou-se a ter como certa a utilização na temporada de 2008, mas, segundo Jank, a alteração "não é tão simples leva algum tempo". Uma das alternativas que têm sido discutidas, afirma o dirigente, envolve o governo paulista e trata da adição de 5% de etanol na prova da Fórmula 1 de Interlagos.

Alain Prost, também chamado de "O Professor", não foi o primeiro entusiasta do etanol na Fórmula 1. Em 1973, o escocês Jackie Stewart, tricampeão mundial da categoria, em passagem pelo Brasil, matou uma curiosidade: guiar um Fusca movido a álcool. A ligação do ex-piloto com o Brasil não se limitou ao Fusca a álcool: na equipe Stewart, montada em 1997 e de vida efêmera, ele teve Rubens Barrichello entre seus pilotos. (PC)

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol

"Brasil é a única fronteira agrícola que ainda tem espaço para aumentar sua produção de biodiesel", afirma Kátia Abreu – CNA - 16/05/2008

Em entrevista concedida à Agência Senado, a vice-presidente de Secretaria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), qualifica como levianas as críticas que surgiram, recentemente, sobre o programa brasileiro de produção de biodiesel. Ela afirma que o Brasil é a única fronteira agrícola que ainda tem espaço para aumentar sua produção, tendo condições de abastecer toda União Européia com arroz, milho e soja.

O êxito da ampliação da produção brasileira, no entanto, pondera a senadora, depende, no plano externo, de uma redução dos subsídios agrícolas – prática que, segundo ela, tem o custo de US\$ 1 bilhão por dia só para a União Européia. Internamente, as medidas dependem do Governo Federal e do Estado brasileiro. "Da porteira para dentro, nós conseguimos fazer o nosso dever de casa. O grande problema é da porteira pra fora".

Na entrevista, a senadora critica a matriz de transporte brasileira, que dá prioridade para as rodovias, enquanto o mundo todo investe em primeiro lugar em hidrovias, depois em ferrovias e, em terceiro lugar, em estradas. Outro gargalo citado por Kátia Abreu é a insuficiência e a precariedade dos portos brasileiros. No entanto, como relatora da Medida Provisória 412/07, ela confia que irá derrubar uma resolução da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que está impedido que empresários invistam cerca de US\$ 9 bilhões no setor.

Sector de açúcar e álcool criou 80% dos empregos industriais de SP – Ygor Salles – Folha de São Paulo Dinheiro – 16/05/2008

O setor sucroalcooleiro foi responsável, até abril, por cerca de 80% dos empregos criados pela indústria paulista em 2008, segundo a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Dos 127 mil empregos gerados no primeiro quadrimestre, pouco mais de 94 mil foram nas usinas ou nas plantações de cana-de-açúcar. O nível de emprego da indústria de transformação do Estado de São Paulo subiu 2,75% em abril na comparação com o mês anterior, nos dados sem ajuste sazonal, segundo levantamento da entidade.

Segundo o diretor do Depecon (Departamento de Pesquisas Econômicas) da Fiesp, Paulo Francini, isso ocorre normalmente em abril, já que é neste mês que ocorrem as

contratações para a colheita da cana e para o reforço da atividade das usinas de açúcar e álcool.

"Por causa desse efeito, só em abril é criada a mesma quantidade de empregos do que do primeiro trimestre inteiro", disse. Dos 127 mil empregos gerados até agora, 62 mil foram em abril -sendo 50 mil só de açúcar e álcool.

Para Francini, essa expansão do setor sucroalcooleiro se manterá e automaticamente deverá ganhar cada vez mais importância no saldo do emprego industrial paulista. Para maio, a Fiesp espera que o emprego siga em expansão, mas em ritmo menor. "O setor de açúcar e álcool agora começará a perder importância no total de empregos gerados. Em agosto, esse índice, que está em 80%, deve cair para 50%."

Em 5 meses, total de pedidos de licença mais que triplica – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/05/2008

Em apenas quatro meses e meio, a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo aprovou 20 novas licenças para instalação ou ampliação de usinas sucroalcooleiras no Estado neste ano. No ano passado inteiro foram 15.

O governo conta atualmente com outros 35 pedidos em análise, que não serão prejudicados pela decisão de não receber novos projetos até setembro, segundo a secretaria. Ana Cristina Pasini da Costa, diretora do Daia (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental), atribui a disparada ao incentivo à produção de biocombustível e à geração de energia a partir do bagaço de cana.

Nos próximos quatro meses, a secretaria pretende preparar regulamentação geral sobre procedimentos que antes eram observados caso a caso. Entre eles, as obrigações com relação à recomposição florestal nos casos de arrendamento. **(GF)**

São Paulo pretende apurar critério para projetos de usinas – Gitano Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/05/2008

Programado para meados de setembro, o fim da suspensão da emissão de licenças para instalação ou ampliação de usinas virá acompanhado de uma regulamentação mais criteriosa para os projetos sucroalcooleiros em São Paulo.

A resolução 36, da Secretaria do Meio Ambiente, publicada no dia 15 no "Diário Oficial" do Estado, cita a "necessidade de aprimorar os procedimentos de licenciamento ambiental dos empreendimentos".

Segundo Ricardo Viegas, gerente do projeto Etanol Verde, a partir do segundo semestre, a licença para as usinas vai prever, com minúcia, medidas para aliviar eventuais impactos ambientais. Conservação da biodiversidade, proteção de recursos hídricos, qualidade do ar das chamadas bacias aéreas e cuidados com o solo serão tópicos examinados em todos os projetos.

Quando arrendarem terras, as usinas deverão se preocupar com as áreas de preservação permanente. Os projetos devem incluir corredores de vegetação e ações para o redensolvimento da fauna, quando for o caso.

"Todo esse trabalho vai levar em conta o aspecto econômico, com a cooperação da Secretaria de Agricultura", disse Viegas.

As pastas de Desenvolvimento Econômico e dos Transportes também integram a comissão especial de bioenergia do Estado. O ministro Reinhold Stephanes confirmou ontem que o governo federal quer lançar em julho o zoneamento agroecológico nacional para a cana-de-açúcar. "A idéia é mostrar onde se pode e onde não se quer plantar cana no país", disse Stephanes. Como deve ser finalizado apenas em setembro, o detalhamento para as licenças de usinas em São Paulo poderá considerar as indicações do levantamento federal. (GF)

União quer limite a estrangeiro na Amazônia – Fernanda Odilla – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008

Incrá aguarda parecer da Advocacia Geral da União para definir restrições à aquisição de terras por empresas de capital externo - Consultor-geral da AGU diz que empresas estrangeiras têm adquirido "grandes extensões de terras" sem qualquer tipo de restrição

O governo federal vai fechar o cerco à "invasão estrangeira" na Amazônia. Até a próxima semana, o Incra terá em mãos uma solução jurídica para dificultar a compra de

terras por empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro. Um parecer da Advocacia Geral da União vai fixar limites para essa aquisição, o que hoje não existe.

As regras, que passam a vigorar tão logo fique pronto o parecer, vão valer para todo Brasil. Mas o alvo principal é a Amazônia, onde estão 55% das propriedades do país registradas em nome de estrangeiros: são 3,1 milhões de hectares dos 5,5 milhões de hectares cadastrados no Incra por pessoas físicas e jurídicas de outras nacionalidades. A presença estrangeira pode ser ainda maior, já que os proprietários não são obrigados a identificar a nacionalidade na hora do registro.

"É preciso estabelecer regras urgentes porque há uma disputa mundial pelas terras brasileiras", diz Rolf Hackbart, presidente do Incra. Ele tem repetido que as medidas são necessárias não por uma "questão de xenofobia, mas de soberania".

O desejo do presidente Lula de transformar o Brasil na solução para a crise de alimentos e pólo mundial do biocombustível tem relação direta com as alterações. Segundo Hackbart, o interesse estrangeiro pelas terras nacionais cresceu com a estabilidade econômica do país e a necessidade de produzir alimentos e biocombustíveis.

Faltam porém mecanismos legais para interferir no volume e estoque de terras comprados ou arrendados por empresas com sede no Brasil comandadas por estrangeiros. Desde 1998, o Incra controla apenas a aquisição de imóveis rurais de empresas sem sede ou pessoas físicas não residentes no país.

Caberá à AGU apresentar, na próxima semana, um parecer revisado para restringir a aquisição de imóveis rurais por empresas brasileiras controladas por estrangeiros. O consultor-geral do órgão, Ronaldo Jorge, é o responsável por buscar uma solução jurídica "em nome da soberania nacional".

Desde o ano passado a AGU está revendo o próprio parecer, assinado em 1998 pelo então advogado-geral Geraldo Quintão. Na ocasião a norma foi criada para preencher lacunas na legislação abertas com o fim, na Constituição, da diferença entre empresa nacional de capital estrangeiro e de capital nacional. O parecer eliminou a necessidade de autorização para empresas de estrangeiros com sede no Brasil comprarem imóveis rurais no Brasil.

Em audiência no Senado, em março, o consultor-geral da AGU explicou que o parecer está sendo revisto porque os órgãos governamentais não podem mais controlar as aquisições desse tipo. "Com isso, as empresas estrangeiras se associam a empresas brasileiras, tendo controle do capital social, e adquirem grandes extensões de terras sem que se possa estabelecer qualquer tipo de restrição", disse Ronaldo Jorge.

A **Folha** apurou que há dois caminhos para dificultar a compra de terras por estrangeiros. A AGU pode revogar o parecer em vigor e fazer valer a legislação de 1971, que diz que estrangeiros não podem ter mais que 25% das terras num só município e precisam registrar a compra com certidão pública. A AGU pode também alegar que, apesar das mudanças na Constituição, permanecem inalterados os artigos da lei 5.709/71 que

estendem a empresas controladas pelo capital estrangeiro as mesmas restrições para pessoas jurídicas e físicas do exterior.

A AGU deve indicar ainda a necessidade do Congresso disciplinar os investimentos estrangeiros no país por meio de projeto de lei. Seria a solução para por fim ao fenômeno dos estrangeiros que compram terras usando "laranjas".

Governo diz que setor é prioridade em fiscalizações – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008

O Ministério do Trabalho afirmou ontem que o setor sucroalcooleiro foi definido, no ano passado, como prioridade nas ações de fiscalização de campo. "O crescimento do número de trabalhadores resgatados no setor sucroalcooleiro reflete exatamente a preocupação do governo brasileiro em intensificar a presença repressiva dos agentes do Estado nesse segmento econômico", diz comunicado do ministério.

Segundo a assessoria da pasta, o grupo de fiscalização móvel, que vistoria fazendas, libertou em 2007 um número recorde de trabalhadores (5.999). A meta é ultrapassar esse número neste ano. Desde janeiro, foram libertados 1.019 trabalhadores. A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) qualificou como "visão equivocada e fora de contexto" a menção ao setor sucroalcooleiro do país no relatório da Anistia Internacional.

Para a Unica, o texto traz "casos isolados e ainda sem conclusão judicial quanto a eventuais transgressões". A entidade representa as principais usinas produtoras de açúcar e álcool do centro-sul do Brasil. SP responde por 60% da produção nacional.

O governador Sérgio Cabral Filho (PMDB-RJ) afirmou que o "enfrentamento" entre polícia e bandidos ocorre no Rio porque os criminosos são "covardes e beligerantes". "O desrespeito dos direitos humanos é você ter na comunidade cidadãos inocentes reféns de marginais que decidem a conduta deles, que decidem as regras", disse.

O futuro chegou: crise alimentar e energética – Paul Singer – Folha de São Paulo – Opinião – 30/05/2008

Nunca em tempos de paz houve pressões inflacionárias tão violentas a partir do encarecimento de bens essenciais

O PREÇO do petróleo está batendo recordes quase diariamente. No momento, ele gira ao redor de 130 dólares o barril. O índice dos preços de alimentos da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) foi, em média, 127 em 2006 e 157 em 2007, subindo para 220 em março de 2008 (1998-2000 = 100). Nunca em

tempos de paz houve pressões inflacionárias tão violentas a partir do encarecimento de bens essenciais.

Eis a grande novidade dessa dupla crise que se deve às mesmas causas: a redução da pobreza em grandes países periféricos, como a China, a Índia e o Brasil (além de outros), que expandiu fortemente a demanda por derivados de petróleo e por alimentos "nobres" - carne e laticínios, cuja produção exige muito mais trabalho humano, energia e recursos naturais não renováveis, como terra e água.

A elevação dos preços do petróleo e da comida deveria provocar um aumento de sua produção, pois seu encarecimento a torna mais lucrativa. Mas a elevação da produção alimentar esbarra na disponibilidade de terra e água, limitada pela sua poluição pelos elementos químicos utilizados pelos agricultores. O mesmo vale para o aumento da produção de petróleo, limitado pelas reservas exploráveis.

Estamos nos defrontando com um cenário que Celso Furtado previu em 1974, quando escreveu "O Mito do Desenvolvimento Econômico". Ele sustentava que era um mito esperar que o desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo lhes permitiria alcançar o nível de vida usufruído apenas pelos povos do Primeiro Mundo, porque não haveria recursos naturais suficientes para que isso pudesse acontecer.

Quase um terço de século decorreu desde então, e o que parecia na época um exagerado temor malthusiano tornou-se consensual, sobretudo desde que se comprovou que o clima da Terra está aquecendo, com conseqüências danosas para os recursos naturais do planeta.

A nova classe média nos países chamados de emergentes passou a ter dinheiro para alcançar o padrão de vida de sua congênere do Primeiro Mundo. Essa mudança seria desejável se ela não impactasse desfavoravelmente sobre a grande massa que continua pobre.

A carestia da comida, causada pelo aumento da demanda dos ex-pobres, empobrece ainda mais os que já gastam a maior parte do que ganham para alimentar a família. Os cereais que lhes mataria a fome tendem agora a ser dados aos animais cujos derivados alcançam preços cada vez mais atraentes.

O funcionamento do mercado mundial de alimentos produz "naturalmente" esses efeitos perversos. Motins da fome estouram em cada vez mais países e, de acordo com a FAO, em 37, dos quais 21 africanos, há crise alimentar.

Premidos pelo desespero dos famintos, cada vez mais governos (inclusive o brasileiro) tratam de restringir a exportação de alimentos básicos para garantir o abastecimento do mercado interno. O que naturalmente agrava a situação dos pobres nos países que dependem de alimentos importados.

A ONU, alarmada com a gravidade da situação, está solicitando das nações mais ricas recursos para impedir que a fome se alastre pelo mundo, pondo em risco não só o combate à pobreza mas também a paz mundial.

Governos terão de adotar medidas de emergência para garantir um abastecimento alimentar mínimo a todos: estatizar os estoques de alimentos para evitar que sejam açambarcados pelos que têm dinheiro para formar estoques privados. E racionar a sua venda, por preços que os mais pobres possam pagar; eventualmente, taxar mais os alimentos derivados de animais para possibilitar o aumento da produção dos alimentos vegetais, indispensáveis à nutrição do conjunto da população; taxar também os derivados de petróleo, para reduzir a utilização do transporte individual e aumentar a do transporte coletivo.

A crise alimentar e energética poderá talvez ser contida por medidas como essas, mas sua resolução exigirá mudanças mais profundas.

Os padrões de consumo terão de ser acomodados à real disponibilidade de recursos naturais, e esta deverá ser alargada por mais investimentos no aumento da produção agrícola sustentável do ponto de vista social e ambiental.

As crises energética e da mudança climática terão de ser resolvidas pelo desenvolvimento de fontes renováveis de energia limpa, única maneira de acabar com as emissões de gases resultantes da queima de combustíveis fósseis.

A crise alimentar não pode deixar de limitar, em alguma medida, a produção de agrocombustíveis, de modo que o desenvolvimento de outras fontes de energia -solar, eólica, hidráulica- terá de receber prioridade.

**PAUL SINGER, 76, economista, professor titular da Faculdade de Economia e Administração da USP, é secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Foi secretário municipal do Planejamento de São Paulo (gestão Luiza Erundina).*

Manipulação – O Globo – Opinião – 16/05/2008

Temas complexos e com nuances são sempre passíveis de manipulação por grupos de interesses. O exemplo do momento, em escala mundial, é a agenda que conjuga a alta de preços de alimentos com o aumento da produção de biocombustíveis, em que se destaca o etanol.

No centro da polêmica está o Brasil, pioneiro no ramo, com a decisão estratégica tomada na segunda metade da década de 70 de substituir gasolina por álcool obtido da cana-de-açúcar.

Passaria o tempo, o combustível alternativo se consolidaria no país e ganharia importância planetária com o surgimento da agenda ambiental.

Mas o que parecia ser um ponto sem discussão — o Brasil na função de fornecedor-chave de uma energia mais limpa, adequada às necessidades do planeta — virou alvo de críticas, ao sabor dos pesados interesses que transitam no comércio internacional e na indústria de energia.

O encarecimento de produtos alimentícios básicos no mundo é mesmo preocupante. Nos Estados Unidos, o milho, em 12 meses, deu um salto de 75%. Na China, onde a inflação já ultrapassou a faixa dos 8% ao ano, a comida tem subido também na velocidade de dois dígitos percentuais. Já no Brasil há o exemplo do trigo, produto de importação.

A evidência de manipulação está na tentativa de se fazer crer que qualquer remarcação no preço de alimentos se deve, preponderantemente, ao avanço de culturas destinadas a produzir biocombustíveis.

Falso. Nessas análises interessadas escamoteia-se a grande pressão de demanda causada pelas centenas de milhões de novos consumidores surgidos na esteira do crescimento chinês e indiano.

No caso americano, há de fato o equívoco de se usar um produto importante na base alimentar da população, o milho, para a obtenção de etanol — e a custos bem superiores que os da cana.

Em regiões de terras escassas, como a Europa, também há conflito entre biocombustíveis e alimentos. Não no Brasil.

Um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo, o país, hoje com uma área de pouco mais de 60 milhões de hectares cultivados, tem ainda a explorar outros 90 milhões de hectares, o equivalente aos territórios da França e da Alemanha somados — e sem precisar avançar sobre a Amazônia e o que resta da Mata Atlântica.

Mais: dos aproximadamente 60 milhões de hectares plantados, 7 milhões são de canaviais — metade produz açúcar; metade, álcool.

E desses 90 milhões de hectares disponíveis, estima-se que 25 milhões possam ser destinados à cana.

Considerando os avanços tecnológicos, pelos quais a produção agropecuária brasileira se expande num ritmo bem maior que o avanço da fronteira agrícola — a mesma terra produzindo mais —, o fornecimento de álcool pode ser multiplicado sem prejudicar outros cultivos.

Até a saída de Marina Silva do governo serve de inspiração para profecias catastróficas nesse hipotético conflito entre proteínas e energia. Mas os números não confirmam o pessimismo.

Chanceler alemã elogia biocombustível - Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 16/05/2008

SÃO BERNARDO DO CAMPO e BRASÍLIA. A primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, elogiou ontem a estratégia brasileira para o biocombustível e disse que os motores flex poderão ser adotados em seu país. A chanceler alemã, que visitou a fábrica da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, ABC paulista, afirmou ainda que o Brasil tem muita terra disponível para plantar cana-de-açúcar e produzir etanol, o que não acontece nos países vizinhos, como a Argentina.

Ela voltou a ressaltar, no entanto, que a Alemanha não irá antecipar o prazo estabelecido pela União Europeia (UE) para que os países do bloco aumentem a proporção de biocombustível nos combustíveis fósseis. O acordo estabelece a elevação da mistura para 10% a partir de 2020.

Angela e sua comitiva chegaram à fábrica Anchieta da Volks às 8h40m, com atraso de 10 minutos em relação ao previsto.

Ela reclamou do trânsito de São Paulo, que atrasou sua programação na véspera em quase duas horas: — Só de pensar no trânsito desta cidade... — disse ela, arrancando risos dos diretores da empresa, entre eles o presidente mundial da montadora, Martin Winterkorn.

Depois de assistir à apresentação das crianças do Coral da Gente, patrocinado pela fundação da montadora, Angela inaugurou o centro virtual da Volks (que teve investimentos de R\$ 4,2 milhões) e fez um tour pela linha de montagem.

Descontraída, a chanceler alemã conversou com funcionários da fábrica, com a ajuda de uma tradutora, pediu emprego para a filha de um deles e fez perguntas sobre as condições de trabalho na montadora (“É bom trabalhar aqui?”). Ela também opinou sobre os preços dos carros: — Sete mil euros? Um carro assim possante, achei que fosse uns C 20 mil — comentou com o funcionário sobre uma picape na linha de montagem.

Lobão: Petrobras já perfurou metade de Carioca Mesmo defendendo o etanol, o governo brasileiro não esquece o petróleo. Em Brasília, o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou, em entrevista à TV Bloomberg, que a Petrobras já completou a prospecção de metade de seu depósito de águas profundas do campo Carioca, mas precisará de mais tempo para determinar seu porte.

Lobão explicou que apenas 15 poços foram perfurados na região, e será necessário pelo menos mais um ano para obter um bom quadro de toda a região da camada de pré-sal.

Etanol: Brasil espera que UE fixe meta – Eliane Oliveira – O Globo – Economia 0 16/05/2008

LIMA. O Brasil espera uma posição mais firme dos europeus a respeito da meta, que está prestes a ser fixada pela Comissão Europeia, de substituir 10% do consumo de combustível do setor de transporte europeu pelo etanol até 2020. Segundo fontes do governo brasileiro, a sinalização deve sair durante a V Cúpula de chefes de Estado da União Europeia (UE), América Latina e Caribe, que acontece hoje, no Peru. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chegou à capital peruana disposto a vender a bandeira do biocombustível e voltou a criticar os que atacam o etanol.

— As pessoas falam que querem despoluir o planeta, resolver o problema do aquecimento global e, quando o Brasil oferece o combustível não emissor de CO₂, elas preferem utilizar um combustível que emite CO₂ — disse Lula, ao chegar ao hotel em que ficará hospedado.

Para o presidente, o debate sobre biocombustíveis está apenas começando e a cúpula é uma oportunidade para incluir o tema na agenda internacional.

Ele ressaltou a necessidade de uma discussão sobre o assunto “com forte componente científico, sem a questão eminentemente ideológica” e buscou desvincular

a atual crise de alimentos da produção de etanol, na tentativa de convencer os europeus a acelerar a fixação da meta de adição de álcool à gasolina.

— Um aceno da União Européia no sentido de aumentar o consumo de etanol seria excelente para o Brasil. Temos o combustível mais barato e mais limpo do mundo — disse o diretor do Departamento de Energia do Ministério das Relações Exteriores, André Lago.

Por enquanto, não há consenso na UE sobre a meta. Um dos entraves é que a oposição ao etanol vem crescendo e o produto tem sido apontado como uma das causas da alta dos preços dos alimentos no mundo.

Lula proporá programa humanitário para o Haiti Puxada por países como a França, a UE insiste num acordo bilateral sobre o etanol, com rígidas regras ambientais e sociais.

A Alemanha também tem se mostrado reticente em relação à meta, “embora tudo seja uma questão de negociação”, disse uma fonte da área do Ministério de Minas e Energia.

O governo brasileiro não quer um compromisso de alto nível exclusivamente com a Europa. Defende que o tema seja negociado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os debates da cúpula começam na manhã de hoje em torno do tema “Pobreza, Desigualdade e Inclusão”. À tarde, as discussões serão focadas em “Desenvolvimento Sustentável: Meio Ambiente; Mudança do Clima e Energia”. Neste painel, Lula estará em posição desconfortável, devido à saída da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, conhecida mundialmente.

Está sendo aguardado que Lula e o presidente espanhol José Luiz Zapatero proponham a criação de um programa de assistência humanitária ao Haiti, que compreenderia uma vertente emergencial.

Lula também deve sugerir ações para garantir a segurança alimentar.

Paralelamente aos debates, haverá uma reunião entre representantes do Mercosul e da União Européia para debater acordos de livre comércio, cujas negociações estão paralisadas no âmbito da Rodada de Doha, na OMC.

Brasil fará campanha internacional em defesa de etanol e biodiesel – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 17/05/2008

LIMA e SÃO PAULO. O governo brasileiro decidiu partir para o contra-ataque às críticas ao programa de etanol e biodiesel. Fará uma campanha internacional em defesa desses combustíveis, informou ontem o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia. O objetivo é rebater a posição de alguns ambientalistas e empresas petroleiras, que responsabilizam os biocombustíveis pelo encarecimento e a escassez de alimentos no mundo.

Segundo Marco Aurélio, em novembro o Brasil vai realizar um seminário internacional sobre biocombustíveis, com participantes de todas as tendências possíveis. Ele aproveitou para alfinetar alguns ambientalistas “que falam bobagens” ao dizer que etanol e biodiesel têm influência negativa sobre a preservação ambiental, “quando é justamente o contrário”: — Que há campanha das petroleiras, isso há, embora não estejamos dizendo que existe uma conjunção entre ambientalistas e petroleiras.

As torcidas de Flamengo e Corinthians sabem que as petrolíferas não estão interessadas nisso (biocombustível), à exceção da Petrobras. SP suspende concessão de licenças para usinas Apesar da defesa que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem fazendo dos biocombustíveis, o presidente da Comissão Européia, Durão Barroso, evitou tocar no assunto ao falar, na abertura da V Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado de União Européia, América Latina e Caribe, sobre a inflação causada pelo desequilíbrio entre a oferta e a demanda de alimentos, propondo uma aliança global contra as mudanças climáticas.

Já o anfitrião da cúpula, o presidente do Peru, Alan García, pediu “metas concretas” contra a fome e reiterou sua proposta de criação de um Fundo Mundial de Reflorestamento, financiado por um imposto sobre os combustíveis fósseis: — Se aplicarmos apenas uns centavos de dólar a cada barril de gás liquefeito ou de petróleo, teríamos anualmente mais de US\$ 20 bilhões para esse fundo, o que nos permitiria reflorestar pelos menos dez milhões de hectares.

Enquanto isso, a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo suspendeu, por 120 dias, a concessão de novas licenças ambientais para construção ou ampliação de usinas de açúcar e álcool. O órgão teme o impacto ambiental, já que a maior parte das fazendas ainda faz queimadas.

Mas o principal motivo foi o temor de que o estado fique dependente da cultura de cana. A União da Indústria de Cana-deAçúcar (Unica) disse que acompanhará o caso, mas descartou impacto a curto e médio prazos, já que os processos em andamento não serão afetados.

Preço de alimento e etanol levam terras agrícolas no Brasil a recorde - Aginaldo Novo e Janáina Figueiredo – O Globo – Economia – 20/05/2008

O preço das terras destinadas à agropecuária no Brasil alcançou novo recorde histórico no bimestre março-abril, com a média de R\$ 4.135 por hectare.

Em algumas localidades do Paraná, maior produtor de grãos do país, houve negócios por valores superiores a R\$ 30 mil o hectare. A procura por terra é liderada por grandes grupos empresariais e também por estrangeiros, que já são donos no Brasil de cerca de 5,5 milhões de hectares — equivalente à área plantada de cana-de-açúcar.

Segundo a AgraFNP, divisão no Brasil da consultoria multinacional Agra Informa, o preço do hectare acumulou aumento nominal médio de 16,3% em relação ao primeiro bimestre do ano passado e de 35,2% em comparação às cifras de 2005.

Até então, o recorde era de R\$ 3.364, registrado no fim do primeiro semestre de 2004, quando os produtores disputavam áreas para aproveitar a explosão de preços internacionais da soja.

Por trás do novo recorde, está outra vez a valorização dos grãos nos mercados externos e interno, diante da baixa de estoques mundiais de alimentos.

Áreas para o plantio de cana e produção de biocombustíveis também são disputadas, segundo a AgraFNP. Pela primeira vez desde o início de 2007, o preço médio no Sul do Brasil superou o custo das propriedades no Sudeste.

O preço médio do hectare no Sul subiu para R\$ 7.737, enquanto o valor da terra no Sudeste foi estimado pela consultoria em R\$ 7.450, em média.

Segundo a analista Jacqueline Bierhals, o Brasil é um mercado em destaque já que ainda dispõe de vastas áreas livres para plantio. Sem considerar a Região Amazônica e reservas indígenas, o país tem cerca de 100 milhões de hectares disponíveis para a agropecuária.

Setor agropecuário argentino suspende greve Já o governo argentino liberou ontem o envio de 100 mil toneladas de trigo para o mercado brasileiro. Segundo o Departamento Nacional de Controle Agropecuário (ONCCA), encarregado de autorizar as vendas do produto ao exterior, a resolução 94 beneficia exclusivamente o Brasil.

— A medida foi adotada somente para o mercado brasileiro, em função de contratos que já estavam assinados — disseram fontes da ONCCA, acrescentando que os exportadores argentinos deverão respeitar um teto de duas mil toneladas diárias por produtor.

O Brasil foi um dos países mais prejudicados pela decisão do governo argentino de restringir, desde o fim do ano passado, as vendas de trigo ao exterior, para conter a inflação.

Depois de duas semanas, o setor agropecuário argentino decidiu suspender amanhã sua paralisação, motivada pela alta do imposto sobre exportação, para negociar com o governo.

Amorim diz que críticas a etanol e biodiesel vêm de elite oligárquica - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 22/05/2008

BRASÍLIA. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou ontem, após participar de uma audiência pública sobre o Mercosul no Senado, que empresários e governo brasileiro estão trabalhando na criação de um selo sócio-ambiental para os biocombustíveis, o que derruba a interpretação de que no Brasil não há preocupação com as condições trabalhistas e ambientais.

Segundo Amorim, as críticas aos programas de etanol e biodiesel não se fundamentam e são feitas por uma “elite oligárquica”: — Não quero ter uma teoria conspiratória, mas há setores que se incomodam quando surgem países que mexem na ordem mundial, como o Brasil está fazendo positivamente.

Há resistências, e nós temos de nos acostumar com isso.

Isso incomoda aquelas estruturas que já estão acostumadas com uma certa maneira de dominação, que formam parte de uma elite oligárquica nas relações internacionais.

Ministro admite fechar rodada da OMC este ano Para o ministro, o Brasil enfrentará problemas pelos biocombustíveis em diversas áreas, incluindo comércio e a Amazônia — que, segundo ele, “não está à venda” e deve continuar sendo administrada pelos brasileiros. Amorim disse ainda que o Brasil está tentando mostrar ao mundo que essa energia é limpa e melhor que a baseada em combustíveis fósseis: — O Brasil é um país em que a natureza aparece em qualquer lugar, diferentemente desses países onde você só vê prédios, porque já destruíram boa parte das florestas.

O Brasil pode melhorar as condições de vida dos trabalhadores, e isso se aplica tanto à questão da Amazônia quanto aos trabalhadores nos canaviais — afirmou.

Indagado sobre um possível acordo para a conclusão da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), o chanceler afirmou que os rascunhos não solucionaram todos os impasses, mas evitaram “uma derrapagem”. Ele se disse otimista e afirmou que é possível que a Rodada de Doha seja concluída até o fim do ano.

FT: Canavial ainda aberto a facção – O Globo – economia – 22/05/2008

As precárias condições de trabalho nos canaviais são um dos empecilhos para a entrada do etanol brasileiro na União Européia (UE), afirmou ontem o jornal inglês “Financial Times”. O diário de negócios visitou uma fazenda no estado de São Paulo, “onde o calor normalmente chega aos 40°C” e os trabalhadores ainda usam um facção que “não mudou desde sua invenção”. Além disso, a água é escassa e a comida, pouca.

Essas condições, segundo o “FT”, motivaram as críticas da UE de que “o Brasil, maior exportador de etanol do mundo, é um ninho de práticas trabalhistas e ambientais medíocres”.

Isso, mais a tarifa de C 0,19 por litro imposta pela UE ao etanol brasileiro, “é prejudicial para uma indústria que o Brasil espera promover como alternativa verde aos combustíveis fósseis”.

O Brasil já ameaçou recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) se a UE adotar critérios ambientais e sociais para estabelecer suas quotas de biocombustível ou se os EUA mantiverem sua sobretaxa para o etanol, como previsto na nova Lei Agrícola.

Para os brasileiros, “as críticas às práticas agrícolas do país são uma tentativa mal disfarçada de proteger as indústrias locais”, afirmou o “FT”.

Ainda assim, o governo brasileiro “mostrou vontade de negociar com a UE”, prometendo eliminar o corte manual da canadeaçúcar em quatro anos. O que, para os trabalhadores, “significa menor poder de barganha agora e desemprego em breve”, segundo o “FT”.

Mercadante quer rever royalties - Ana Paula Grabois – Valor Econômico – Brasil – 28/05/2008

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu ontem mudanças na repartição dos royalties do petróleo entre União, Estados e municípios e sugeriu que os recursos possam ser utilizados como fonte de receita fiscal do governo, incluindo o uso do recurso para abater do déficit da Previdência. "Parte desse problema fiscal, previdenciário, por exemplo, pode ser resolvido com a renda do petróleo. Quem sabe o financiamento da Previdência Social?", afirmou.

Segundo o senador, que também defendeu a modificação na metodologia usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para identificar os beneficiários dos

recursos, as descobertas da Petrobras na área do pré-sal serão "uma fonte de receita fundamental para o país" caso as estimativas sejam confirmadas.

Mercadante diz que a repartição do royalties é injusta pois cerca de 96% da arrecadação se concentra no Estado do Rio de Janeiro, particularmente em seis municípios. "Temos que repartir esses recursos com mais justiça", afirmou.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

A nova geopolítica da energia - Michael T. Klare - The Nation – Agencia Crta Maior – 22/05/2008

Os estrategistas militares norte-americanos estão se preparando para as futuras guerras que certamente serão empreendidas, não por questões de ideologia ou política, mas em luta por recursos crescentemente escassos. Estima-se que, juntos, os Estados Unidos e a China chegarão a consumir 35% das reservas mundiais de petróleo em 2025.

Os estrategistas militares norte-americanos estão se preparando para as futuras guerras que certamente serão empreendidas, não por questões de ideologia ou política, mas em luta por recursos crescentemente escassos.

Enquanto a atenção diária do exército norte-americano está concentrada no Iraque e Afeganistão, os estrategistas norte-americanos olham para além destes dois conflitos com o objetivo de prever o meio em que irá ocorrer o combate global em tempos vindouros. E o mundo que eles enxergam é um no qual a luta pelos recursos vitais — mais do que a ideologia ou a política de equilíbrio de poder — domina o campo da guerra. Acreditando que os EUA devem reconfigurar suas doutrinas e forças para prevalecer em semelhante entorno, os oficiais mais veteranos deram os passos necessários para melhorar seu planejamento estratégico e capacidade de combate. Apesar de que muito pouco disto tudo chegou ao domínio público, há um bom número de indicadores-chave.

A partir de 2006, o Departamento de Defesa, em seu relatório anual "*Capacidade Militar da República Popular da China*", coloca no mesmo nível a competição pelos recursos e o conflito em torno de Taiwan como a faísca que poderia desencadear uma guerra com a China. A preparação de um conflito com Taiwan permanece como "uma razão importante" na modernização militar chinesa, segundo indica a edição de 2008, mas "uma análise das aquisições recentes do exército chinês e do seu pensamento estratégico atual sugere que Pequim também está desenvolvendo outras capacidades do seu exército, para outro tipo de contingências, como, por exemplo, o controle sobre os recursos." O relatório considera, inclusive, que os chineses estão planejando melhorar sua capacidade

para “projetar seu poder” nas zonas que em obtêm matérias-primas, especialmente combustíveis fósseis, e que esses esforços podem supor uma significativa ameaça para os interesses da segurança norte-americana.

O Pentágono também está solicitando, neste ano, fundos para o estabelecimento do Africa Command (Africom), o primeiro centro de mando unificado transatlântico desde que, em 1983, o presidente Reagan criou o Central Command (Centcom) para proteger o petróleo do Golfo Pérsico. A nova organização vai concentrar seus esforços, supostamente, na ajuda humanitária e na “guerra contra o terrorismo”. Mas em uma apresentação na Universidade Nacional de Defesa, o segundo comandante do Africom, o Vice-Almirante Robert Moeller, declarou que “a África tem uma importância geoestratégica cada vez maior” para os EUA — o petróleo é um fator-chave — e que entre os desafios fundamentais para os interesses estratégicos norte-americanos na região está a “crescente influência na África” por parte da China.

A Rússia também é contemplada através da lente da competição mundial pelos recursos. Apesar de que a Rússia, diferentemente dos EUA e da China, não precisa importar petróleo nem gás natural para satisfazer suas necessidades nacionais, esse país quer dominar o transporte de energia, especialmente para a Europa, o que tem causado alarme nos oficiais veteranos da Casa Branca, que receiam uma restauração do status da Rússia como superpotência e temem que o maior controle desse país sobre a distribuição de petróleo e gás na Europa e na Ásia possa enfraquecer a influência norte-americana na região.

Em resposta à ofensiva energética russa, a administração Bush está empreendendo contramedidas. “Tenho a intenção de nomear... um coordenador especial de energia, que dedicará especialmente todo o seu tempo à região da Ásia Central e do mar Cáspio”, informou, em fevereiro, a Secretária de Estado Condoleezza Rice ao Comitê de Assuntos Exteriores do Senado. “É uma parte verdadeiramente importante da diplomacia.” Um dos principais trabalhos deste coordenador, segundo declarou Rice, será o de promover a construção de oleodutos e gasodutos que circunvem a Rússia, com o objetivo de diminuir o controle desse país sobre o fluxo energético regional.

Tomados em conjunto estes e outros movimentos semelhantes sugerem que houve um deslocamento da política: em um momento em que as reservas mundiais de petróleo, gás natural, urânio e minérios industriais chave —como o cobre e o cobalto— começam a diminuir e a demanda por esses mesmos recursos está disparando, as maiores potências mundiais desesperam-se por conseguir o controle sobre o que resta das reservas ainda sem explorar. Estes esforços geralmente envolvem uma intensa guerra de lances nos mercados internacionais, o que explica os preços recordes que estão alcançando todos estes produtos, mas também adotam uma forma militar, quando começam a ser feitas transferências de armamento e são organizadas missões e bases transatlânticas. Para reafirmar a vantagem dos EUA —e para contrabalançar movimentos similares da China e outros competidores pelos recursos— o Pentágono situou a competição pelos recursos no próprio centro do seu planejamento estratégico.

Alfred Thayer Mahan, revisitado - Não é a primeira vez que os estrategistas norte-americanos dão máxima prioridade à luta global pelos recursos. No final do século XIX, um atrevido grupo de pensadores militares liderados pelo historiador naval e presidente do Naval War College, Alfred Thayer Mahan, e seu *protégé*, o então Secretário Assistente da Marinha, Theodore Roosevelt, fizeram uma campanha exigindo uma Marinha norte-americana forte e a aquisição de colônias que garantissem o acesso aos mercados de ultramar e às matérias-primas. Seus pontos de vista ajudaram pontualmente a aumentar o apoio da opinião pública à Guerra Hispano-Americana e, após sua conclusão, ao estabelecimento de um império comercial norte-americano no Caribe e no Pacífico.

Durante a Guerra Fria, a ideologia governou completamente a estratégia norte-americana de contenção da URSS e de derrota do comunismo. Mas mesmo nesse momento não foram totalmente abandonadas as considerações em torno dos recursos. A doutrina Eisenhower, de 1957, e a doutrina Carter, de 1980, apesar de acomodarem-se à habitual retórica anti-soviética da época, pretendiam sobretudo assegurar o acesso dos EUA às prolíficas reservas de petróleo do Golfo Pérsico. E quando o presidente Carter estabeleceu, em 1980, o núcleo do que mais tarde seria o Centcom, sua principal preocupação era a proteção do fluxo de petróleo proveniente do Golfo Pérsico, e não a contenção das fronteiras da União Soviética.

Após o fim da Guerra Fria, o presidente Bush tentou —e não conseguiu— estabelecer uma coalizão mundial de estados com ideologias afins (uma “Nova Ordem Mundial”), que deveria manter a estabilidade mundial e permitir aos interesses empresariais (com as companhias norte-americanas à frente) estender seu alcance por todo o planeta. Este enfoque, embora suavizado, foi adotado depois por Bill Clinton. Mas o ocorrido em 11-9 e a implacável campanha contra os “estados canalhas” (principalmente contra o Iraque de Saddam Hussein e o Irã) da atual administração Bush recolocaram o elemento ideológico no planejamento estratégico norte-americano. De acordo com o que foi apresentado por George W. Bush, a “guerra contra o terrorismo” e os “estados canalha” são os equivalentes contemporâneos das anteriores lutas ideológicas contra o fascismo e o comunismo. Examinando mais de perto estes conflitos, contudo, é impossível separar o problema do terrorismo no Oriente Médio, ou o desafio do Iraque e do Irã, da história da extração de petróleo naquelas regiões por parte de empresas ocidentais.

O extremismo islâmico, do tipo propagado por Osama Bin Laden e Al Qaeda na região, tem muitas raízes, mas uma das mais importantes afirma que o ataque ocidental e a ocupação de terras islâmicas —e a resultante profanação das culturas e povos muçulmanos— é produto da sede de petróleo dos ocidentais. “Lembrem também que a razão mais importante que os nossos inimigos têm para controlar nossas terras é a de roubar nosso petróleo”, disse Bin Laden para seus simpatizantes em uma gravação sonora datada em dezembro de 2004. “Ou seja, que devem fazer o que estiver em suas mãos para deter o maior roubo de petróleo da história.”

De modo similar, os conflitos dos EUA com o Iraque e Irã foram modelados pelo princípio fundamental da doutrina Carter, que diz que os EUA não permitirão que surja uma potência hostil que possa conseguir, em um momento dado, o controle do fluxo de petróleo no Golfo Pérsico, e com isso, em palavras do vice-presidente Cheney, “ser capaz

de ditar o futuro da política energética mundial.” O fato de que estes países possivelmente estão desenvolvendo armas de destruição massiva somente complica a tarefa de neutralizar a ameaça que representam, mas não altera a lógica estratégica subjacente no fundo dos planos de Washington.

A preocupação sobre a segurança do fornecimento de recursos tem sido, então, uma característica central no planejamento estratégico há bastante tempo. Mas a atenção que agora se presta a essa questão representa uma mudança qualitativa no pensamento norte-americano, igualável apenas aos impulsos imperiais que levaram à Guerra Hispano-Americana um século atrás. Contudo, nesta ocasião o movimento está motivado não por uma fé otimista na capacidade norte-americana de dominar a economia mundial, mas por uma perspectiva francamente pessimista sobre a disponibilidade dos recursos vitais no futuro e pela intensa competição por eles, da qual participam a China e outros motores econômicos emergentes. Enfrentando este duplo desafio, os estrategistas do Pentágono acreditam que assegurar a primazia norte-americana na luta pelos recursos mundiais deve ser a prioridade número um da política militar norte-americana.

Volta ao futuro - Alinhada com este novo enfoque, a ênfase está colocada agora no papel mundial que deve desempenhar a Marinha norte-americana. Utilizando uma linguagem que teria sido surpreendentemente familiar para Alfred Mahan e o primeiro presidente Roosevelt, a Marinha, os *marines* e a guarda costeira revelaram em outubro um documento intitulado “*Uma estratégia cooperativa para o poder naval no século XXI*”, no qual se destaca a necessidade dos EUA de dominar os oceanos e garantir para si as principais rotas marítimas que conectam o país com seus mercados de ultramar e com as reservas de recursos.

Nas quatro décadas passadas, o comércio marítimo mundial quadruplicou: 90% do comércio mundial e dois terços do petróleo são transportados por mar. As rotas marítimas e a infra-estrutura costeira que as apóiam são a tábua de salvação da atual economia global. Expectativas de crescimento cada vez maiores e o aumento da competição pelos recursos, junto com a escassez, podem servir como motivação para que as nações façam cada vez mais reclamações de soberania sobre parcelas cada vez maiores do oceano, das vias fluviais e dos recursos naturais, e de tudo isso podem resultar potenciais conflitos.

Para enfrentar este perigo, o Departamento de Defesa empreendeu uma modernização total da sua frota de combate, o que inclui o desenvolvimento e obtenção de novos porta-aviões, destróieres, cruzadores, submarinos e um novo tipo de nave de “combate litorâneo” (armamento costeiro), um esforço que levará décadas completar e que consumirá centenas de milhares de milhões de dólares. Alguns dos elementos deste plano foram revelados pelo presidente Bush e pelo Secretário de Defesa Gates na proposta de orçamento para o ano fiscal 2009, apresentada no passado mês de fevereiro. Entre os artigos mais caros do orçamento destacam os seguintes:

- 4,2 bilhões de dólares para a principal embarcação de uma nova geração de porta-aviões com propulsão nuclear.

- 3,2 bilhões de dólares para um terceiro míssil para o destróier classe "Zumwalt". Estas embarcações de guerra com camuflagem avançada irão servir também como plataforma de teste para um novo tipo de mísseis cruzeiro, os CG(X).

- 1,3 bilhões de dólares para as duas primeiras embarcações de combate litorâneo.

- 3,6 bilhões de dólares para um novo submarino classe Virgínia, a embarcação de combate subaquático mais avançada do mundo, atualmente em produção.

Os programas de construção naval propostos terão um custo de 16,9 bilhões no ano fiscal de 2009, depois dos 24,6 bilhões de dólares votados para o ano fiscal 2007-2008.

O novo enfoque estratégico da Marinha reflete-se não só na obtenção de novas embarcações, mas também no posicionamento dos que já existem. Até pouco tempo atrás, a maioria dos ativos navais estavam concentrados no Atlântico Norte, no Mediterrâneo e no Pacífico Noroeste, em missões de apoio às forças da OTAN norte-americanas e em virtude dos pactos de defesa com a Coreia do Sul e o Japão. Estes vínculos aparecem de maneira muito destacada nos cálculos estratégicos, mas aumenta cada vez mais a importância da proteção dos enlaces comerciais vitais no Golfo Pérsico, no sudeste do Pacífico e no Golfo da Guiné (próximo aos maiores produtores de petróleo da África). Em 2003, por exemplo, o chefe do US European Command declarou que os porta-aviões de combate sob seu comando estariam menos tempo no Mediterrâneo e “durante metade do seu tempo desceriam para a costa oeste da África.”

Um enfoque similar guia a reestruturação das bases de ultramar, que em grande medida haviam permanecido intactas nos últimos anos. Quando a administração Bush chegou ao poder, a maioria das principais bases estavam na Europa Ocidental, no Japão ou na Coreia do Sul. Por insistência do então Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, o Pentágono começou a mobilizar forças da periferia da Europa e da Ásia para suas regiões centrais e do sul, especialmente a Europa Central e Oriental, o centro da Ásia e o sudeste asiático, assim como no norte e centro da África. É verdade que essas zonas são o lar da Al Qaeda e dos “estados-canalha” do Oriente Médio, mas também é verdade que aí está 80% ou mais das reservas mundiais de gás natural e petróleo, assim como reservas de urânio, cobre, cobalto e outros materiais industriais cruciais. E, como já foi dito antes, é impossível separar uma coisa da outra nos cálculos estratégicos norte-americanos.

Outro ponto importante a considerar é o plano norte-americano para manter uma infra-estrutura básica com a finalidade de apoiar as operações de combate na bacia do Mar Cáspio e na Ásia Central. Os vínculos americanos com os estados desta região foram estabelecidos anos antes do 11-9 para proteger o fluxo do petróleo do Mar Cáspio para o Ocidente. Acreditando que a bacia do mar Cáspio seria uma nova e valiosa fonte de petróleo e gás natural, o presidente Clinton trabalhou aplicadamente para abrir as portas à participação norte-americana na produção energética da zona, e embora advertido dos antagonismos étnicos endêmicos da região, tentou reforçar a capacidade militar das potências aliadas do lugar e preparar uma possível intervenção das forças norte-americanas na zona. O presidente Bush redobrou estes esforços, aumentando o fluxo da ajuda militar norte-americana e estabelecendo bases militares nas repúblicas da Ásia Central.

Uma mistura de prioridades governa os planos do Pentágono para reter uma constelação de bases “duradouras” no Iraque. Muitas destas instalações serão, sem dúvida, utilizadas para continuar dando apoio às operações contra as forças insurgentes, para atividades de inteligência militar e para o treinamento do exército e unidades policiais iraquianas. Mesmo se todas as tropas de combate norte-americanas fossem retiradas, de acordo com os planos anunciados pelos senadores Clinton e Obama, algumas destas bases seriam, com toda probabilidade, mantidas para atividades de treinamento, que tanto Clinton quanto Obama já afirmaram que irão continuar. Por outro lado, pelo menos algumas das bases estão especificamente dedicadas à proteção das exportações de petróleo iraquiano. Em 2007, por exemplo, a Marinha revelou que tinha construído uma instalação de direção e controle sobre e ao longo de um terminal de petróleo iraquiano no Golfo Pérsico, com a finalidade de supervisionar a proteção dos terminais de extração mais importantes da zona.

Uma luta global - Nenhuma outra das principais potências mundiais é capaz de igualar os Estados Unidos na hora de mobilizar sua capacidade militar na luta pela proteção das matérias-primas de vital importância. Contudo, as outras potências estão começando a desafiar seu domínio de várias maneiras. China e Rússia, em especial, estão proporcionando armas aos países em vias de desenvolvimento produtores de petróleo e gás e estão, também, começando a melhorar sua capacidade militar em zonas-chave de produção energética.

A ofensiva chinesa para ganhar acesso às reservas estrangeiras é evidente na África, onde Pequim estabeleceu vínculos com os governos produtores de petróleo da Argélia, Angola, Chade, Guiné Equatorial, Nigéria e Sudão. A China também tem procurado acesso às abundantes reservas minerais africanas, perseguindo as reservas de cobre da Zâmbia e do Congo, de cromo no Zimbábue e um leque de diferentes minerais na África do Sul. Em cada caso os chineses têm conquistado o apoio destes países provedores com uma diplomacia ativa e constante, ofertas de planos de assistência para o desenvolvimento e empréstimos com juros baixos, chamativos projetos culturais e, em muitos casos, com armamento. A China é agora o maior provedor de equipamentos básicos de combate para muitos destes países, e é especialmente conhecida por vender armas para o Sudão, armas que têm sido utilizadas pelas forças governamentais em seus ataques contra as comunidades civis de Darfur. Além disso, assim como os EUA a China tem complementado suas transferências de armas com acordos de apoio militar, o que leva a uma presença constante de instrutores, conselheiros e técnicos chineses na zona, competindo com seus homólogos norte-americanos pela lealdade dos oficiais militares africanos.

O mesmo processo está ocorrendo, em grande medida, na Ásia Central, onde China e Rússia cooperam, com o auspício da *Shanghai Cooperation Organization* (SCO), para proporcionar armamento e assistência técnica aos “istãos” da Ásia Central [Kazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguizistão], mais uma vez competindo com os EUA para conquistar a lealdade das elites militares locais. Nos anos 1990 a Rússia esteve preocupada demais com a Chechênia para prestar atenção a esta zona, e a China, por sua vez, estava concentrada em outras questões, que considerava prioritárias, ou seja que Washington contou com uma vantagem temporária. Contudo, nos últimos cinco anos Moscou e Pequim têm concentrado seus esforços em ganhar influência na região. O resultado de tudo isso é uma paisagem geopolítica muito mais competitiva, com Rússia e

China, unidas através da SCO, ganhando terreno em sua ofensiva para minimizar a influência norte-americana na região.

Uma amostra clara desta ofensiva foi o exercício militar realizado pela SCO no passado verão, o primeiro desta natureza, no qual participaram todos os estados membros. As manobras envolveram um total de 6.500 membros, procedentes do pessoal militar da China, Rússia, Kazaquistão, Quirguizistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, e ocorreram na Rússia e na China. Além do seu significado simbólico, o exercício era indicativo dos esforços chineses e russos para melhorar suas capacidades militares, dando forte ênfase a tudo o que tivesse relação com suas forças de assalto a longa distância. Pela primeira vez um contingente de tropas chinesas aerotransportadas foi mobilizado fora do território chinês, um sinal claro da crescente autoconfiança de Pequim.

Para garantir que a mensagem destes exercícios não passasse despercebida, os presidentes da China e da Rússia aproveitaram a ocasião para organizar uma cúpula da SCO no Quirguizistão e advertir os Estados Unidos (embora esse país não tenha sido mencionado) de que não permitiriam intromissões de nenhum tipo nos assuntos da Ásia Central. Em seu chamamento por um mundo "multipolar", por exemplo, Vladimir Putin declarou que "qualquer tentativa de resolver problemas mundiais e regionais de maneira unilateral será em vão." Por sua vez, Hu Jintao fez notar que "as nações da SCO conhecem com clareza as ameaças que a região enfrenta e devem garantir sua proteção por si mesmas."

Estes e outros esforços da China e da Rússia, combinados com a escalada de ajuda militar norte-americana para alguns estados da região, são parte de uma maior, embora muitas vezes oculta, luta pelo controle do fluxo do petróleo e do gás natural da bacia do Mar Cáspio para os mercados da Europa e da Ásia. E esta luta, por sua vez, não é mais do que parte da luta mundial pelo controle da energia.

O maior risco desta luta é que ela, algum dia, exceda os limites da competição econômica e diplomática e entre em cheio no terreno militar. Não acontecerá, é claro, porque algum dos estados envolvidos tome a decisão deliberada de provocar uma guerra contra um dos seus concorrentes, porque os líderes de todos estes países sabem com certeza que o preço da violência é alto demais considerando o que obteriam em troca. O problema é, em compensação, que todos eles estão tomando parte em ações que fazem com que o início de uma escalada involuntária seja cada dia mais plausível. Estas ações incluem, por exemplo, a mobilização de um número cada vez mais elevado de conselheiros e instrutores militares americanos, russos e chineses em zonas de instabilidade nas quais estes estrangeiros podem acabar, qualquer dia, apanhados em bandos opostos em conflito.

O risco é ainda maior se considerarmos que a produção intensificada de petróleo, gás natural, urânio e minerais é, em si, uma fonte de instabilidade, que age como um ímã para as entregas de armamento e a intervenção estrangeira. As nações envolvidas são quase todas pobres, portanto aquele que controlar os recursos vai controlar as únicas fontes seguras de abundante riqueza material. Esta situação é um convite para a monopolização do poder para que as elites cobiçosas utilizem seu controle sobre o exército e a polícia para eliminar seus rivais. O resultado de tudo isso é, quase sem exceção, a criação de um bando

de capitalistas instalados firmemente no poder, os quais utilizam com brutalidade as forças de segurança e terminam rodeados por uma enorme massa de população desafeta e empobrecida, freqüentemente pertencente a um grupo étnico diferente, um caldo de cultivo idôneo para os distúrbios e a insurgência. Esta é, hoje em dia, a situação na zona do delta do Níger, na Nigéria, em Darfur e no sul do Sudão, nas zonas produtoras de urânio do Níger, no Zimbábue e na província de Cabinda, na Angola (onde está a maior parte do petróleo do país) e outras muitas zonas que sofrem o que tem sido denominado como “maldição dos recursos.”

O perigo está, nem precisa dizer, em que as grandes potências acabem imersas nestes conflitos internos. Não estamos traçando um cenário extemporâneo: EUA, Rússia e China estão proporcionando armamento e serviços de apoio militar às facções de muitas das disputas antes mencionadas: os EUA estão armando as forças governamentais na Nigéria e de Angola, a China proporciona ajuda às forças governamentais no Sudão e no Zimbábue, e a mesma coisa ocorre com o resto dos conflitos. Uma situação inclusive mais perigosa é a que existe na Geórgia, onde os EUA dão respaldo ao governo pró-ocidental do presidente Mijail Saakashvili, com armamento e apoio militar, enquanto a Rússia apóia as regiões separatistas de Abkhazia e Ossétia do Sul. A Geórgia tem um importante papel estratégico para ambos os países, porque é lá que está o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC), que tem o aval dos EUA e transporta petróleo do Mar Cáspio para os mercados ocidentais. Atualmente, há conselheiros e instrutores militares norte-americanos e russos em ambas as regiões, em alguns casos inclusive há contato visual entre uns e outros. Não é difícil, portanto, conjecturar um cenário no qual um choque entre as forças separatistas e a Geórgia leve, querendo ou não, a um enfrentamento entre soldados russos e americanos, dando lugar a uma crise muito maior.

É essencial que os EUA consigam inverter o processo de militarização da sua dependência de energia importada e diminuam sua competição com a China e a Rússia pelo controle de recursos estrangeiros. Fazendo isso, seria possível canalizar o investimento para as energias alternativas, o que levaria a uma produção energética nacional mais efetiva (com uma redução de preços no longo prazo) e proporcionaria uma ótima oportunidade para reduzir a mudança climática.

Qualquer estratégia focada em reduzir a dependência da energia importada, especialmente o petróleo, deve incluir um aumento do gasto em combustíveis alternativos, sobretudo fontes renováveis de energia (solar e eólica), a segunda geração de biocombustíveis (aqueles que são feitos a partir de vegetais não comestíveis), a gaseificação do carvão capturando as partículas de carbono no processo (de maneira que nenhuma dioxina de carbono escape para a atmosfera contribuindo com o aquecimento do planeta) e células de combustível hidrogênio, junto com um transporte público que inclua trens de alta velocidade e outros sistemas de transporte público avançados. A maior parte da ciência e da tecnologia para implementar estes avanços já está disponível, mas não as bases para tirá-los do laboratório ou da etapa de projeto piloto e promover seu desenvolvimento completo. O desafio é, então, o de reunir os milhares de bilhões —talvez trilhões— de dólares que serão necessários para isso.

O principal obstáculo para esta tarefa hercúlea é que desde o início choca com o enorme gasto que representa a competição militar pelos recursos de ultramar. Pessoalmente, considero que o custo atual de impor a doutrina Carter está entre os 100 e os 150 bilhões de dólares, sem incluir a guerra do Iraque. Estender essa doutrina para a bacia do Mar Cáspio e a África vai acrescentar muitos outros bilhões a essa conta. Uma nova guerra fria com China, com sua correspondente corrida armamentista naval, exigirá trilhões em gastos adicionais militares nas próximas décadas. Uma loucura: o gasto não vai garantir o acesso a mais fontes de energia, nem fará baixar o preço da gasolina para os consumidores, nem vai desanimar a China na sua busca por novas fontes de energia. O que realmente vai fazer será consumir o dinheiro que precisamos para desenvolver fontes de energia alternativas com as quais conjurar os piores efeitos da mudança climática.

Tudo isso nos leva à recomendação final: mais do que embarcar em uma competição militar com a China, o que deveríamos fazer é cooperar com Pequim no desenvolvimento de fontes de energia alternativas e sistemas de transporte mais eficazes. Os argumentos a favor da colaboração são esmagadores: estima-se que, juntos, os Estados Unidos e a China chegarão a consumir 35% das reservas mundiais de petróleo em 2025, e a maior parte dele terá que ser importado de estados disfuncionais. Se, como indicam amplamente as previsões, as reservas mundiais de petróleo começarem a diminuir nessa época, nossos países estarão presos em uma perigosa luta por recursos cada vez mais limitados a zonas cronicamente instáveis do mundo. Os custos disso, em termos de gastos militares cada vez maiores e de uma inabilidade manifesta para investir em projetos sociais, econômicos e de meio ambiente que realmente valham a pena, serão inaceitáveis.

Razão de sobra para renunciar a este tipo de competição e trabalhar juntos no desenvolvimento de alternativas ao petróleo, nos veículos eficientes e em outras inovações energéticas. Muitas universidades e corporações chinesas e norte-americanas já começaram a desenvolver projetos conjuntos desta natureza, ou seja, que não deveria ser difícil prever um regime de cooperação ainda maior.

Na medida que em que vamos nos aproximando das eleições de 2008, abrem-se dois caminhos à nossa frente. Um nos leva a uma maior dependência dos combustíveis importados, a uma militarização crescente da nossa relação de dependência do petróleo estrangeiro e a uma luta prolongada com outras potências pelo controle das maiores reservas existentes de combustíveis fósseis. A outra, leva a uma dependência atenuada do petróleo como fonte principal dos nossos combustíveis, ao rápido desenvolvimento de alternativas energéticas, a um baixo perfil das forças norte-americanas no estrangeiro e à cooperação com a China no desenvolvimento de novas opções energéticas. Rara vez uma eleição política teve maior transcendência para o futuro do nosso país.

* **Michael T. Klare** é professor de Paz e Segurança mundial na Universidade de Hampshire. Seu último livro, *“Rising Powers, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy”*, foi publicado por Metropolitan Books em abril. **Tradução:** Naila Freitas / Verso Tradutores

Lula culpa petroleiras por críticas a álcool combustível – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Mundo – 16/05/2008

Documento final de cúpula hoje de líderes europeus e latinos não menciona etanol - Texto final também é vago sobre imigração; latinos rejeitam proposta européia de pôr policiais no controle do embarque na região

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva atribuiu ontem a uma "disputa comercial" as críticas que o álcool, o eixo do que o presidente vem chamando de "revolução energética" planetária, está recebendo inclusive de parte de funcionários da União Européia, um dos lados da cúpula que abre hoje em Lima (a outra parte é o conglomerado de países da América Latina e do Caribe). Para Lula, "é óbvio que as petroleiras também estão por trás disso".

As declarações foram feitas quando Lula chegou ao Swisshôtel de Lima, no qual se hospedará até sábado, para participar hoje da cúpula e, amanhã, de visita oficial ao Peru. O presidente mostrou-se compreensivo até certo ponto com as críticas. "Como o tema é novo, é natural que haja resistência à mudanças. Mas o debate está apenas começando." Mas ironizou os críticos: "Querem despoluir o planeta e, quando o Brasil oferece um combustível que não emite CO2, eles preferem utilizar combustível que emite CO2", em frase em que o sujeito oculto são, claro, os países ricos.

A argumentação de Lula chega tarde para influir no documento final da cúpula, que está praticamente pronto desde a quarta-feira. Como a Folha antecipou, no capítulo energia nem faz uso da palavra etanol, embora fale genericamente de biocombustíveis. Talvez por isso o presidente preferiu jogar para uma conferência internacional em Brasília, em novembro, um debate mais intenso, "sem ideologia e sem paixão", tese que diz ter defendido com os governantes de Finlândia, Espanha e Alemanha, que passaram pelo Brasil a caminho de Lima.

Lula comentou a alta dos preços de alimentos, repetindo sua tese preferida, a da que é produto de "o povo pobre estar comendo mais". Mas a declaração de Lima só incorporou a questão na quarta-feira, assim mesmo para dizer o óbvio: "Profundamente preocupados pelo impacto do aumento do preço de alimentos, nós reafirmamos nosso compromisso com políticas para a erradicação da fome e de luta contra a pobreza".

Detalhes mais concretos foram deixados para a Cúpula sobre Segurança Alimentar, em junho, em Roma. O presidente Lula já confirmou presença. Lula não citou, entre os temas principais da reunião de Lima, a questão da imigração que, no entanto, foi a que mais provocou debates acalorados nas discussões entre os técnicos que prepararam o documento final.

Os europeus chegaram a propor participação de policiais europeus nos controles de embarque na América Latina, como forma de evitar o uso de passaportes falsos ou outros meios de entrada irregular na Europa. O Brasil tomou a liderança do bloco latino-americano e caribenho ao recusar o que considerou uma inaceitável invasão da soberania. Os europeus queriam também devolver ao país em que embarcaram os imigrantes ilegais, mesmo que

sejam de terceiros países. Um nigeriano que viajasse, por exemplo, de São Paulo para Madri, seria devolvido ao Brasil, não necessariamente à Nigéria.

O que está por trás da proposta é o fato de que alguns imigrantes, depois de embarcar em aeroportos latino-americanos, jogam fora, até mesmo no avião, toda a documentação e recusam-se a dizer de que país são, com o que evitam a deportação. A divergência entre o enfoque latino-americano e o europeu levou a que a Declaração de Lima, a ser emitida hoje, ficasse bastante aguada nesse tema (como de resto em praticamente todos os demais).

Faz, como a **Folha** já antecipou, um chamado a ambos os lados para "desenvolver um diálogo estruturado e abrangente sobre migrações, de forma a identificar nossos desafios comuns e as áreas de cooperação mútua". *O jornalista **CLÓVIS ROSSI** viajou a Lima a convite da Comissão Européia

Lei agrícola mantém tarifa e eleva subsídios nos EUA – Sergio Dávila - Folha de São Paulo – Dinheiro – 16/05/2008

"À prova de veto", a "farm bill" americana aumenta incentivos para US\$ 40 bi - Taxa sobre álcool brasileiro continua de US\$ 0,54 por galão por 2 anos; americano receberá ajuda menor por biocombustível de milho

Colheitadeira em campo de milho em Croton, no Estado de Ohio (EUA); "farm bill" prevê gasto total de US\$ 289 bi em cinco anos

A nova lei agrícola norte-americana, aprovada ontem pelo Senado, aumenta o total de subsídios governamentais ao setor, mantém a tarifa cobrada ao álcool brasileiro por mais dois anos e diminui o valor do incentivo dado ao produtor do biocombustível local. A "farm bill" prevê um gasto total de US\$ 289 bilhões nos cinco anos de sua duração, dos quais 14%, ou pouco mais de US\$ 40 bilhões, irão para incentivos.

Ao mesmo tempo, aumenta o valor destinado ao programa de cupons de alimentação à população de baixa renda, que tomará dois terços do gasto previsto. A lei segue agora para o presidente George W. Bush, que promete vetá-la. O republicano acha a medida "fiscalmente irresponsável" e defende que continue a beneficiar fazendeiros ricos numa época em que o preço dos alimentos bate recordes nos Estados Unidos.

Aprovada por maioria nas duas Casas do Congresso, no entanto, ela é considerada "à prova de veto" pelos líderes democratas, que controlam o Legislativo norte-americano e dizem que terão os dois terços dos votos necessários para derrubar o veto presidencial. O acordo sai em ano eleitoral, sob a liderança de um partido protecionista e de olho no voto rural (leia texto nesta página).

No setor de biocombustíveis, o valor economizado pela diminuição do crédito dado aos produtores do álcool à base de milho, dos atuais 51 centavos de dólar por galão (ou 22 centavos de real por litro) para 45 centavos de dólar por galão (ou 20 centavos de real por litro), será usado num novo incentivo federal temporário, para o chamado álcool de celulose, a um custo de US\$ 403 milhões.

Aliada à manutenção da tarifa sobre o álcool importado, de 54 centavos de dólar por galão (ou 24 centavos de real por litro) por mais dois anos, a medida deve prejudicar o produto brasileiro. O desconto causará no comprador norte-americano a percepção de que está pagando mais do que antes pelo mesmo produto, já que o valor do crédito fiscal que receberá cai nove centavos de dólar.

Reação - "A combinação dessas medidas exacerbará a discriminação comercial atual contra o álcool brasileiro no mercado americano", disse à **Folha** Joel Velasco, representante-chefe nos EUA da brasileira Unica, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar. Segundo apurou a **Folha**, a lei também foi mal recebida entre as autoridades brasileiras.

Antes mesmo da aprovação da lei agrícola norte-americana pelo Senado, o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos do Itamaraty, Roberto Azevedo, não havia descartado a possibilidade de o Brasil levar a questão da tarifa sobre o álcool à Organização Mundial do Comércio, por achar o tributo "questionável, duvidoso".

Além disso, o aumento dos subsídios dados ao produtor agrícola em geral pode complicar ainda mais a posição dos EUA nas emperradas negociações da Rodada Doha de comércio exterior. "A distorção no comércio é um dos problemas dessa lei", disse o senador republicano Richard Lugar, um dos que votaram contra.

Após citar o caso aberto pelo Brasil contra os EUA na OMC em 2004 pelos incentivos aos produtores de algodão, o senador disse que, "surpreendentemente, em vez de consertarmos os programas que protegeriam os fazendeiros americanos dessas contestações, a nova lei continua esses programas e, de maneira provocadora, aumenta as taxas de subsídios".

UE propõe fim do subsídio para o álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/05/2008

Com os altos preços dos alimentos, órgão executivo do bloco quer eliminar ajuda aos agricultores de 45 por hectare - Proposta envolve outras medidas, como a redução dos subsídios aos grandes agricultores, e apenas deve ser votada em novembro

A Comissão Europeia, o braço executivo do bloco de 27 países, propôs o fim do subsídio pago aos agricultores para cultivar lavouras usadas na produção de biocombustível. A proposta faz parte de um pacote para tentar elevar a produção agrícola

do bloco no momento em que a cotação de vários alimentos está batendo recorde. Pela proposta, a União Europeia eliminará o subsídio do álcool de 45 por hectare, como uma tentativa de fazer com esses agricultores cultivem outros alimentos. Em nota, o bloco também disse não descartar que não será alcançada a meta de que 10% dos veículos da região usarão álcool até 2020.

"A meta nunca foi alcançar a qualquer preço 10% de [carros movidos a] biocombustível. São 10% sob algumas condições rigorosas. Entre essas condições estão um esquema de sustentabilidade robusto e factível e a viabilidade comercial dos biocombustíveis de segunda geração. O esquema de sustentabilidade da UE está no momento sendo discutido no Conselho e no Parlamento europeus. Ele será o primeiro desse tipo no mundo. Ele precisará garantir que a produção não terá efeitos colaterais negativos e que será robusta e executável."

O projeto do Conselho Europeu para a PAC (Política Agrícola Comum) do bloco prevê medidas como a redução do subsídio pago aos donos de propriedades maiores e o fim da exigência para que os produtores não cultivassem anualmente 10% das suas terras. "A UE reagiu com rapidez ao aumento repentino dos preços dos alimentos. Estamos lidando com um problema com múltiplas causas e várias conseqüências. Por isso, temos de agir ao mesmo tempo em várias frentes para solucioná-lo", afirmou, em comunicado, o presidente da Comissão Europeia, o português José Manuel Durão Barroso.

Alterações

O novo projeto, que vai até 2013, será encaminhado no próximo mês ao Conselho Europeu (que reúne os chefes de Estados) e precisa ser aprovado pelo Parlamento do bloco e pelos ministros da Agricultura da região. A expectativa é que ele só seja aprovado em novembro.

Até lá, no entanto, o projeto deve sofrer alterações. A França, que é o principal produtor agrícola do bloco e o que mais recebe subsídios, se manifestou contra a proposta. O ministro da Agricultura, Michel Barnier, afirmou que alguns pontos "não são aceitáveis". Os franceses defendem que, com a alta dos preços dos alimentos, é cada vez mais importante a ajuda aos agricultores. "A crise alimentícia nos dá um motivo para preservar a capacidade de produção que temos na Europa", disse Barnier. Já outros países, como o Reino Unido, defendem cortes mais profundos e afirmam que a subida dos preços tornou a ajuda desnecessária. A Alemanha também já disse ser contra a alguma das medidas.

Para a comissária da Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel, as novas medidas "são para dar liberdade aos nossos agricultores, para que eles possam atender a crescente demanda e responder rapidamente ao que o mercado está dizendo para eles". "Trata-se também de simplificar, racionalizar e modernizar a PAC e dar aos nossos agricultores os meios necessários para enfrentar os novos desafios, tais como as alterações climáticas."

Com agências internacionais

Proposta deve ser festejada, diz ministro – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/05/2008

O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) disse que a decisão da União Européia de propor a eliminação do subsídios à produção de etanol deve ser festejada. "Isso traz boas perspectivas."

O ministro ressaltou que a medida precisará ser aprovada por todo o bloco e que há resistências de alguns integrantes da UE. Ele lembrou que, se aprovada, a medida levará de quatro a seis anos para ser implantada.

Apesar da cautela, Stephanes disse que esse posicionamento indica que os europeus estão propensos a rever os subsídios. "Isso mostra que a UE estava tendo problema de substituição da produção de etanol por alimentos, estava pagando subsídio alto e produzindo a um custo quase três vezes maior que o álcool brasileiro."

Segundo Stephanes, no Brasil o custo de produção é de US\$ 0,40 por litro, enquanto, na Europa, sobe para entre US\$ 1 e US\$ 1,20.

Ele disse que a proposta não tem relação com eventuais mudanças na política de alguns países europeus de subsidiar a produção agrícola, mas sim com a preocupação com a falta de alimentos.

Para o produtor brasileiro, falta ainda a barreira tarifária cair – Gitano Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/05/2008

Analistas brasileiros do mercado de açúcar e álcool torcem para que a proposta da Comissão Européia, de eliminar subsídios ao biocombustível, seja uma decisão em dois tempos.

A segunda etapa deve ser a redução das barreiras à importação. Atualmente a menor tarifa que os europeus aplicam sobre a importação de álcool brasileiro equivale à taxa norte-americana, por volta de 25 centavos de real por litro, relata Júlio Maria Martins Borges, diretor da consultoria Job Economia e Planejamento.

"A queda de subsídios sempre favorece o Brasil [pela competitividade na produção agroindustrial], mas, no curto prazo, não deve haver mudanças para o país, pois a barreira da tarifa permanece", diz Fábio Turquino Barros, analista da AgraFNP. Para Barros, até pelos prazos de implantação, a decisão européia também não deve repercutir nos preços das commodities agrícolas num primeiro momento.

Para Amaryllis Romano, economista da Tendências Consultoria, os europeus tomaram a decisão por avaliarem que o mercado de biocombustíveis tende a crescer num ritmo mais lento a partir de agora, na esteira da crise dos alimentos. Segundo ela, como não

há tarifas da Comissão Europeia sobre o biodiesel, também podem surgir oportunidades para o Brasil exportar combustíveis obtidos a partir de óleos vegetais.

Com o objetivo de eliminar -ou reduzir- as tarifas, "o setor sucroalcooleiro deve aproveitar a boa notícia para se mobilizar desde já", afirma Fabiano Tito Rosa, coordenador da divisão de análises setoriais da Scot Consultoria.

Crise de comida ou de petróleo? – Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/05/2008

QUAL O PREÇO "certo" do petróleo? Os participantes do mercado, "especuladores" ou não, decidiram que o barril ficará ainda mais caro do que agora, segundo as cotações do mercado futuro (tem gente adquirindo opções de compra de petróleo a US\$ 200 para dezembro, no mercado de Nova York. São poucos, mas tem). E o preço que permite às petroleiras manter operações e investimentos em aumento de oferta? A pergunta foi feita na quarta-feira por senadores americanos a executivos das maiores petroleiras do mundo, que depunham sob juramento.

"Entre US\$ 35 e US\$ 65", respondeu o presidente da Shell, John Hofmeister (à vista, nos EUA, o preço era US\$ 132,78). O vice-presidente da Conoco, John Lowe: "Algo acima de US\$ 90". Stephen Simon, vice da Exxon: "Senador, não tenho a menor idéia, preço é coisa do mercado".

A fama das grandes petroleiras dos EUA parece com a de bancos no Brasil. Gasolina cara é algo assim como um atentado ao cidadão. Combustíveis têm peso relevante no orçamento das famílias, que deixam de comprar bens devido a despesas com gasolina e óleo de aquecimento.

O preço médio da gasolina chegou a US\$ 3,8 por galão (R\$ 1,66 por litro. Em São Paulo, segundo pesquisa semanal da **Folha**, o litro custa em média R\$ 2,43. Pois é). O galão a US\$ 4 nas férias de verão é um caso político e um fator extra de problemas para a economia americana.

O Congresso americano está agitado com o caso, um sururu parecido com o de CPIs no Brasil. Surfa na onda da gasolina a fim de detonar ainda mais a imagem de George Bush, de família e governo amigos das petroleiras. Nesta semana, Bush assinou, a contragosto, uma lei que proíbe o governo de incrementar a Reserva Estratégica de Petróleo enquanto o barril estiver acima de US\$ 75. A idéia é aumentar a oferta e reduzir preços -é bobagem. Na terça, a Câmara de lá aprovou lei, que Bush ameaça vetar, que permite ao Departamento de Justiça processar a Opep com base nas lei americana de cartéis.

Não resolve, claro. Nesta semana, a Agência Internacional de Energia disse que vai rever as estimativas de produção para os maiores campos de petróleo do mundo. Talvez venha a dar força, em seu relatório anual (que sai em novembro), à "teoria do pico" (a

produção de petróleo chegou perto do limite). Na Rússia, segundo maior produtor, a extração de petróleo estagnou neste ano. O Iraque é um caos.

O Irã tem dificuldades devido a embargos comerciais. A Nigéria vive guerra civil. Grandes campos europeus e americanos declinam.

Taiwan anunciou ontem que vai cortar o subsídio do combustível. A Indonésia disse que vai permitir reajustes, depois de três anos. Na Ásia, o subsídio é pesado e custa cada vez mais caro para os Tesouros nacionais. Mas a China, com a inflação em alta, avisou que seus preços continuam tabelados. O petróleo foi a grande commodity que mais subiu em um ano, afora o trigo, no preço à vista. Entre grandes analistas e "players" do mercado, ninguém se entende sobre o futuro do preço. Mas, a US\$ 135 o barril, já está caro o bastante para criar rolos políticos e deteriorar prognósticos no mundo rico.
vinit@uol.com.br

Relator da ONU defende "outro olhar" ao álcool – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo
– Dinheiro – 23/05/2008

Para o belga Olivier De Schutter, biocombustível de cana é menos nocivo ao ambiente que o de milho

Depois da tempestade causada por seu antecessor, que classificou a produção de biocombustíveis de "crime contra a humanidade", o novo relator para o Direito à Alimentação das Nações Unidas defendeu ontem um olhar diferente para o álcool brasileiro. Para o belga Olivier De Schutter, o combustível de cana-de-açúcar causa menos danos ao ambiente e tem menor impacto no preço dos alimentos que outros.

De Schutter participou da sessão especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para debater a crise mundial de alimentos. Foi seu primeiro pronunciamento no conselho desde que, há três semanas, assumiu o cargo que era do sociólogo suíço Jean Ziegler.

"Os agrocombustíveis têm sido um dos principais fatores que levaram à alta no preço das commodities agrícolas, devido à competição entre alimentos, ração e escassa terra arável", disse De Schutter.

Segundo ele, todo o aumento da produção de milho nos EUA desde 2004 foi dedicado à produção de combustível. Neste ano, acrescentou, 25% do milho produzido pelos americanos será para o álcool. Quanto à UE, chamou de "irrealista" a meta de converter toda a sua frota a veículos movidos a biocombustíveis até 2020, além de um incentivo à especulação.

"Abandonando essa meta estaremos enviando um forte sinal aos mercados de que os preços de grãos não subirão infinitamente, o que desencorajará a especulação nos mercados de futuros", recomendou.

Depois, em conversa com jornalistas, De Schutter poupou o combustível produzido no Brasil. "Acho importante fazer uma distinção entre os diferentes tipos de agrocombustíveis [...] Minha preocupação é com o produzido de milho."

Para ele, há diferença por ao menos dois motivos: primeiro, porque a produção de cana gera mais empregos que a de outros biocombustíveis, com um impacto social positivo. Além disso, afirmou, o etanol de cana é menos prejudicial ao ambiente porque precisa de menos energia para ser produzido, gerando menos gases poluentes.

Sérgio Florêncio, embaixador do Brasil em Genebra, lamentou que não tenha havido mais menções durante a sessão de ontem aos subsídios agrícolas concedidos pelos países ricos. Para o Itamaraty, eles são um dos principais motivos do encarecimento dos alimentos.

Ele disse que o país tem "um amplo material" que comprova que o álcool tem papel menor na escalada dos preços e que ele será enviado a De Schutter. O belga, porém, disse não estar totalmente convencido. "A forma como a cana compete com alimentos por terras escassas pode ser um problema."

Mal-estar na civilização do petróleo – Vinicius Torres Freire – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/05/2008

CAMINHONEIROS britânicos pretendem infernizar o trânsito de Londres com uma parada de mil caminhões a fim de pedir imposto menor para a gasolina. Pescadores franceses bloquearam parte do porto de Marselha e prometem mais confusão -querem diesel subsidiado. Na semana, o petróleo foi ainda motivo de circo populista no Congresso americano, que também quer imposto menor na gasolina e maior nas petroleiras -uma deputada democrata sugeriu até estatizar as empresas. O sururu político-econômico do petróleo tende a piorar.

Richard Berner, economista-chefe do Morgan Stanley, estima que o gasto anual extra do consumidor americano com gasolina vai levar 72% dos US\$ 117 bilhões em desconto de impostos previstos para este ano (trata-se daquela isenção projetada para dar um gás no consumo e reduzir os efeitos da crise). Os gastos extras com comida vão levar o resto.

Montadoras e empresas aéreas avisaram que o petróleo caro vai minar lucros e fulminar empregos. A venda de carros nos EUA caiu 10,5% no primeiro quadrimestre de 2008 sobre 2007. Cai o ritmo do consumo de móveis e eletrodomésticos. Houve altas fortes

do petróleo após as crises dos anos 70, mas os americanos não estavam tão endividados e descapitalizados como agora.

A discreta mas persistente redução da lucratividade média nos EUA reduz o caixa das empresas; apesar do corte brutal dos juros do Fed, o crédito continua apertado. Essa confluência de escassez já reduziu o investimento, diz Berner. Apesar da propaganda de comentaristas baba-ovo do mercado, as crises de crédito e a imobiliária ainda vão longe. A taxa de inadimplência nos cartões de crédito no primeiro trimestre ficou no nível da registrada na recessão de 2001, informa o Fed. O calote na prestação da casa própria é o maior desde 1991 (ano de recessão).

Não cresce apenas nos empréstimos "subprime" (ou "ninja: no income, job or assets" -para gente sem renda, emprego ou bens), mas também nas fatias mais nobres do mercado.

O Morgan Stanley prevê que o PIB do primeiro trimestre nos EUA será revisado para cima (de 0,6% para 0,9%, anualizado), mas acredita que a economia entra no vermelho no segundo trimestre (-1,2%). A inflação xifópaga do petróleo e da comida complicou a solução da crise.

O Banco Central Europeu a cada dia é mais sangüíneo a respeito da inflação; a economia européia, ainda que tropece (afora a Alemanha), está melhor que a americana. Isso, em tese, deve dar em juros europeus em alta. De resto, o dinheiro petrolífero não flui tanto para os EUA como nos anos 70. O Oriente Médio mais e mais compra bens e euros dos europeus. Tudo isso, em tese, dá em dólar fraco, mesmo que o Fed venha a suspender o corte de juros.

Dólar fraco e demanda ainda forte no mundo "emergente" em tese devem sustentar o preço do barril (o consumo de petróleo per capita na China é 60% do brasileiro -ainda vai subir). Se o Fed elevar os juros em 2009, a situação não melhora -o cobertor poderia aquecer o dólar, mas deixaria o crédito no frio. A economia global está cheia dessas situações "entre a cruz e a caldeirinha". Não se trata de catástrofe. Mas são problemas de solução arrastada e politicamente inflamáveis. vinit@uol.com.br

Relatório da Anistia crítica "trabalho forçado" na cana – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Brasil – 29/05/2008

A Anistia Internacional, organização que investiga a situação dos direitos humanos em 150 países, criticou a situação dos trabalhadores nas plantações de cana-de-açúcar no Brasil, que são "explorados e submetidos a trabalhos forçados".

A parte do Brasil no relatório anual da entidade, publicado ontem, ocupa quatro páginas e meia (entre 361) e destaca problemas conhecidos dos brasileiros: violência policial, Justiça ineficiente, violência e ameaças no campo e contra as populações indígenas e trabalho forçado e degradante em vários Estados.

Também não escapou da investigação da Anistia o caso da adolescente de 15 anos que ficou presa numa cela no Estado do Pará, em novembro do ano passado, onde foi "continuamente estuprada, alegadamente em troca de comida".

Foi a primeira vez que a Anistia chamou a atenção para o trabalho nos canaviais, que tem crescido com o boom dos biocombustíveis, mas ainda enfrenta condições precárias. Entre outros casos, o documento cita números do Ministério do Trabalho, de 288 pessoas vítimas de trabalho forçado resgatadas em seis plantações em março do ano passado em São Paulo, Estado mais rico do país.

Também ganhou destaque a situação de 409 trabalhadores, 150 deles indígenas, libertados de uma usina de etanol em Mato Grosso do Sul.

A crítica ao trabalho no campo ocupa espaço crescente, mas uma das principais questões de preocupação continua a ser a situação da segurança pública. O relatório diz que as comunidades carentes ficam "presas numa armadilha entre as gangues de criminosos e as práticas discriminatórias e violentas da polícia" e que "milhares foram vítimas" dessa violência, que "acentuou a exclusão".

Violência no Rio - A secretária-geral da Anistia Internacional, Irene Khan, disse anteontem que houve avanços do governo brasileiro no campo dos direitos humanos, mas que a situação da segurança pública no país continua "profundamente perturbadora", especialmente no Rio.

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho (PMDB), é duramente criticado no relatório por sua "política draconiana e belicosa" e por ter "abandonado suas promessas iniciais", apesar de ser citado nominalmente.

Na Anistia há dez anos e responsável pela parte do Brasil nos relatórios há oito, o pesquisador Tim Cahill afirmou que "o dia-a-dia das pessoas continua exatamente o mesmo", apesar de avanços institucionais. Cahill já esteve no país neste ano para pesquisas e deve voltar para aprofundar o relatório do ano que vem. Segundo ele, a Anistia tem prestado atenção no conflito em Raposa/Serra do Sol e aprofundado as investigações nos canaviais.

Cahill defende que o Brasil não deveria se mobilizar apenas em casos de comoção nacional, como o do menino João Hélio, ou de repercussão internacional -como os denunciados pela própria Anistia.

Na lista de casos emblemáticos entregue aos jornalistas de dezenas de países que foram à divulgação do relatório anteontem em Londres, o Brasil é representado pela índia guarani-kaiowá Kuretê Lopes, assassinada com um tiro no peito aos 69 anos, em janeiro do ano passado, atingida por seguranças particulares durante uma desocupação do que os índios consideram suas "terras ancestrais".

EUA: Congresso aprova Lei Agrícola – O Globo – Economia – 16/05/2008

WASHINGTON. O Congresso americano aprovou a Lei Agrícola, um pacote de US\$ 289 bilhões, válido por cinco anos. O projeto, aprovado quarta-feira na Câmara, passou ontem no Senado por 81 votos a favor e 15 contra, o que pode anular um possível veto pelo presidente George W. Bush. São necessários dois terços para isso. Na Câmara, o projeto teve 318 votos a favor e 106 contra.

A maior parte dos recursos — 74% — destina-se a auxílio-alimentação, segundo o Comitê Agrícola da Câmara. Os 16% restantes referem-se a subsídios agrícolas.

A Lei Agrícola também prorroga a tarifa sobre importação de etanol — incluindo o produzido no Brasil — até 2012. Essa taxa é de US\$ 0,54 por galão (3,78 litros). O projeto também estabelece o limite de rendimento para que agricultores recebam subsídios em US\$ 750 mil anuais. O governo Bush queria US\$ 200 mil. Hoje não há limite.

Bush afirmou que o projeto excede em gastos, distorce o comércio e subsidia agricultores em um momento de preços recordes dos grãos. Ele preferia prorrogar a lei atual, aprovada em 2002, por mais um ano. Apesar da aprovação majoritária no Congresso, Bush tentará vetar a lei, afirmou ontem o porta-voz da Casa Branca, Scott Stanzel.

A Casa Branca estima que o projeto vai aumentar os gastos do governo em US\$ 20 bilhões se for prorrogado para até dez anos, o dobro das estimativas do Congresso. (Da Bloomberg News, com agências internacionais)

Emergentes culpam ricos por crise de alimento – Vivian Oswald – O Globo – Economia – 17/05/2008

EKATERIMBURG, Rússia. Brasil e Índia reiteraram ontem, em reunião na cidade russa de Ekaterimburg, que os subsídios agrícolas de países ricos distorcem o mercado e reduzem a produção mundial de alimentos. Estes seriam, na opinião de representantes dos dois países, um dos principais responsáveis pela alta global de preços dos gêneros alimentícios, e não a produção de biocombustíveis ou a forte demanda das nações em desenvolvimento, como argumentam os países ricos.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que a política de subsídios dos americanos e europeus prejudica a produção das nações mais pobres e força o aumento dos preços, o que também tem impacto sobre a população de menor renda.

O chanceler da Índia, Pranab Mukherjee, enfatizou que os subsídios afetam até mesmo produtores eficientes. E destacou que tradicionais produtores e exportadores de arroz — em regiões afetadas por ciclones em Bangladesh e Mianmar — hoje compram de fora e não têm mais como se manter, o que agrava a sua situação.

Rússia e China apóiam Brasil no Conselho de Segurança Os dois ministros participaram, ao lado de representantes de Rússia e China, do primeiro encontro formal do grupo Bric. A sigla foi criada pelo banco de investimentos Goldman Sachs para se referir a Brasil, Rússia, Índia e China e apontá-las como as potências do futuro.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Yang Jiechi, acusou as atividades especulativas e os preços recordes do petróleo de serem responsáveis pela queda da produção de alimentos no mundo.

Tanto Índia quanto China têm sido apontadas pelos europeus como culpadas pelo forte aumento da demanda por grãos.

— A China dispõe de 9% das terras aráveis do mundo e produz o equivalente a 22% dos alimentos consumidos no planeta.

Essa é a contribuição importante que fazemos para o mundo em termos de segurança alimentar — afirmou Jiechi.

Brasil vai sediar novo encontro em novembro Ao fim do encontro, os três ministros e o colega russo Sergei Lavrov divulgaram nota em que foi dada ênfase à importância do uso dos biocombustíveis, como queria o Brasil. Outra vitória brasileira se deu no âmbito político. Pela primeira vez, Rússia e China apoiaram claramente a candidatura do país a uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, apesar de o documento final reconhecer também a candidatura da Índia.

Rússia e China são membros permanentes do conselho.

Numa demonstração de que os países do Bric estão dispostos a dar novo peso às suas posições em questões globais, três encontros foram agendados.

O primeiro será em setembro, paralelo à Assembléia Geral da ONU, em Nova York. O segundo será em novembro, no Brasil, entre ministros da Fazenda dos quatro países. O terceiro será na Índia, em 2009.

— O novo formato dos encontros dos Bric não é artificial.

É real. Os países apóiam a reforma da arquitetura econômica mundial e a garantia das regras internacionais, e discutem a situação global — disse Lavrov.

'Estamos mudando a organização do mundo'

CORPO A CORPO CELSO AMORIM

EKATERIMBURG, Rússia.

Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a reunião do chamado Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) é a prova de que os quatro países finalmente se convenceram de sua importância global.

O GLOBO: Que sinal o grupo Bric dá ao resto do mundo ao se reunir pela primeira vez? CELSO AMORIM: Juntos, esses países têm quase a metade da população, 20% do território e 15% do PIB mundial, e ajudam a manter a economia global viva neste momento de crise.

Filosoficamente falando, os quatro eram uma realidade em si, e agora são uma realidade para si.

Ou seja, tomaram consciência de sua existência como um grupo de parceiros fortes e importantes.

Demos início a um processo a partir do qual estamos mudando a maneira como o mundo é organizado.

Especialistas questionam como países tão diferentes podem ter pontos em comum.

AMORIM: É isso que torna o grupo ainda mais interessante. A importância do Bric no mundo quase nos obriga a nos coordenar em benefício de nós mesmos, dos países em desenvolvimento.

Em muitos temas, os quatro são complementares. O Brasil é um grande produtor de alimentos, por exemplo, e os outros três, grandes compradores.

O Brasil conseguiu colocar no documento conjunto o destaque à produção de biocombustíveis.

Como o grupo vê o tema?

AMORIM: Não há uma visão preconceituosa.

Nesse assunto, há sempre alguém procurando culpados ou um bode expiatório. Não aqui. Existe um grande terreno para o trabalho conjunto. A Índia, por exemplo, tem grande potencial para a produção a partir da cana.

Fala-se na criação de uma instituição financeira comum, com recursos das reservas internacionais do Bric.

Isso é viável?

AMORIM: Essa é uma idéia muito boa. (Vivian Oswald, enviada especial)

Comissão Européia propõe eliminar os subsídios à produção de etanol – O Globo – Economia – 21/05/2008

Reforma, influenciada por disparada dos preços de alimentos, pode ajudar Brasil
ESTRASBURGO. A Comissão Européia, o braço executivo da União Européia (UE), apresentou ontem uma proposta de reforma do setor agrícola, que prevê uma drástica redução dos subsídios ao segmento, além do fim da ajuda à produção de biocombustíveis, o que beneficiaria países como o Brasil. A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) será discutida pelos países membros da UE no segundo semestre.

O texto definitivo deve ser votado em novembro.

A reforma, chamada de “exame médico”, inclui medidas para aliviar a escassez de alimentos, como a supressão definitiva do descanso obrigatório da terra (de 10% da área total) e o fim da subvenção para o cultivo de matérias-primas para biocombustíveis.

Os subsídios respondem pela maior parte do orçamento da PAC, que este ano é de C 55,8 bilhões.

A disparada nos preços dos alimentos aumentou a pressão por uma mudança na PAC. Semana passada, o ministro de Finanças britânico, Alistair Darling, fez um apelo pela abertura do bloco aos produtos dos países em desenvolvimento.

— É uma possibilidade de modernizar, fortalecer e simplificar nossa PAC — disse a comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel, acrescentando que, assim, os agricultores poderão responder à crescente demanda por alimentos.

Agricultores que recebem mais de C 5 mil por ano sofreriam um corte de 13% nos subsídios até 2013. Os que recebem mais de C 300 mil, de 22%. Esses recursos, porém seriam desviados para projetos de desenvolvimento do campo.

Reforma agrícola da UE beneficia exportações de óleo e carne do Brasil - Graça Magalhães-Ruether – O Globo – Economia – 25/05/2008

BERLIM. O Brasil será um dos beneficiados pela reforma agrícola que a União Européia (UE) pretende implantar até 2012, na avaliação de representantes da missão brasileira em Bruxelas, capital oficial do bloco. Entre as mudanças propostas, está o corte de até 22% dos subsídios a produtores, que limitam a competitividade das exportações brasileiras. O tema será discutido a partir de hoje pelos ministros da Agricultura dos 27 países da UE, reunidos em Brdo, na Eslovênia.

O encontro será encerrado na terça-feira.

— O Brasil poderá aumentar as exportações de carne e de óleos para a produção de biodiesel — disse um representante da missão brasileira.

O projeto foi proposto na semana passada pela comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel. Pela proposta, os subsídios à produção nacional das 27 nações serão reduzidos em 13%, em média. No caso das grandes propriedades agrícolas, o corte será de até 22%. As medidas ainda dependem da aprovação dos governos.

Todos os anos, a UE destina C 50 bilhões a subsídios agrícolas, ou 40% do seu orçamento, o que vem gerando críticas de países exportadores para o bloco e organismos internacionais. O relator especial para o Direito à Alimentação das Nações Unidas, o belga Olivier de Schutter, é um dos críticos mais vorazes, por acreditar que “os subsídios arruinam a economia agrícola dos países em desenvolvimento.” — Ainda estamos analisando possíveis efeitos (da reforma), mas, se for mesmo aprovada, trará grandes chances para as exportações brasileiras — disse o representante do Brasil.

Usineiros abrem escritório em Bruxelas

No Brasil, há expectativas em torno do projeto. A União da Indústria Açucareira (Unica), uma das maiores produtoras de etanol do país, já abriu um escritório em Bruxelas para acompanhar as mudanças. No ano passado, o Brasil exportou 500 mil metros cúbicos de etanol para a Europa (C 0,30 por litro). De cada C 0,30, C 0,19 é cobrado como taxa de importação, o que resulta em um aumento de preço de 70%.

— Uma redução da taxa teria para o Brasil um efeito muito mais promissor do que a redução dos subsídios na UE — disse o funcionário da missão.

Estão previstas mudanças na mistura de álcool à gasolina usada pelos veículos do bloco. Hoje, essa mistura é de 2% e pode ir a 10% a partir de 2020.

Quanto ao biodiesel, a Europa está mais adiantada que o Brasil.

A Alemanha é o principal produtor do mundo. Há no país tanques que são especializados no abastecimento de automóveis e caminhões.

— A Alemanha é pioneira na produção de biodiesel, mas o Brasil é altamente competitivo na produção de óleos. Com a redução dos subsídios, o país poderá exportar mais óleos para o biodiesel na Europa — disse a fonte brasileira.

CORPO A CORPO

OLIVIER DE SCHUTTER

‘Subsídio destrói os produtores de países pobres’

BERLIM. O novo relator da ONU para o Direito à Alimentação, Olivier de Schutter, afirma que os programas de incentivos aos biocombustíveis têm um peso importante, equivalente a cerca de 30%, na explosão dos preços dos alimentos. O belga, que assumiu o cargo há três semanas, diz que os biocombustíveis não são uma solução para o meio ambiente a longo prazo.

O GLOBO: A reforma sugerida pela União Europeia (UE) ajudará no aumento da produção de alimentos em países em desenvolvimento?

OLIVIER DE SCHUTTER: Espero que a proposta tenha um efeito positivo nas discussões das próximas semanas na rodada de negociação de desenvolvimento de Doha. A redução não é bastante, mas a UE não é a única que pode ser criticada pelos subsídios.

Países como Japão, Coreia do Sul e EUA, juntos, gastam US\$ 324 bilhões por ano em subsídios agrícolas. Isso destrói as chances dos produtores dos países em desenvolvimento. Uma redução (dos subsídios) aumentaria as chances dos produtores dos países em desenvolvimento.

A crise dos alimentos é passageira?

SCHUTTER: Eu diria que é de médio prazo e que foi causada por diversos fatores. Problemas nos principais países produtores, especulação, mas também produção crescente de biocombustíveis.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU se reuniu semana passada para discutir a crise. Quais foram as principais conclusões?

SCHUTTER: A principal foi a necessidade de uma ação mundial para facilitar o acesso dos países pobres aos alimentos. Foi criticado também o aumento da produção de biocombustíveis.

Eu propus um congelamento dos novos investimentos (em programas de biocombustíveis) e que a UE cancelasse a meta de adição de 10% do etanol à gasolina até 2020.

Seu antecessor no cargo, Jean Ziegler, disse que a crise atual é um genocídio moderno. O senhor concorda com ele?

SCHUTTER: Trata-se de um exagero. Mas o que ele queria dizer é que a crise tem efeitos dramáticos para os países do Terceiro Mundo.

Devemos admitir que é uma crise global, que só pode ser resolvida com um esforço global. Os biocombustíveis são a causa principal da explosão dos preços dos alimentos?

SCHUTTER: São uma das causas mais importantes.

Calculo que 30% do aumento dos preços dos alimentos são devido aos biocombustíveis. É um fator muito significativo.

Por que o senhor critica o programa de biocombustíveis brasileiro?

SCHUTTER: Não critico o programa porque é importante, traz empregos. Defendo um congelamento dos investimentos, mas isso não é a abolição do projeto.

A contribuição do etanol para a redução do efeito estufa não é importante?

SCHUTTER: O efeito ecológico não é positivo.

Para a produção de agrocombustível, como prefiro chamar, é necessária uma grande quantidade de energia, o que reduz seu efeito positivo. Além disso, as florestas são destruídas. Hoje o Brasil destrói a Floresta Amazônica. (Graça Magalhães-Ruether)

Novo relator da ONU defende o etanol brasileiro – O Globo – Economia – 31/05/2008

Schutter: parar projeto seria 'socialmente irresponsável' O novo relator especial das Nações Unidas para Direito ao Alimento, Oliver de Schutter, disse ontem, em entrevista à BBC Brasil, que seria uma atitude socialmente irresponsável pedir que o Brasil suspenda seu programa de biocombustível.

A afirmação distancia Schutter de seu antecessor, Jean Ziegler, que classificou o programa de biocombustível de crime contra humanidade e propôs uma moratória na produção de etanol, gerando um mal-estar diplomático com o governo brasileiro.

Segundo Schutter, o setor gera empregos para pequenos produtores e trabalhadores rurais, de modo “que seria socialmente irresponsável pedir que esse programa seja concluído”. No entanto, o relator da ONU disse também que há preocupações quanto às condições de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar e que os ganhos ambientais com o uso de biocombustíveis, que ele prefere chamar de agrocombustíveis, são menores do que se esperava.

Schutter discorda de posição de antecessor Ao ser indagado sobre a declaração de Ziegler, considerado um dos principais adversários dos biocombustíveis dentro da ONU, e sobre a proposta dele de moratória, Schutter foi taxativo: “Não concordo com a declaração nem com a proposta”.

Schutter, que participará semana que vem, em Roma, da Conferência da FAO (agência da ONU para agricultura e alimentos), disse que há bons sinais em relação à crise da alta dos preços dos alimentos, por exemplo a ação coordenada de várias agências multilaterais, como Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ele disse, porém, que a dimensão de direitos humanos da crise está sendo negligenciada.

Expansão dos agrocombustíveis destrói biodiversidade e comunidades na Colômbia – Sítio Eletrônico do MST – 27/05/2008

Uma liderança comunitária expulsa de onde vivia, Ligia Maria Cheverra, explica: “Nosso território foi entregue nas mãos dos produtores de óleo de dendê. Nós precisamos parar todas as monoculturas e os projetos que provocam um atentado contra a Colômbia.” Estes agrocombustíveis vão afetar o continente inteiro. “Tudo vai ser perdido: a terra, a água, o ar, os animais, o povo. Tudo vai ser destruído. Na Colômbia, as pessoas que falam sobre isso em voz alta estão sendo assassinadas. Aqui só as pessoas que se vendem ganham. E os outros que não querem vender-se são chamados de guerrilheiros (terroristas).”

Graves ameaças e violações dos direitos humanos continuam acontecendo sobre as comunidades de Curvaradó e Jiguamiandó, na região do Chocó. Lideranças das comunidades que se opõem contra as plantações de dendê estão recebendo ameaças de morte. Também as pessoas que apóiam as comunidades expulsas a retornarem a suas terras estão sofrendo risco de perder a vida. Outros povos locais estão sendo atacados por membros das forças paramilitares e militares. Setembro do ano passado, duas pessoas foram feridas à bala por homens que se acredita serem membros de um grupo paramilitar.

Também continuam as ameaças às comunidades que regressaram para as suas terras. Desde 2001, houve 113 assassinatos, 13 deslocamentos forçados, muitas ameaças de morte e ocupações ilegais de terras. Em dezembro de 2007, o Fiscal General de la Nación (poder judiciário) atuou contra 23 representantes de empresas de dendê, mas isto não significou esforços reais para deter a expansão do dendê e nem da posse das terras comunitárias.

Para garantir a vida e a segurança das pessoas nas comunidades e para garantir a reparação da destruição ambiental e das violações dos direitos humanos, é necessária uma ação urgente e decisiva por parte do governo.

O Conpes (Conselho Nacional de Política Econômica e Social) anunciou recentemente novas políticas para aumentar o apoio governamental à expansão dos agrocombustíveis, com a intenção de converter a Colômbia em uma potência exportadora de agrocombustíveis. As violações dos direitos humanos em Chocó e outras regiões, a destruição acelerada das florestas tropicais e outros sistemas vitais e biodiversos, são o resultado direto das políticas do governo.

Resistência europeia ao etanol permanece viva - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 21/05/2008

Embora esteja com metas apertadas a cumprir no que se refere à substituição de combustíveis fósseis pelos renováveis, a União Europeia não parece disposta a flexibilizar regras para garantir a oferta de biocombustíveis nos próximos anos.

Para o deputado federal Duarte Nogueira (PSDB-SP), membro da Comissão de Agricultura da Câmara, esta posição ficou clara nas reuniões que manteve em Bruxelas entre 5 e 9 de maio com membros do Parlamento Europeu responsáveis pela elaboração de um acordo bilateral sobre o etanol.

Nogueira esteve em Bruxelas em companhia do também deputado Antonio Mendes Thames (PSDB-SP), e os encontros aconteceram no auge das discussões sobre o aumento dos preços globais dos alimentos, maximizada pela política energética dos Estados Unidos - que apostou no etanol de milho.

"Explicamos que, nesse cenário, o Brasil produzirá 142,1 milhões de toneladas de grãos [nesta safra 2007/08], o que representa um aumento de 8% em relação ao ciclo anterior, e com uma área 1,6% maior. E o país colheu uma safra de 27 bilhões de litros de etanol, ou seja, conseguiu assegurar a oferta de alimentos e biocombustíveis".

De acordo com o deputado, além da dúvida sobre a concorrência entre alimentos e biocombustíveis, os parlamentares brasileiros também foram questionados sobre a possibilidade de plantio de cana na Amazônia e sobre o desenvolvimento dos motores flex.

"A matriz europeia é calcada no diesel e a adoção do etanol ainda encontra resistência", disse. A UE tem como meta substituir 20% do consumo de combustíveis fósseis por biocombustíveis até 2020. Hoje a taxa média de substituição está em 8,5%.

O Parlamento Europeu estima que serão necessários investimentos da ordem de ? 20 bilhões de euros para a instalação de usinas, produção de matérias-primas e criação de logística necessária para atender a essa demanda. A expectativa é que os negócios com biocombustíveis movimentem ? 227 bilhões de euros por ano e empreguem 300 mil pessoas no velho continente - fator que, somado ao desinteresse político de criar uma nova relação de dependência energética, desestimula o interesse pela importação das alternativas.

"O que se pôde concluir é que os europeus vão investir fortemente para cumprirem a meta dos 20% até 2020, e que até lá existe uma janela de oportunidades para o Brasil", disse Nogueira. No ano passado, o Brasil exportou à UE 500 milhões de litros de etanol, tendo a Suécia como principal cliente.

De acordo com Nogueira, a UE vai anunciar novas regras, mais rigorosas, para selar o acordo bilateral de comércio de etanol com o Brasil. Além da exigência de respeito ao meio ambiente, o bloco também exigiu do governo brasileiro a assinatura de dez acordos trabalhistas internacionais.

Contexto – Valor Econômico – Agronegócios – 21/05/2008

Ao apresentar ontem soluções para a Europa conter a atual inflação nos alimentos, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Barroso, declarou que o objetivo do bloco jamais foi de substituir 10% do combustível fóssil por biocombustível a "qualquer preço". Mas sob condições que não impliquem conseqüências "nefastas". Ele disse que com ou sem a meta de 10%, a produção mundial de biocombustíveis crescerá, e que a Europa deve se empenhar para montar um programa viável e assegurar a transição rápida para a nova geração de combustíveis limpos. "Hoje, a única alternativa para os transportes é o biocombustível", disse. Barroso acrescentou que o bloco deve estar determinado a reduzir as emissões de CO2 em 20% até 2020.

Mercado de petróleo está 'louco', diz Opep – Valor Econômico – Internacional – 23/05/2008

Após atingir a cotação histórica de US\$ 135 no início do dia, o preço do barril de petróleo fechou ontem em pouco mais de US\$ 130. O secretário-geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o líbio Abdalá el-Badri, reagiu dizendo que o mercado está "totalmente louco" e culpou especuladores e a desvalorização do dólar pela disparada dos preços.

"O preço estava em US\$ 130 [o barril] e agora está em US\$ 135. Realmente é um mercado totalmente louco", disse El-Badri.

"A economia dos EUA está em recessão, e há desvalorização do dólar, o que afeta o petróleo e faz a cotação subir", acrescentou.

El-Badri, que está no Equador, após ter passado pela Venezuela, disse que a culpa pelo aumento dos preços não é do cartel: "Os atuais níveis de preços não são influenciados pelos fundamentos do mercado, que está bem abastecido". Ele pediu aos consumidores, produtores e investidores que "cooperem para encontrar uma solução final para a volatilidade".

Em Nova York, o barril foi cotado a US\$ 130,81, em um declínio de US\$ 2,36 na comparação com o preço de anteontem. Pela manhã, a cotação atingiu a marca histórica de US\$ 135,09.

No mercado londrino, o preço do "Brent" caiu para US\$ 130,40 -- um recuo de US\$ 2,30 -, mas no pico dos negócios, chegou a bater US\$ 135,14.

Segundo profissionais do mercado, quando a cotação bateu a casa dos US\$ 135, muitos investidores optaram pela realização de lucros - a venda de ativos muito valorizados no curto prazo para embolsar os ganhos, o que quase sempre corrige um pico de preços.

Analistas afirmam que a combinação de demanda crescente, por causa das economias emergentes, e restrições no fornecimento, devido a tensões geopolíticas nos países produtores, tendem a manter a cotação da commodity em alta.

Por outro lado, críticos do mercado afirmam que a disparada dos preços reflete muito mais a ação de especuladores e a desvalorização da moeda americana. Com o dólar mais barato em relação a outras moedas, o barril (que é negociado em dólar) fica mais barato e acessível a mais consumidores - o que aumenta a pressão da demanda.

Biocombustível é quase indispensável, diz a AIE - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 27/05/2008

O etanol e o biodiesel representarão 63% do aumento da produção de combustíveis este ano nos países fora da Opep, o cartel do petróleo, sendo vitais para atender a demanda de óleo, avalia a Agência Internacional de Energia (AIE), em seu relatório anual divulgado ontem em Paris. A AIE pediu que os governos incentivem as pesquisas sobre o etanol de segunda geração, feito a partir de produtos que não teriam um impacto sobre a disponibilidade de alimentos.

A entidade disse que uma diferenciação entre o etanol de cana e o etanol de milho deve ser feita. "O etanol de cana produzido nas regiões tropicais e sub-tropicais, como Brasil, África e Índia, tem excelente características em termos econômicos, de redução de CO2 e baixa exigência de terras."

Pelas projeções da agência, a produção de combustíveis fora da Opep crescerá 680 mil barris por dia em 2008. Desse total, o etanol e biodiesel representarão o equivalente a 436 mil barris de petróleo.



No total, a produção global de biocombustíveis sobe do equivalente de 1 milhão de barris de petróleo por dia para 1,5 milhão barris/dia este ano.

Isso significa que uma retração do etanol e biodiesel, demandada por várias organizações em meio a crise alimentar, poderia empurrar ainda mais alto o preço do petróleo, que já alcança níveis recordes. Embora pequena no total da produção mundial de óleo, o etanol e o biodiesel são importantes porque a Opep tem resistido a aumentar o fornecimento de petróleo.

A AIE projeta para a produção de etanol nos EUA um crescimento equivalente a 125 mil barris de petróleo por dia este ano. A produção brasileira sobe 50 mil barris/dia. Nos outros produtores, representando mais biodiesel, o suprimento aumenta o equivalente a 250 mil barris/dia.

Temor com guinada europeia nos biocombustíveis – Valor Econômico – Agronegócios - 28/05/2008

Decisões agrícolas adotadas pela União Europeia, como redução de subsídios para etanol e outra utilização de áreas antes destinadas só para produção de biodiesel, não terão efeito sobre o Brasil, na avaliação de fontes em Bruxelas.

Ao mesmo tempo, autoridades brasileiras se inquietam com o retardo da diretiva europeia tornando obrigatória a meta de 10% de biocombustíveis até 2020 no transporte terrestre, considerada essencial para a criação de um mercado mundial para o etanol.

A decisão final sobre a diretiva deverá ser arrastada para a presidência francesa da UE, no segundo semestre, em meio ao confronto entre os 27 países comunitários.

A eliminação do subsídio de ? 45 euros por hectare na produção de etanol, confirmada na semana passada, já tinha sido anunciada em novembro e não pegou os produtores de surpresa. A medida é considerada por eles de pouca ou nenhuma relevância. O montante, já pequeno, iria diminuir com a repartição do pacote também para a Romênia, um dos novos membros.

Outra medida agrícola anunciada pela comissária de agricultura, Marian Fischer Boel, foi sobre as áreas de reserva, destinadas à produção de biodiesel. Com a crise alimentar, a UE decidiu liberar a produção para alimentos. Segundo as fontes, que tiveram contatos com produtores, tampouco há preocupação, porque o preço do biodiesel está alto e continuará sendo produzido. Além disso, há suficiente trigo na Europa, sem necessidade de aumentar sua produção.

Em Bruxelas, também não há indicação de que a UE rebaixará as tarifas de importação de etanol, o que beneficiaria o Brasil. Na verdade, a UE quer incluir o etanol na lista de produtos sensíveis na Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC). Isso significa cortar a tarifa em percentual menor do que a de outros produtos.

A questão essencial é se Bruxelas deve ou não abandonar sua meta obrigatória de utilização de biocombustíveis, diante da alta de preços dos alimentos.

A Comissão Europeia, o braço executivo da União Europeia, defende o etanol e joga a culpa na produção americana feita a partir do milho. A Comissão reafirmou seu objetivo, descrevendo o etanol como uma das poucas medidas "realisticamente capazes de ter um impacto significativo na redução dos gases de efeito estufa nos transportes terrestres".

Mas analistas notaram uma mudança no tom da mensagem europeia. Agora, a Comissão diz que a meta nunca foi de alcançar 10% de biocombustíveis a qualquer preço. Os 10% devem ser obtidos sob estritas condições, incluindo esquema de produção sustentável e viabilidade comercial para a segunda geração. Bruxelas coloca mais ênfase na sustentabilidade. Isso vai exigir acordo bilateral com o Brasil, para o país se comprometer com o esquema delineado pela UE. **(AM)**

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

